

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Verônica Medeiros Alagoano

**O DEBATE DO MOVIMENTO FEMINISTA
NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL**

JUIZ DE FORA
2016

Verônica Medeiros Alagoano

O debate do movimento feminista na produção acadêmica do Serviço Social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Duriguetto

JUIZ DE FORA
2016

AGRADECIMENTOS

É sempre bom agradecer aos que dividem conosco a caminhada!

Aos que me escutaram com entusiasmo; aos que acalmaram minhas angústias ou se angustiaram junto comigo; aos que gentilmente ponderaram meus devaneios ou junto comigo alçaram voos...

Foram muitas as companheiras e companheiros que me acompanharam nesta jornada. Sintam-se reconhecidos e reconhecidas nestas linhas, a todos e todas meu agradecimento e minha amizade.

Um agradecimento especial:

Às organizações que me ensinam a importância da luta revolucionária e da construção de novos valores para uma nova sociedade em que o feminismo é indispensável: Marcha Mundial das Mulheres, Levante Popular da Juventude, Consulta Popular.

Às companheiras e aos camaradas da militância. “É tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá; e é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar”! (Gonzaguinha).

À turma de mestrado pela companhia, partilha de vida, de saberes e do processo de aprendizagem que o mestrado requer.

À minha família que não mede esforços para minha felicidade. Obrigada pelo apoio, incentivo e compreensão da distância e de minhas escolhas. A vocês meu amor e gratidão!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação, os quais tiveram importante contribuição neste processo de aprendizado.

À banca pela disponibilidade, reflexões e contribuições.

À Malu, minha orientadora. Obrigada pelas longas conversas, pelo incentivo e por dividir seu saber com competência, sensibilidade e paciência. Sua parceria tornou possível este estudo. A você minha gratidão, respeito e admiração.

*Amo as mulheres desde a sua pele que é a minha
a que se rebela e luta com a palavra
e a voz desembainhadas.
A que se levanta de noite para ver se o filho chora,
a que luta inflamada nas montanhas,
a que trabalha mal-paga na cidade,
Vamos e que ninguém fique no caminho...
para que este amor tenha a força dos terremotos...
dos ciclones, dos furacões
e tudo que nos aprisionava
exploda convertido em lixo.*

(Gioconda Belli)

RESUMO

O movimento feminista emerge como sujeito político no século XIX, com reivindicações voltadas para direitos políticos, educação, trabalho e igualdade entre os sexos. Desde sua gênese, o movimento apresenta uma pluralidade de perspectivas teórico-políticas e interventivas. Destacamos as vinculadas à tradição marxista, em que a luta das mulheres se volta para a emancipação humana, reconhecendo que a libertação das mulheres coincide com a superação do sistema patriarcal-capitalista-racista, e as vinculadas à tradição liberal, nas quais o feminismo se limita à luta de direitos civis, políticos e sociais sob o capitalismo. Compreendendo a diversidade deste debate explicitamos os principais conceitos e categorias que identificamos como centrais para o feminismo contemporâneo: *gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. O objetivo deste estudo é compreender como o Serviço Social tem tematizado o movimento feminista e compreendido suas lutas. Para tanto, buscou-se, na produção acadêmica dos seus cursos de Pós-Graduação (1985-2014), teses e dissertações que tematizam os movimentos feministas auto-organizados ou a luta das mulheres em movimentos mistos, objetivando apreender: *as abordagens teórico-políticas dos movimentos sociais e suas lutas; os conceitos e categorias do feminismo abordados; os desafios e limites das organizações e dos movimentos feministas evidenciados nas produções; a compreensão da consciência feminista militante; os projetos societários defendidos para as organizações e movimentos feministas; a relação do feminismo e das organizações e movimentos feministas com o Serviço Social*. Uma das conclusões expostas nesta dissertação é a constatação de uma incipiente tematização desta temática pelo Serviço Social e a necessidade de uma maior incorporação no debate profissional de categorias centrais do feminismo, o que evidencia a necessidade de um maior investimento na produção de conhecimento sobre o movimento feminista e de ações interventivas do profissional em relação às temáticas postas pelo feminismo nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Palavras-chave: Feminismo; Produção Teórica; Serviço Social.

ABSTRACT

The feminist movement emerges as a political subject in the 19th century, with claims directed to political rights, education, employment and gender equality. Since its genesis, the movement shows a plurality of theoretical policies and interventional perspectives. We detach the ones linked to Marxist tradition in which women struggle turns into human emancipation, recognizing that women freedom concur with the racist-patriarcal-capitalist system overcoming, and the ones tied to liberal tradition, in which feminism is limited to civil, political and social rights struggle under capitalism. Understanding the debate diversity, we share the main concepts and categories identified as central for contemporaneous feminism: *gender, patriarchy, sexual work division and sexual social relations*. The review purpose is to understand how Social Work has thematized the feminist movement and understood their struggles. Therefore, was searched in Postgraduate courses (1985-2014) academic production, thesis and dissertations that express the auto-organized feminist movement or the women struggle in mixed movements, aiming to grasp: *the social movements theoretical policies approaches and their struggles; the concepts and categories of feminism approached; the organizations and feminist movements limits and challenges evidenced in productions; the militant feminist consciousness understanding; the society projects defended by the organizations and the feminist movements; the relation between feminism and organizations and feminist movements with the Social Work*. One of the conclusions exposed in this dissertation is the observation of an incipient theming of this theme by Social Work and the need for a greater feminism central categories incorporation in professional debates, which shows up the need for a bigger production of feminist knowledge investment and interventional actions by the professional related to the themes posted by feminism in different social-occupational spaces.

Keywords: Feminism; Theoretical Production; Social Work

LISTA DE SIGLAS

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANAS – Associação Nacional dos Assistentes Sociais
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEDOICOM – Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher
CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CENEAS - Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
CENESAS – Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
CEPEM – Centro de Estudos e Pesquisas da Mulher
CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FMI - Fundo Monetário Internacional
FMPE – Fórum de Mulheres de Pernambuco
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MESS – Movimento Estudantil em Serviço Social
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
MML – Movimento Mulheres em Luta
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MUB – Movimento de União de Bairros

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OMC – Organização Mundial do Comércio

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

SAR – Serviço de Assistência Rural

SOF – Sempre Viva Organização Feminista

SUS – Sistema Único de Saúde

UBM – União Brasileira de Mulheres

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social.....	87
Quadro 2 – Objetivos das teses e dissertações analisadas	90

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O DEBATE SOBRE O FEMINISMO NA TRADIÇÃO MARXISTA E O MOVIMENTO FEMINISTA	19
2.1	O DEBATE TEÓRICO SOBRE O FEMINISMO NA TRADIÇÃO MARXISTA	19
2.2	O MOVIMENTO FEMINISTA	30
2.3	O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	38
2.4	CONCEITOS E CATEGORIAS TEÓRICAS DO DEBATE DO MOVIMENTO FEMINISTA NA CONTEMPORANEIDADE	63
3	O DEBATE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL QUE TEMATIZA OS MOVIMENTOS FEMINISTAS	79
3.1	O DEBATE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO SERVIÇO SOCIAL	79
3.2	O ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DA PROFISSÃO SOBRE O MOVIMENTO FEMINISTA	87
3.2.1	Abordagem teórico-política dos Movimentos Sociais e de suas lutas	92
3.2.2	Conceitos do Feminismo abordados	103
3.2.3	Desafios e limites das organizações e dos movimentos feministas evidenciados nas produções analisadas	115
3.2.4	Consciência Feminista Militante	122
3.2.5	Projetos societários defendidos para as organizações e movimento feminista	127
3.2.6	Relação do feminismo e das organizações e movimento feminista com o Serviço Social	136
4	CONCLUSÃO	142
	REFERÊNCIAS	156

1 INTRODUÇÃO

Desde o nosso ingresso no curso de Serviço Social, a temática dos movimentos sociais nos despertou interesse. No processo de formação acadêmica, a abordagem marxista na disciplina de Classes e Movimentos Sociais nos despertou para compreender a estrutura de exploração e as formas de resistência dos trabalhadores. Além disso, a abertura da Faculdade de Serviço Social para os movimentos sociais, expressa na parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes e diversos debates realizados para além da sala de aula, permitiu-nos compreender a importância da aproximação da profissão com os movimentos sociais, seus debates, suas demandas e lutas.

Durante a graduação, também tivemos a oportunidade de participar do projeto de extensão junto à Juventude do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), experiência que, além de nos permitir conhecer de perto este movimento social, provocou-nos a reflexão sobre as possibilidades de intervenção profissional junto aos movimentos sociais. A partir desse projeto, cujas atividades eram fundamentadas nos pressupostos da educação popular, surge o interesse de estudar, em nosso Trabalho de Conclusão de Curso, a contribuição da educação popular para o desenvolvimento da consciência de classe.

Nossa militância no Movimento Estudantil em Serviço Social (MESS) também tem um importante significado, uma vez que nos permitiu compreender a contribuição da participação política na formação profissional e nos aproximou de temáticas e debates que possibilitaram importantes reflexões. A partir dos encontros promovidos pelo MESS, aproximamo-nos do debate feminista, o que nos levou a ingressarmos em um coletivo feminista. Posteriormente, participamos do Levante Popular da Juventude, movimento social que, desde sua nacionalização, em 2012, firmou o compromisso de construir o feminismo como um dos princípios do movimento. Tais espaços nos permitiram compreender a importância do feminismo para mudar a vida das mulheres, tanto no plano individual como na luta coletiva, e a necessária formação de processos organizativos voltados para a tematização das questões feministas.

No atual contexto de crise estrutural do capital e de ofensiva aos direitos dos trabalhadores, faz-se necessário trazer para o debate a condição de exploração/opressão das mulheres, o que se expressa no controle sobre seu corpo, trabalho e tempo, como observam Duriguetto e Cisne (2015). Nesse sentido, elucidar que a classe trabalhadora não é homogênea, pois possui sexo, raça/etnia, é de suma importância para o enfrentamento ao modo de produção vigente, que também se sustenta sob bases patriarcais.

No Brasil, são elucidativos da situação de opressão/exploração das mulheres os resultados divulgados no DIEESE (2012, p.53, 113, 225,148, 222). Com relação à situação de trabalho, os dados evidenciam que, em 2009, da população ocupada, 57,4% eram homens e 42,6%, mulheres, indicando uma diferença de 14,8% entre os sexos. Ao que se refere à agricultura familiar, a presença das mulheres se concentra na produção para o consumo, o que significa 59,6% e 54,9% do trabalho não remunerado. Outra constatação que merece destaque refere-se ao emprego doméstico, setor que em 2009 empregou 7.223 mil pessoas, destas 6,761 mil eram mulheres¹ (93,6%). A maioria das mulheres ocupadas neste setor é negra (61,7%), ocupação de remuneração mais baixa, com longas jornadas, pouca proteção social e alto grau de informalidade, sem contar as atividades “mal definidas”, as quais 62,7% também são realizadas por mulheres negras. Já as mulheres não negras ocupam o segundo lugar no comércio. Também no setor de serviços – alimentação, educação e saúde – foram verificados uma massiva presença das mulheres que, historicamente, realiza estas atividades, o que expressa a relação deste serviço com tarefas tradicionalmente delegadas às mulheres, voltadas para o cuidado da família e do lar. Ao analisar a inserção feminina no mercado de trabalho, apesar de identificar um maior acesso aos postos mais qualificados (execução e planejamento), ainda verifica-se que as posições de direção e gerência permanece como função exercida majoritariamente por homens.

Se ampliarmos para a esfera das relações afetivas, também é elucidativa a violência contra as mulheres. Segundo o Mapa da Violência contra as Mulheres 2015, em 2014, 405 mulheres demandaram atendimento em uma unidade de saúde por algum tipo de violência sofrida e, segundo os registros do Sistema de Informação do Sistema Único de Saúde, entre 1980 e 2013 foram contabilizados 106,093 assassinatos de mulheres (maior incidência entre jovens e negras). Do total de atendimentos a mulheres pelo SUS, em 2014, metade dos casos registrados eram de mulheres de 18 a 59 anos, cujo principal agressor era o parceiro ou ex-parceiro, o que equivale a cerca de 67,2%. A violência física é a mais frequente, 48,7% dos atendimentos, seguida da violência psicológica com 23% e em 3º lugar a violência sexual 11,9%. O balanço 2015 – ligue 180², indica que dos anos 2014 para 2015 houve um aumento de 44,74% dos relatos de violência contra mulher; 325% de cárcere privado, 11,8 registros por dia e 129% dos registros de violência sexual (estupro, assédio, exploração sexual), em média,

¹ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

² Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco-180-2015.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016.

9,53 registros diários. Ao que se refere ao número de estupros registrados, foram computados 7,5 casos por dia, o que significa que a cada três horas um estupro é relatado ao ligue 180.

Tais elementos, associados ao avanço do conservadorismo que tem alcançado grande expressão na atualidade— em que o Congresso Nacional é um exemplo desse processo sendo o mais conservador desde 1964³, cujos parlamentares majoritariamente estão vinculados a política militares, religiosas e ruralistas—, demonstram a importância da construção do feminismo para o enfrentamento destas e de tantas outras questões que poderíamos explicitar. E é no enfrentamento às condições de exploração e de opressão que se constituiu a marca histórica do processo de emergência e desenvolvimento do movimento feminista.

O movimento feminista surge no contexto do século XIX, assim como os demais movimentos sociais, originários da contradição fundamental entre capital e trabalho, da qual emerge a denominada questão social. Oriunda desta contradição, a questão social se expressa tanto nas desigualdades sociais como nas mais variadas formas de luta para o seu enfrentamento. O feminismo, por sua vez, emerge no bojo dessas contradições com reivindicações que questionam o papel da mulher na sociedade e por igualdade de direitos civis e políticos como: acesso à educação, aos direitos trabalhistas e à igualdade salarial e aos direitos políticos, como o do voto. Desse modo, as reivindicações das mulheres ganham a esfera política, confrontam o Estado moderno e reclamam a igualdade prometida nos ideais da Revolução Francesa.

Com a consolidação do capitalismo e o processo acelerado de industrialização, profundas alterações na dinâmica social e política foram processadas, o que gerou graves consequências para as mulheres. De acordo com Nogueira (2010, p. 201), a Revolução Industrial massificou a presença feminina no trabalho produtivo, o que provocou uma redistribuição do valor da força de trabalho entre os membros da família e, por conseguinte, uma diminuição do valor da força de trabalho masculina. Portanto,

o capitalismo usava, então, essa divisão sexual do trabalho para incentivar a competição entre os trabalhadores, rebaixando os salários em decorrência do ingresso da força de trabalho feminina, incorporada à classe trabalhadora e recebendo salários ainda mais reduzidos.

³ Análise das eleições de 2014, realizada pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/eleicoes2014_analise_governadores.pdf. Acesso em: 10 ago. 2016

A massiva inserção do trabalho feminino no setor produtivo, ao mesmo tempo em que ampliou a exploração da força de trabalho, permitiu que as mulheres brancas – pois as negras sempre trabalharam – saíssem da restrita esfera doméstica. Ao passo que as contradições sociais são evidenciadas naquele contexto, as disparidades de sexo também se intensificam. Tal situação se torna evidente na diferença salarial entre homens e mulheres, além das jornadas de trabalho intermitentes, intensivas e extensivas às quais eram (e ainda são) submetidas; na exclusão da política, dos sindicatos e dos partidos políticos e, ainda, na fragilidade ou inexistência de leis voltadas à maternidade que adensavam uma superexploração do trabalho feminino.

No que se refere à particularidade do feminismo brasileiro, pode-se afirmar que este não se constituiu de forma linear, nem se conformou como um bloco homogêneo. Pode-se reiterar que as reivindicações das mulheres tiveram, como marco inicial, a luta por conquistas cidadãs como o direito ao voto, a educação e igualdade civil. Todavia, a luta das mulheres não se encerrou na conquista dos direitos políticos. Como destaca Souza-Lobo (2011), as práticas feministas, no Brasil, podem ser identificadas ao longo do decurso histórico do país, seja com ações individuais ou de grupos, na luta por democracia, na participação em partidos políticos, nos espaços conselhistas. Nesse sentido, é preciso destacar que, de forma organizada ou não, as mulheres tiveram importante contribuição nos processos de luta e resistência do Brasil.

Desse modo, compreendemos o movimento feminista como um importante sujeito coletivo para o avanço da luta de classes que se acirra nos marcos conjunturais contemporâneos. Da mesma forma, afirmamos a importância de o Serviço Social fortalecer o debate e a aproximação aos movimentos sociais que, como indica os princípios éticos do projeto profissional, podem fortalecer o compromisso com a classe trabalhadora. Assim, o movimento feminista se torna um importante aliado, uma vez que está em seu horizonte a erradicação do sistema capitalista, racista e patriarcal, portanto, em sintonia com os marcos teóricos, éticos e políticos do projeto profissional.

Chamamos a atenção para a necessidade do fortalecimento da relação e da intervenção profissional do Serviço Social com e nos movimentos sociais frente à constatação de que a temática dos movimentos sociais e sua relação com o Serviço Social tem sido o campo de menor investimento da profissão nas últimas décadas. Como constata Marques (2010) em seus estudos das publicações nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e do Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social (ENPESS) realizados no período de 1995 a 2008, do total de trabalhos publicados, apenas 3% tematizavam os movimentos sociais; destes, somente 6% abordavam a relação específica da profissão com os movimentos

sociais. Do período de 1985 a 2011, a pesquisa de Duriguetto (2014), nas teses e dissertações produzidas nos Programas de Pós-Graduação da área na CAPES, observou que do total de 276 (duzentas e setenta e seis) produções, apenas 08 (oito) abordavam a relação dos movimentos com a profissão. Na mesma direção de Marques (2010) e Duriguetto (2014), o estudo de Oliveira (2010), ao analisar a produção acadêmica que enfatiza a relação da profissão com os movimentos sociais identificou apenas 03 (três) dissertações e 01 (uma) tese no período de 1994 a 2008.

A articulação do Serviço Social com os movimentos sociais é mencionada por diversos autores que discutem a profissão, como Iamamoto (2001, p. 47), que ressalta o compromisso ético-político profissional de fortalecer os “sujeitos coletivos” e as intervenções profissionais que possam contribuir na conquista de direitos. Nessa direção, ocupar os espaços institucionais em defesa da população e de seus direitos é de suma importância, porém a autora assinala o desafio da profissão: “reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate profissional” (IAMAMOTO, 2001, p.47).

Ao considerar a trajetória de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, cuja expressão é a construção do projeto ético-político profissional, a temática da relação com os movimentos sociais ganha importante relevância, pois, na interlocução com esses sujeitos coletivos, a profissão pode avançar para além do que lhe é exigido como demanda profissional imediata. Foi na década de 1980 que tal perspectiva alcançou maior repercussão nos debates profissionais, ancorada no processo de efervescência dos movimentos sociais e nas lutas em prol da democracia. Esse processo de mobilização social e de ampliação de direitos, a partir da década de 1990 – com os efeitos da crise mundial do capital, dos impactos da reestruturação produtiva e da ofensiva neoliberal – vem tendo forte refluxo.

Adensa essa constatação o recrudescimento de uma onda conservadora e até mesmo reacionária que vem despontando com vigor e pode ser evidenciada, por exemplo, no debate acerca do aborto; nas questões relacionadas à orientação sexual ou da vivência da sexualidade (principalmente da mulher), entre outras. Acreditamos que as questões relativas às mulheres são as que mais expressam o conservadorismo e reconhecemos no feminismo o potencial para seu enfrentamento. Dessa forma, a exígua produção acadêmica do Serviço Social que aborda os movimentos sociais, a constatação do avanço do conservadorismo e a importância do fortalecimento do movimento feminista nos instigaram a estudar como a profissão vem tematizando esse movimento e a luta das mulheres em movimentos sociais mistos.

É com tal preocupação que nos propusemos a estudar essa temática. Para tanto, recorreremos às 276 (duzentas e setenta e seis) Teses e Dissertações que fazem parte da pesquisa

de Duriguetto (2014) acima citada. Essas produções foram subdivididas em 08 grupos: 1) gênero, raça, etnia e geração; 2) produção teórica; 3) partidos, sindicatos e organizações de articulação de movimentos sociais; 4) política social e conselhos; 5) questão agrária, urbana e ambiental; 6) movimentos sociais na América Latina; 7) movimentos sociais e serviço social; 8) movimentos sociais e ONGs. Para nosso estudo, selecionamos as produções que abordam a especificidade do movimento feminista e da luta das mulheres em movimentos mistos perpassando por todos os grupos com exceção dos grupos 2 e 4 por não tratarem de movimentos sociais. Do total, identificamos 18 (dezoito) produções cuja temática referia-se ao objeto da nossa investigação. Destas, apenas 06 (seis) tematizavam movimentos feministas e as outras 12 (doze) a luta das mulheres em movimentos e organizações mistas. Retornamos a pesquisa no banco de dados da CAPES e nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e ampliamos a pesquisa realizada por Duriguetto (2014), que é realizada até 2011, para também compreender os anos 2012 a 2014. Nessa ampliação, identificamos 04 (quatro) novas produções, 03 (três) delas tematizavam movimentos feministas e 01 (uma) a luta das mulheres no MST. Compõe, assim, a nossa pesquisa, 13 (treze) produções, uma vez que nem todas as Teses e Dissertações estavam disponíveis para o acesso *online*.

O percurso analítico da presente dissertação foi assim construído:

No segundo capítulo deste estudo buscamos, a partir da teoria marxiana e da tradição marxista, elucidar os fundamentos da exploração/opressão das mulheres. Para tanto, retomamos os estudos de Saffioti (1976), Marx (2003, 2004, 2008, 2010), Souza-Lobo (2011), Engels (2014), autores indispensáveis para a apreensão e a compreensão da questão feminista no marxismo. Retomamos o surgimento do movimento feminista, que teve como primeiro polo aglutinador a luta pelo sufrágio, emergindo primeiramente na Europa, mas que paulatinamente alcança repercussão mundial. Apesar do caráter burguês que a luta sufragista alcançou em muitos países, esta não era a única reivindicação pela qual as mulheres se organizavam. Nesse sentido, é preciso reconhecer a contribuição de Clara Zetkin, Alexandra Kolontai, August Bebel para a superação do feminismo burguês, reflexões que necessitam ser recuperadas para o avanço de um feminismo classista e de horizonte emancipatório. Destaca-se a atualidade do marxismo para o avanço dos estudos e das práticas políticas feministas.

Para abordar os elementos históricos do movimento feminista na particularidade brasileira, recorreremos à produção de Saffioti (1976), Pinto (2003), Souza-Lobo (2011) e Cisne (2014). A partir da contribuição dessas autoras, podemos afirmar que o movimento feminista brasileiro emergiu em sintonia com o mundial, cujas reivindicações se limitavam a conquistas de direitos e questionamentos relacionados às desigualdades entre os sexos, sem questionar os

elementos que fundamentavam a ordem societária capitalista. Entretanto, também emergiram perspectivas feministas vinculadas à luta de classes, com pautas voltadas para as condições de vida das trabalhadoras sintonizadas com as lutas do movimento sindical operário.

No percurso histórico do feminismo, é preciso ressaltar o processo de institucionalização pelo qual os movimentos feministas atravessaram nos anos finais da década de 1980 e que impactaram regressivamente as formas de mobilização e de luta feministas. Esse quadro somente será redimensionado na década de 2000, período em que surgem a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), o Movimento Mulheres em Luta (MML), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a nacionalização do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Tais movimentos e organizações, além de marcarem um novo período de configuração da luta feminista, depois de um longo processo de institucionalização, foram e são de grande relevância por assumirem um caráter anticapitalista e por se tornarem as principais referências da luta feminista crítica e classista no Brasil na atualidade.

Ao reconhecermos as bases teóricas do debate feminista como indissociáveis da prática interventiva explicitamos, na última seção do segundo capítulo, as principais categorias e conceitos presentes no debate feminista contemporâneo, quais sejam: *gênero, relações sociais de sexo, divisão sexual do trabalho e patriarcado*. Para estas abordagens utilizamos como principais referências: Saffioti (1976, 2015), Pateman (1993), Scott (1995), Kergoat (2003), Pinto (2003), Souza-Lobo (2011), e Cisne (2012, 2014). Reconhecendo a influência das teorias pós-modernas realizamos, também, alguns apontamentos acerca da teoria desconstrutivista.

No terceiro capítulo, buscamos compreender como o Serviço Social tem abordado o movimento feminista e a luta das mulheres em movimentos mistos. Com esse objetivo, procuramos identificar nas produções das Teses e Dissertações, os seguintes aspectos: 1) *abordagem teórico-política dos movimentos sociais e de suas lutas*; 2) *conceitos e categorias do feminismo abordados (gênero, patriarcado, Divisão Sexual do Trabalho, relações de poder*; 3) *desafios e limites das organizações e dos movimentos feministas evidenciados nas produções analisadas*; 4) *consciência feminista militante*; 5) *projetos societários defendidos para as organizações e movimentos feministas*; 6) *relação do feminismo e das organizações e movimentos feministas com o Serviço Social*.

A partir deste estudo, é possível notar que a temática dos movimentos sociais e, em particular, do movimento feminista, representa uma lacuna na produção teórica do Serviço Social. Além de observar uma inexpressiva produção que aborda esta temática, é notório a dificuldade, na maioria das produções, de relacionar o movimento feminista e a luta das mulheres em movimentos sociais mistos com a intervenção profissional. Da mesma forma,

ressaltamos a inconsistência teórica presente na maioria das produções ao tratar dessa temática. Tais elementos reforçam a necessidade de ampliar este debate na categoria.

Considerando que o público para o qual se volta a intervenção do Serviço Social é majoritariamente feminino, identificar as particularidades das demandas das mulheres e buscar articular o exercício profissional com os movimentos sociais e feministas pode fortalecer os princípios defendidos no Código de Ética e no projeto ético-político da profissão. Assim, esperamos que o presente estudo possa contribuir para a ampliação desse debate, que consideramos ser de fundamental importância para qualificar tanto a produção de conhecimento da profissão na apreensão das temáticas que elucidam as determinações estruturais das condições de exploração e de opressão feminina, como para abrir possibilidades teórico-interventivas, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, nas questões que particularizam as condições de exploração e opressão feminina.

*Que nada nos limite,
que nada nos defina, que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre.
Simone de Beauvoir (1949)*

2 O DEBATE SOBRE O FEMINISMO NA TRADIÇÃO MARXISTA E O MOVIMENTO FEMINISTA

2.1 O DEBATE TEÓRICO SOBRE O FEMINISMO NA TRADIÇÃO MARXISTA

O debate teórico acerca do feminismo se configura em um campo amplo de diferentes perspectivas, tendências e disputas, as quais se expressam numa diversidade de compreensão do que vem a ser o feminismo, suas principais lutas e reivindicações. Com o presente estudo, pretende-se apresentar o debate feminista desenvolvido no que concerne à perspectiva marxista. Tendo em vista as divergentes correntes teóricas que sustentam o feminismo, a escolha do marxismo se deu pela fundamental contribuição desta tradição para a emancipação das mulheres, perspectiva que não é constatada no feminismo liberal e pós-moderno (e outras correntes), que tendem a limitar as reivindicações feministas à luta pela emancipação política⁴. Nesse sentido, buscaremos apontar a questão da emancipação da mulher a partir das produções de Marx e dos estudos ancorados na tradição marxista. Esta tradição nos permite compreender as relações sociais capitalistas, que têm como eixo estruturante a apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho humano, fundamento das desigualdades sociais que se expressam em todas as esferas da reprodução da vida social.

É no bojo dessas contradições que compreendemos as questões que tocam a realidade das mulheres. É sabido que algumas dessas questões são anteriores à sociedade burguesa; contudo, vale ressaltar que o modo de produção capitalista associa e articula antigas e novas contradições para manter o processo de valorização do capital, ainda que em novas bases.

Como ressalta Marx (2008, p. 264), “a sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada”. No capitalismo, a produção se volta para o atendimento das necessidades do capital em elevar sua taxa de lucro, bem como a divisão do trabalho que alcança um alto nível de sofisticação. Nesse processo, instaura-se a cisão entre valor de uso e valor de troca, uma vez que o “valor de troca de uma mercadoria não se manifesta em seu próprio valor de uso” (MARX, *idem*, p. 65). Assim, a produção se volta não mais para saciar necessidades, mas para as demandas impostas pelo mercado.

A burguesia foi capaz de colocar em evidência as relações que até então se davam de forma velada, “transformou o médico, o jurista, o sacerdote, o poeta e o homem da ciência em

⁴ Marx (2010), em sua obra “A Questão Judaica”, distingue emancipação política de emancipação humana. Para o autor, a primeira se refere aos possíveis avanços políticos e civis nos marcos da sociedade burguesa, sendo necessária uma superação radical da estrutura econômica que fundamenta o modo de produção capitalista para alcançar uma emancipação humana, condição indispensável para a plena realização das capacidades humano-genéricas.

trabalhadores assalariados” (MARX e ENGELS, 2008, p. 13). Em outras palavras, a burguesia foi capaz de “no lugar da exploração encoberta por ilusões religiosas e políticas [colocar] uma exploração aberta, desavergonhada, direta e seca” (*idem*).

Marx e Engels (2008) reconhecem que a burguesia foi capaz de processar profundas mudanças em relação ao sistema anterior. Transformou tanto as relações de produção como as relações sociais, colocando-as sob seu julgo e intenção, restando à outra classe apenas a “livre” negociação da venda de sua força de trabalho como garantia de sua sobrevivência. Com efeito, segundo Marx (2003), a nova dinâmica social coloca em lados opostos capitalistas e trabalhadores. Os primeiros, proprietários dos meios de produção e de meios necessários para a sobrevivência, cujo anseio é acrescentar valor, negociam a força de trabalho de outrem, os quais livremente vendem sua força de trabalho. O trabalhador livre, por não possuir nem os meios de produção nem ser propriedade do capitalista, como na sociedade servil, se torna meio indispensável para a nova ordem social por se tratar da única mercadoria capaz de criar valor. Assim, “o processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. O progresso constituiu numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista” (*idem*, p. 829).

O trabalho, organizado pela família patriarcal que, por sua vez, tem a liberdade e o domínio da produção, é capturado pela organização capitalista, a qual submete o trabalho e a produção aos interesses do mercado. Assim, o produto do trabalho, enquanto relação entre pessoas, na sociedade burguesa, torna-se relação entre mercadorias.

Com efeito, a sociedade burguesa, diferentemente das sociedades precedentes, vai exigir uma igualdade jurídica entre os homens que possibilite a negociação da venda da força de trabalho. Assim, todos são livres para vendê-la e exercer seu direito ao consumo, o que provoca uma falsa impressão da realização humana segundo as capacidades individuais. Nessa relação empregado-empregador, uma parte do trabalho é apropriada pelos proprietários dos meios de produção, o que Marx denomina de *trabalho excedente*.

A partir de Marx, Saffioti (1976, p. 27) aponta que

a forma fenomênica assumida pela apropriação deste trabalho excedente camufla as verdadeiras relações entre as classes sociais. O escravo, o servo e o trabalhador assalariado reproduzem constantemente seu próprio fundo de trabalho, isto é, produzem e reproduzem sua força de trabalho repetidamente, ao lado de criarem, com seu trabalho excedente, um valor que se apropria o senhor de escravo, o senhor feudal ou empresário capitalista.

Na função do servo e do escravo, o trabalho assume a forma ilusória de não pago. De fato, parte dele não é pago, outra retorna aos trabalhadores para a reprodução e conservação de sua força de trabalho. Já o trabalho assalariado transmite a falsa ideia de trabalho totalmente pago, o que encobre a situação de exploração à qual o trabalhador é submetido. Apesar de ocorrerem consideráveis modificações nas relações sociais, uma vez que o trabalhador assalariado não pertence mais a um senhor, seu trabalho também não lhe pertence, tornando-se mercadoria tanto quanto os demais produtos lançados ao mercado.

Com devida precisão, Saffioti (1976, p. 29) ressalta que a condição de assalariado não se estende para todos os membros da sociedade no processo de constituição do capitalismo. Dessa forma, elementos de ordem sociológicas “como sexo e etnia, operam como válvulas de escape no sentido de um alívio de tensões sociais geradas pelo modo capitalista de produção” (*idem*). Tais elementos passam a atuar como justificativa para segregação de uma parcela da sociedade, que supostamente não desenvolvera capacidades necessárias para o mercado competitivo. Entretanto, é o próprio modo de produção que se estabelece restringindo as possibilidades de expansão das potencialidades humanas.

Como afirma Saffioti (1976, p.31),

Em suas realizações históricas o sistema capitalista tem-se revelado bastante maleável, permitindo e mesmo estimulando mudanças institucionais às quais se opunham a tradição e o estilo de vida, como por exemplo, na família. Entretanto a elasticidade que o sistema capitalista de produção imprime às soluções para os problemas que gera encontra sério limite no próprio capital.

Nesse sentido, para Saffioti (1976), tratar da dependência e da subalternidade da mulher, já presente em outros modos de produção e potencializada no modo de produção capitalista, requer trazer para a análise a categoria *trabalho*, uma vez que “a determinação renovada da força de trabalho do produtor imediato como mercadoria constitui o melhor índice de sua integração na sociedade de classes” (*idem*, p. 31). Ao abordar o trabalho feminino, Saffioti, (1976) infere que as mulheres das classes populares sempre trabalharam. Mesmo nas economias que antecederam o capitalismo, seja na produção agrícola, manufatura, indústria ou mesmo no trabalho doméstico e, ainda, “enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental” (*idem*, p. 32).

Na Inglaterra, em período anterior ao capitalismo, as mulheres exerciam atividades comerciais, com exceção das solteiras, gozando de liberdade enquanto comerciantes. As mulheres casadas podiam ingressar no comércio respondendo como pessoa jurídica, e o casamento com integrantes de guildas lhes dava o direito de serem associadas ou de terem coparticipação nos negócios. Quando os maridos faleciam, obtinham o direito à herança e à

liberdade de negociar. Igualmente na França, a liberdade comercial vigorou para as mulheres. Já nas outras esferas – trabalho ou fora dele – as mulheres eram consideradas inferiores, com necessidade de proteção masculina. Assim, era por meio do casamento que as mulheres podiam alcançar posição social e prosperidade financeira. Tanto a mulher não trabalhadora como as pertencentes às classes populares eram subjugadas e tratadas como incapazes, necessitando de tutela e proteção do homem. Nessa relação, a mulher se tornava colaboradora no trabalho, ao mesmo tempo em que se submetia ao padrão de comportamento orientado pela sociedade patriarcal.

Contudo, “a tradição de submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem ser vistas isoladamente” (*idem*, p. 33). Ao considerar a família como “unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas” (*ibidem*), a realização do trabalho se torna atividade tanto de homens como de mulheres da classe trabalhadora.

Desse modo,

nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e politicamente seja a mulher inferior ao homem, ela participa do sistema produtivo, desempenha, portanto, um relevante papel econômico. Este papel, entretanto, na medida em que é menos relevante que o do homem, se define como subsidiário no conjunto das funções econômicas da família. Enquanto a produtividade do trabalho é baixa (isto é, enquanto o processo de criação de riqueza social é extremamente lento) não se impõe à sociedade a necessidade de excluir as mulheres do sistema produtivo. Seu trabalho ainda é necessário para garantir a ociosidade das camadas dominantes. (SAFFIOTI, 1976, p. 34)

Contudo, a autora observa que a subalternização do trabalho feminino já sinalizava o processo de expulsão da mulher do trabalho produtivo. No sistema feudal e no berço da economia urbana (burgos), ou mesmo no processo de industrialização, o trabalho feminino encontrou grandes obstáculos. Quando não impedidas, as mulheres ocupavam os piores ofícios, acentuando ainda mais a subalternização feminina, ao passo que o sistema produtivo alcançava um patamar mais elevado.

O modo de produção capitalista, além de explicitar a natureza dos elementos geradores da divisão da sociedade em classes sociais, utiliza a tradição para justificar a marginalização de setores da sociedade do processo de produção. Destarte, “é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais” (*ibidem*).

Entretanto, os entraves que a sociedade de classes impôs à participação social da mulher no desenvolvimento inicial do capitalismo não se apresentaram de forma uniforme. Foi a

própria necessidade do capital, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, que definiu como e em que medida as mulheres foram integradas à sociedade.

Desse modo, as mulheres esposas dos capitalistas em ascensão foram as primeiras a serem excluídas do processo produtivo. De outra forma, as mulheres das camadas populares da sociedade passaram a ser indispensáveis no processo de expansão do capital. A condição subalterna da mulher, herança de outros modelos de produção, é aproveitada para confluir uma superexploração das mulheres das camadas populares, as quais foram integradas ao trabalho industrial. Dessas mulheres, foi extraído o mais alto nível de exploração da mais-valia absoluta, por meio da ampliação da jornada de trabalho e de salários inferiores aos dos homens.

Em relação aos homens, “por ter deixado iludir pela identificação da masculinidade” gozando de uma “capacidade de mando”, consente na competição desigual do trabalho a inclusão das mulheres, numa relação de desvantagens para as mulheres, contribuindo para a manutenção do *status quo*. Dessa forma,

A grande maioria dos homens, centrando sua visão sobre a mulher como sua concorrente real no mercado de trabalho, deixa de perceber a situação feminina, e a sua própria, como determinadas pela totalidade histórica na qual ambos estão inseridos. Deixando-se mistificar pelo prestígio que lhe é conferido se obtiver pelo trabalho remunerado suficiente para permitir-lhe manter a esposa afastada das funções produtivas, não percebe que a mulher não ativa economicamente pode significar uma ameaça ao seu emprego enquanto trabalhadora potencial e que o trabalho não pago que ela desenvolver no lar contribui para a manutenção da força de trabalho tanto masculina quanto feminina. (SAFFIOTI, 1976, p. 41)

Para Saffioti (1976, p. 50), “a condição da mulher nas sociedades de classes tem sido vista por numerosos estudiosos como o resultado da injunção de fatores de duas ordens diversas: de ordem natural e de ordem social”. Assim, o fator biológico da mulher, especificamente no que diz respeito ao período reprodutivo, em que desde as últimas semanas para gestação e logo depois do parto encontra limitação para o trabalho, seja pela sua necessidade de recuperação ou pelos cuidados necessários que o recém-nascido requer, acaba reforçando a ideia de uma limitação da mulher para o trabalho que excede aquele período. Não obstante, visto que as questões de ordem natural se transformam em questões que envolvem toda a sociedade, esta também deve responder às questões que a maternidade impõe e não apenas as mulheres. De forma parcial, no capitalismo, algumas medidas foram tomadas, como a licença maternidade remunerada, ainda que de maneira insuficiente. Desconsiderar a questão reprodutiva ou relegá-la como questão exclusiva das mulheres, acentua a subalternização do trabalho feminino.

Essa questão é agravada na medida em que a dimensão do cuidado da família (maridos e filhos) e dos trabalhos domésticos também ficam a cargo das mulheres, deixando-as mais suscetíveis ao absenteísmo e, por conseguinte, à subvalorização no trabalho. Saffioti (1976, p. 52), problematiza “a evolução do trabalho feminino [...] encarada como decorrência da secularização das atitudes, da mudança de estrutura da família etc”. Para a autora,

a estrutura econômica de uma nação tem influência muito mais decisiva sobre o engajamento da mulher em empregos remunerados do que a liberalidade atingida nos setores da sexualidade e da reprodução, assim como das facilidades oferecidas à mãe na guarda e cuidado dos filhos. (SAFFIOTI, 1976, p. 54).

Não obstante o avanço da estrutura familiar, a forma como a mulher desenvolve suas funções no âmbito da sexualidade, da reprodução e da formação dos filhos possui relevantes rebatimentos no trabalho feminino. De forma automática, a mulher incorpora algumas funções que a sociedade lhe impõe; porém, esse processo não ocorre de forma autônoma, mas enraizada na estrutura econômica social. Ao mesmo tempo em que o trabalho se torna, para a mulher das classes menos favorecidas, um meio de incorporação na sociedade de classes, a vida em família subjetiva e objetivamente se constitui de forma indispensável. Dessa forma, há uma hierarquização de suas atividades, colocando em segundo plano o trabalho fora do lar.

Saffioti (1976, p. 59) sinaliza que esse processo de subalternização do trabalho feminino, que avança na sociedade de classes, também rebate na organização sindical da trabalhadora de tal modo que, “colocada em segundo lugar, não há, para ela, nem motivos e nem tempo para que se dedique eficazmente, através das organizações sindicais, a melhorar sua posição de barganha no mercado de trabalho”. Em síntese, nas palavras de Saffioti, pode-se inferir que

a atuação das organizações sindicais femininas reflete, pois, a dualidade da posição da mulher nas sociedades competitivas. A hierarquização dos sexos na família, impedindo ou pelo menos dificultando a atuação sindical da mulher, acaba por reforçar a discriminação social de que é alvo. A expulsão das mulheres da estrutura ocupacional alivia as tensões geradas pelo excesso de mão-de-obra no mercado de trabalho, mantendo economicamente inativos imensos contingentes femininos que, a qualquer instante, a sociedade poderá mobilizar. (SAFFIOTI, 1976, p. 59)

E, ainda, no caso da subalternização do trabalho feminino, “justificando-se através do ‘complexo de masculinidade’ e da mística feminina, utiliza tanto o homem quanto a mulher como veículos mais ou menos inconscientes de exploração de sua própria força de trabalho nas sociedades de classes” (*idem*, p.65). Nem mesmo o processo de luta sindical e os avanços da legislação trabalhistas foram capazes de integrar o trabalho feminino, fazendo-o sair da forma

marginal e subsidiária no modo capitalista de produção, na medida em que tal trabalho torna-se fundamental para a administração das crises estruturais do capital.

Ao abordar o processo de consciência acerca da problemática da mulher, Saffioti (1976) assevera que a manutenção de valores presentes em outros modelos de produção beneficiou a subutilização da mulher enquanto força de trabalho. A liberdade para a venda de força de trabalho não alcançou metade da população por ser mulher, admitida ou não pelo capital segundo sua necessidade, como vimos anteriormente. A igualdade prometida pelo modo de produção capitalista, na realidade, não se estabeleceu ou, pelo menos, não se estendeu para todos os membros da sociedade. Às mulheres, os direitos civis e políticos foram negados e sua atuação social limitada.

Pode-se afirmar que, se a condição da mulher nas sociedades capitalistas até há bem poucos anos não se prendia inteiramente a estruturas sociais passadas, na condição das mulheres estavam presentes contradições próprias de formações sociais anteriores e contradições típicas do mundo capitalista de produção. (SAFFIOTI, 1976, p. 68)

Nem a Revolução Francesa de 1789, nem, tampouco, a Revolução Industrial europeia de 1780-1840 foram capazes de oferecer às mulheres uma saída para a subserviência. Por se tratar de uma sociedade fundamentada no antagonismo de classe, as promessas da Revolução Francesa, cujos ideais estavam alicerçados em igualdade, fraternidade e liberdade, não puderam ser levadas ao fim e ao cabo para toda a população. A igualdade prometida se estabeleceu no plano jurídico e, na prática, para uma parcela da sociedade. As diferenças entre os sexos, ao contrário do que se pensa, foram intensificadas. Aos homens, ainda que formalmente, foram conferidos direitos civis e políticos, enquanto para as mulheres a mudança mais significativa que se processou foi a possibilidade de venda de sua força de trabalho, afastando-as da vida exclusivamente doméstica sem, contudo, conferir-lhes participação na esfera pública da sociedade.

O alargamento das liberdades humanas foi processo que atingiu escassamente a mulher, independentemente da classe social a que pertencesse. Em última instância, sua pertinência à categoria sexo feminino impôs-lhe viver sua condição de classe de modo diverso do homem. (SAFFIOTI, 1976, p. 106)

Evidenciados os limites do modo de produção capitalista, o socialismo ganha terreno e a questão da mulher não lhe passa de forma despercebida. Desde o socialismo utópico, a libertação do gênero feminino foi tomada como relevante. Autores como Saint-Simon, embora

de forma tangencial, sinalizavam a necessidade da emancipação da mulher como requisito para a evolução da sociedade (*idem*, p. 70).

Saffioti (1976) destaca que, apesar de também ser um socialista utópico, Fourier avança para além de Saint-Simon. Sua proposta, em 1808, é a de que a educação seja oferecida de forma igualitária para mulheres e homens e que o trabalho doméstico seja organizado por estabelecimentos, assim como a criação de espaços destinados à socialização das crianças. Desse modo, defende uma maior integração das mulheres na sociedade e, ainda, “denuncia não apenas a submissão das mulheres, mas também a alienação do homem” (*idem*, p. 72).

No socialismo científico, “a solução para o problema da mulher passa a ser buscada na destruição total do regime capitalista e na implantação subsequente da sociedade socialista” (SAFFIOTI, 1976, p. 72). Em 1842, Marx expressa, em seus artigos para a Gazeta Renana, suas ideias acerca do matrimônio e da condição da mulher. Não se coloca contrário ao matrimônio, mas tampouco advoga a favor da sua indissolubilidade. Com ênfase na desmistificação das relações sociais capitalistas, as obras de Marx ofereceram importantes elementos para o estudo das questões relativas à mulher.

Marx e Engels (2008) também expressam claramente sua posição ao afirmarem, com exatidão, a necessidade de “abolir o papel da mulher como simples instrumento de produção” (*ibidem*). Contudo, a crítica central que Marx apresenta é ao capital. Para o autor, a possibilidade de emancipação do gênero humano está na superação da sociedade de classes e um de seus elementos primordiais é a propriedade privada, que tem na apropriação do trabalho excedente seu elemento essencial. Segundo o autor, com a propriedade privada, o homem é estranhado de seu objeto de trabalho e de si mesmo. Desse modo, somente com a superação do modo de produção capitalista o homem pode recuperar sua essência, realizar-se e desenvolver suas capacidades. Nesse sentido, Marx afirma que, no âmbito das relações, mais especificamente homem-mulher, o casamento também se expressa como apropriação do outro. Para as mulheres, tal relação ainda se configura de maneira mais intensa, uma vez que é ela que se torna propriedade exclusiva.

Na relação com a *mulher* como *presa* e criada da volúpia comunitária está expressa a degradação infinita na qual o ser humano existe para si mesmo, pois o segredo desta relação tem a sua expressão *inequívoca*, decisiva, *evidente*, desvendada, na relação do *homem* com a *mulher* e no modo como é apreendida a relação genérica imediata, natural. (MARX, 2004, p. 104, grifos do autor)

Em sua obra “*O Capital*”, admite que o modo de produção capitalista trouxe certo avanço ao transformar as relações familiares e afirma que,

por mais espantosa e repugnante que nos pareça a dissolução da antiga família dentro do sistema capitalista, não é menos certo que a grande indústria, ao atribuir à mulher, ao jovem e à criança de ambos os sexos um papel decisivo nos processos socialmente organizados da produção, arrancando-os com isto à órbita doméstica, cria as novas bases econômicas para uma nova forma superior de família e de relação entre os sexos. (MARX, 2003, p. 410)

Não obstante, também compreende que tais transformações são limitadas aos interesses do capital, que permite certos avanços, mas não proporciona uma transformação radical dessas relações. Assim, para Marx, a emancipação da mulher coincide com o processo de humanização do gênero humano. Nesse sentido, pode-se verificar uma concordância entre Marx e Fourier, que sinaliza que uma transformação societária pode ser identificada pelo progresso alcançado pela mulher ou ainda, que o desenvolvimento da humanidade pode ser medido de acordo com a relação entre os sexos (FOURIER apud Marx, 2004).

Marx compreende que as questões vivenciadas pelas mulheres não podem ser vistas de forma isolada, mas como parte intrínseca da estrutura social. As leis que regem a família, o casamento e a propriedade coadunam para a manutenção do próprio modo de produção. Dessa forma, faz-se necessária a supressão do próprio modo de produção capitalista para que haja uma verdadeira emancipação da humanidade – homens e mulheres.

Ao retomarmos os escritos de Engels, na “*Origem da família e propriedade privada*”, nos deparamos com a referência que o autor faz à monogamia, relacionando-a de forma direta à propriedade privada. Concomitantemente, o modelo monogâmico de família solidifica a união conjugal. A fidelidade matrimonial torna-se regra inviolável para a mulher, e o objetivo da monogamia torna-se a procriação para que os filhos de paternidade irrefragável tenham assegurado o direito à posse de seu progenitor (ENGELS, 2014, p. 74). Ao analisar os fundamentos que sustentam as relações entre os sexos, Engels (*idem*, p. 23) retoma a afirmação feita por ele e Marx na obra “*A Ideologia Alemã*”: “a divisão do trabalho não era primitivamente senão a divisão do trabalho no ato sexual”. Engels ainda afirma que o primeiro antagonismo de classe surge juntamente com as disparidades entre homens e mulheres no relacionamento conjugal, já a primeira opressão de classe emerge com a opressão da mulher pelo homem.

Ainda assim,

a monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período – no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos

estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade. (ENGELS, 2014, p. 79)

Em concordância com Engels, Saffioti (1976, p. 76) reitera que a família monogâmica está em profunda sintonia com a propriedade privada e, por conseguinte, com o modo de produção capitalista. Contudo, para a autora, esse elemento não pode ser considerado como exclusivamente responsável pela inferiorização feminina na sociedade. Contrapondo à afirmação de Engels (2014, p. 90) – “na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário” –, Saffioti (1976, p.76) problematiza a compreensão da relação entre homens e mulheres como “da mesma natureza que as relações entre as classes sociais”. Para a autora, apesar de ser possível serem observados aspectos socializadores específicos da sociedade de classes, também podem ser observados aspectos de dominação que não estão vinculados diretamente à propriedade privada.

Dessa forma,

as categorias de idade, como as de sexo, não apresentando autonomia sócio-econômica e cultural e inserindo-se nas totalidades parciais (classes sociais) de que se compõe a sociedade, são não apenas coletividades diversas das classes sociais, como também mantêm entre si relações de natureza diferente daquelas que caracterizam a ação recíproca de coletividades que ocupam posições antagônicas na estrutura social. (SAFFIOTI, 1976, p.78)

Com efeito, não se pode desconsiderar a influência que a sociedade de classes opera nas relações sociais, ainda que aparentemente as desigualdades se manifestem apenas como elementos naturais, encobrindo os antagonismos entre as classes. Como explicita a autora, a subordinação das mulheres não explica o funcionamento do sistema de produção; de outro modo, é a partir das determinações essenciais do modo de produção que podem ser evidenciadas as raízes de opressão/subordinação feminina.

Para Engels (2014, p. 92), a emancipação das mulheres, o fim da monogamia, da prostituição e de outras consequências “tanto do ponto de vista moral como do ponto de vista econômico”, estão vinculadas ao fim da sociedade de classes. Contudo, ao contrário do que sinalizou o autor, tal emancipação não acontecerá de forma automática em outra organização social.

De outra forma, Saffioti (1976, p. 83) afirma que será necessário “que a sociedade se empenhe na eliminação de uma mentalidade habituada a promover a inferiorização de fato da mulher”. Articulada à socialização dos meios de produção, faz-se necessária uma legislação

que não discrimine os sexos no trabalho, na política e no campo da cultura. A autora ainda reitera que essa será uma tarefa legada a várias gerações.

Especificamente no campo da cultura, é necessário ressaltar o papel das instituições sociais, no que tange ao comportamento humano, seja para manutenção ou alteração dos costumes e da ordem social. Uma delas, a Igreja Católica, como uma das mais duradouras instituições, “tem atuado no sentido de atenuar tensões e retardar mudanças sociais” (*idem*, p. 91). Sua atuação produz efeito atenuante das tensões geradas pelo próprio modo de produção, ao mesmo tempo em que corrobora com o *status quo*, garantindo também sua própria manutenção na estrutura de poder. Para assegurar sua perpetuação, a Igreja torna-se capaz de conformar a doutrina cristã às exigências do capital, processando mudanças que corroborem com sua manutenção sem, contudo, colocar em xeque a ordem estabelecida. Na tarefa de aliviar as tensões entre as classes sociais, a Igreja consegue, com maestria, minimizar as divergências entre as mesmas e consolidar a manutenção das diferenças sociais, pilar das sociedades de mercado.

Ao que se refere à questão da mulher, a Igreja Católica por meio de sua doutrina, ainda que de modo velado, tem contribuído com a subalternização da mulher e sua submissão ao homem. Isso pode ser observado em algumas encíclicas papais⁵ que evidenciam tal questão. Com relação ao divórcio, a Igreja Católica manteve uma posição proibitiva e condenatória até mesmo em caso de infidelidade, o que reforça a sujeição da mulher ao homem uma vez que o marido adúltero é aceitável tanto pela sociedade quanto pela esposa traída, ao passo que, no caso das mulheres, a traição sofre recriminação da sociedade e rechaço do marido.

Não obstante, para além da Igreja católica, outras denominações religiosas também tendem a reforçar a sujeição da mulher ao homem, em defesa de tradições e valores morais conservadores.

Dessa forma, considerando esse processo histórico e as questões de exploração, dominação, opressão e discriminação que, de forma secular, se colocaram às mulheres, eclode o *movimento feminista*, cujo berço se dá na Europa. Este movimento emerge com duas perspectivas distintas: uma denominada por Souza-Lobo (2011, p. 212) de feminismo liberal e outra, vinculada ao movimento socialista e a partidos de mesma tendência.

⁵ *Rerum Novarum* (15/05/1891), em que os trabalhos domésticos e a domesticação sexual aparecem como dádiva feminina; *Quadragesimo Anno* (15-05-1931), cuja obrigatoriedade da mulher inserida no mercado de trabalho é questionada, já que a obriga afastar-se do lar e dos cuidados dos filhos, nem de longe a encíclica sinaliza a necessidade de equiparação salarial e de condições de trabalho para ambos os sexos ou a realização da mulher no trabalho, ou ainda sua autonomia financeira; *Casti Connubii* (31/12/1930), na qual Pio XI defende uma hierarquia doméstica e a sujeição da mulher ao marido, justificando-a como ordem natural e através dos ensinamentos bíblicos (SAFFIOTI, 1976, p. 93-96).

2.2 O MOVIMENTO FEMINISTA

É na emergência da sociedade capitalista que surge a luta feminista. Esta se caracteriza como forma de enfrentamento às desigualdades entre os sexos e outras questões relativas às desvantagens das mulheres, intensificadas pelo modo de produção capitalista. De diferentes formas e de acordo com os processos sociais de cada região, as lutas das mulheres tomam forma. A seguir, será retomada, de forma sintética, o surgimento e as lutas que acompanharam o movimento feminista em alguns países europeus e nos Estados Unidos. As particularidades do feminismo brasileiro serão abordadas na seção seguinte.

De acordo com Gurgel (2016), foi na Revolução Francesa que as mulheres se despontam, pela primeira vez na história, como sujeito político. Além de se incorporarem à luta em confronto com a burguesia, as mulheres iniciaram um processo de reivindicação em torno do direito à participação pública, trabalho, educação e participação política.

Pela resistência que as mulheres mantiveram no processo de consolidação da sociedade moderna e, por isso, consideradas uma ameaça à nova ordem social, não foram reconhecidas como cidadãs. Além desse impedimento, “o regime burguês reafirmou a hierarquia na família como base para a organização social, posicionando-se contra o direito ao amor livre e ao divórcio, reclamado pelas mulheres no processo da Revolução Francesa” (*idem*, p. 2).

Nesse processo, algumas mulheres descontentes com sua situação vão reivindicar as mesmas liberdades conferidas aos homens pela revolução. Olympe de Gouges, em 1789, imprime às lutas das mulheres um caráter político com sua proposta de “declaração de direitos da mulher” em concomitância à “declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, propondo a eliminação dos privilégios masculinos. Contudo, o avanço de sua iniciativa esbarrou nos interesses da revolução que buscava desbancar os privilégios feudais sem, contudo, colocar em xeque as vantagens masculinas. Como define Saffioti (1976, p. 107), “a palavra de ordem da revolução não era apenas burguesa; era burguesa e masculina”.

Nesse contexto, o feminismo se manifestou de forma enfraquecida e subsumida, sendo retomado três décadas depois, juntamente com o socialismo utópico, impulsionado por Saint-Simon e, posteriormente, por Fourier e Cabet.

Em 1832, o jornal *La Femme Libre*, aproveitando o contexto de reivindicação proletária, em sua primeira edição, a partir das inspirações de Saint-Simon, convocou as mulheres a lutarem por seus direitos. Inspirado pelas teorias de Fourier, Eugéni Niboyet, fundou-se em

Lyon, em 1833, o periódico feminista *le conseiller des femmes* que, em 1848, terá um importante papel na luta pela libertação das mulheres.

Apesar de trazer à tona a questão da mulher, o socialismo utópico não foi capaz de elaborar estratégias eficazes para tal questão, dada sua inconsistência teórica. Ainda assim, é válido ressaltar autores como Flora Tristan que, antes mesmo de Marx e com uma análise mais refinada que a de Fourier, aponta para a vinculação da causa operária à libertação da mulher. A autora defendia direitos iguais para homens e mulheres e a necessidade do próprio sujeito, a quem interessa a libertação, de reivindicá-la. A educação é defendida pela feminista como medida necessária para a emancipação do conjunto dos trabalhadores. Apesar de também coexistir com alguns equívocos, como o privilegiamento da categoria sexo feminino em detrimento de classe social, suas análises contribuíram para o próprio avanço de uma consciência proletária, oferecendo subsídios socialistas à luta das mulheres na revolução de 1848.

Contudo, a revolução de 1848 sufocou as reivindicações das mulheres trabalhadoras. A conquista do sufrágio universal, excluindo as mulheres, impulsionou a luta das mesmas pelo sufrágio feminino. Atentando-se para outras questões, além do voto feminino, o feminismo francês, por meio do editorial *La Voix des Femmes*, denunciou a extensa jornada de trabalho e a baixa remuneração das mulheres. Ademais, foram organizadas oficinas, principalmente em Paris, para enfrentar o desemprego feminino. Assim, surgiram, pela primeira vez, organizações operárias dirigidas por mulheres.

Nesse mesmo contexto, os trabalhadores enfrentaram questões relativas à organização do trabalho pelo Estado. As mulheres reivindicavam alterações das oficinas e uma melhor organização do trabalho. Contudo, o governo não respondeu às demandas das mulheres e decretou o fechamento das oficinas masculinas. Em solidariedade aos homens, o feminismo cedeu lugar à causa dos trabalhadores, sem, contudo, obter resultados favoráveis. Com esse decreto, o governo intensifica ainda mais a marginalização da mulher, proibindo sua filiação e participação nos clubes. Outras iniciativas, como a Federação das Associações Operárias, que buscavam articular o feminismo à causa operária foram desenvolvidas; entretanto, a força policial inibiu tal experiência.

Diante desse cenário de repressão e legislação retrógada, o feminismo se deparou com grandes desafios. Contudo, a luta das mulheres seguiu de forma intermitente, tendo um maior impulso com a reivindicação pelo sufrágio feminino, impulsionado com a ampliação de associações feministas. Somente em 1909, com a fundação da União Francesa pelo Sufrágio das Mulheres, a luta pelo voto feminino ganhou maior repercussão e força. Chegou-se a

conquistar na Câmara, em 1919, a aprovação do projeto de sufrágio⁶ feminino; porém, este foi rejeitado pelo senado três anos depois.

Somente em 1944 o projeto de lei do sufrágio feminino apresentado por um deputado socialista foi aprovado, garantindo à mulher francesa o direito de votar e ser votada. Entretanto, mesmo com o avançar dos anos, a representação feminina permaneceu insuficiente e sem perspectiva de ampliação.

Na Inglaterra, o livro de Mary Wollstonecraft (*“Vindication of the Rights of Women”*), de 1792, tornou-se relevante ao expor em forma de protesto a situação das mulheres. Em sua obra, a autora explicitou profundas críticas ao sistema educacional para mulheres, reivindicando uma educação voltada para a capacitação e independência feminina nos mesmos moldes das escolas frequentadas pelos homens. Contudo, os ideais de Mary não foram capazes de suscitar um movimento organizado de mulheres. Nem mesmo a reforma eleitoral de 1832, que sinalizou uma abertura democrática, conseguiu mobilizar as mulheres por reivindicações em torno da alteração de sua condição. As operárias inglesas não encampavam luta por igualdade entre os homens no trabalho; sua principal reivindicação voltava-se para a proteção de seu trabalho. Foram as mulheres das classes médias as precursoras das lutas por melhores oportunidades de trabalho, de educação e inserção na vida política. Contudo, também havia mulheres que, baseadas na moralidade vitoriana, defendiam de forma incisiva os papéis culturais socialmente estabelecidos, confrontando-se com o ainda incipiente feminismo, defendendo a ideia de superioridade masculina e se opondo ao movimento sufragista.

Foram necessários anos de luta, ações radicais, manifestações, prisões e mortes para que o voto feminino fosse aprovado na Inglaterra. Saffioti (1976) destaca que o fator primordial para a redução das diferenças políticas entre homens e mulheres foram as atividades bélicas empreendidas em 1914. Independentemente de seu estado civil, as mulheres entre 18 e 50 anos tiveram a oportunidade de ingressar nos cargos vagos pelos homens que serviam à guerra. Com o fim da guerra, uma parcela das mulheres inglesas, com mais de 30 anos, proprietárias ou esposas de proprietários, adquire o direito ao voto, enquanto o voto universal fora aprovado em 1919.

⁶ Saffioti (1976) ressalta que a sinalização da Igreja Católica a favor do voto feminino foi um marco importante para sua conquista. Prezando pelo fortalecimento de candidatos cristãos, a Igreja apoia a causa do sufrágio feminino, o que causa divisão no Senado, cuja maioria do congresso permanece resistente ao voto feminino, sendo os cristãos e os radicais de esquerda favoráveis. O apoio dos Católicos também causou desconfiança entre os socialistas, que se preocupavam com a possibilidade de fortalecimento da democracia cristã com a inclusão do voto feminino, considerando o moralismo das mulheres na França.

A emergência do feminismo norte-americano recebeu grande influência do movimento abolicionista, que trouxe à tona a questão da mulher. Entretanto, o feminismo americano se distingue do movimento feminista francês por não desenvolver nenhuma vinculação com o socialismo. Ademais, a luta das mulheres – em sua maioria pertencentes a setores médios da sociedade – esteve centrada na ampliação de seus direitos e possibilidades dentro do modo de produção capitalista. Já as mulheres operárias se organizaram em torno das questões relativas ao mundo do trabalho feminino, que se constituía de longas jornadas de trabalho e baixa remuneração.

Não obstante, em 1869 a luta sufragista também ganhou terreno com a criação da Associação Nacional para o Sufrágio das Mulheres. A partir desta data, o direito ao voto, em muitos Estados norte-americanos, foi alcançado. A aceleração do crescimento econômico da nação também possibilitou a educação e uma ampla inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Acreditava-se que a luta pela igualdade dos sexos seria impulsionada pelos partidos no momento em que as mulheres pudessem votar. Assim, “o direito de voto é, pois, visto como um meio de se pressionarem os partidos políticos a considerar a opinião das mulheres” (SAFFIOTI, 1976, p. 124). Nessa direção, Miss Stevens e Alice Paul reorganizaram a luta das mulheres em 1913. Mobilizaram-nas para manifestações, marchas e diversas ações pela conquista do voto feminino para todas as mulheres americanas. Depois de aprovado na câmara, em 1918, e vetado no senado no mesmo ano e no ano seguinte, o Congresso Republicano concedeu o direito ao voto para todas as americanas⁷.

Na Alemanha, apesar de o primeiro manifesto feminista ter sido lançado em 1790, até 1848 o movimento feminista ainda não se apresentava com propostas e reivindicações. Naquela mesma data, Louise Otto, com o processo de unificação da Alemanha, reivindicou para as mulheres a incorporação no mercado de trabalho e, em 1865, criou a Associação Geral das Mulheres Alemãs. Iniciou-se, assim, uma relação entre feminismo e socialismo, cuja principal referência será August Bebel com reivindicações em torno da igualdade dos sexos.

No final do século XIX, as mulheres operárias se organizavam em associações e as socialistas, em uma Federação. Nesse processo, cabe ressaltar a participação de Clara Zetkin nos conselhos do Partido Social Democrata desde 1892. Zetkin desempenhou uma importante

⁷ A luta pelo voto feminino continuou por toda a América. Em 1928, foi criada a Comissão Interamericana das Mulheres, com realização da 7ª Conferência das Repúblicas Americanas, realizada em Havana. Em 1933, como resultado dos tratados de Montevideu, dezenove repúblicas americanas assinaram uma Convenção Internacional abolindo a disparidade política entre homens e mulheres.

função no que diz respeito às aspirações das mulheres, contribuindo com a elevação do nível intelectual das alemãs. Em 1907, quando Rosa Luxemburgo iniciou suas atividades como professora na Escola do Partido Social Democrata em Berlim, do número de alunos de sua turma, apenas uma era mulher. Em 1918, este número se elevou com a formação do grupo Spartakus que, posteriormente, se tornou núcleo do Partido Comunista Alemão. Também é fundamental destacar a importância de Alexandra Kollontai no movimento operário de 1905 a 1908. Como militante do Partido Social-Democrata Russo, apontou de forma incisiva a necessidade do socialismo para a emancipação das mulheres (GONZÁLEZ, 2010).

Contudo, o feminismo não se constituía de forma homogênea. Louise Otto procurava imprimir ao movimento um caráter nacionalista com o objetivo de unificação da Alemanha e, ao mesmo tempo, buscava conquistar uma promoção social para as mulheres, independentemente de sua classe social. As reivindicações da Associação Geral das Mulheres Alemãs, de 1865, reclamam, para as mulheres, o direito ao trabalho e à educação. Destaca Saffioti que

a partir de 1867, quando no Congresso do trabalho reunido em Gera chama a atenção para a opressão comum de que eram vítimas a mulher e o proletariado, uma clivagem se desenvolve entre o feminismo pequeno-burguês dos estratos médios e o feminismo revolucionário da classe operária. (SAFFIOTI, 1976, p. 125)

A autora ressalta a divergência, dentro do Partido Socialista, acerca do feminismo, pois, apesar de “Bebel e outros defenderem os direitos da mulher, o partido socialista recusou-se a assumir, oficialmente, uma posição feminista” (*idem*, p. 126). A partir do argumento de que a mulher não se encontrava preparada para o trabalho, a proposta de igualdade entre os sexos de Bebel, apresentada na Convenção de Gotha, foi inteiramente rechaçada. Depois de extintas as organizações socialistas por Bismark, só em 1891, durante o Congresso de Erfurt, que o Partido Social Democrata reconheceu a causa feminista a favor da igualdade entre homens e mulheres.

Merece destaque a produção de Bebel “*A mulher e o socialismo*”, livro lançado em 1883, que associa a libertação feminina ao fim da sociedade de classes. Suas análises apontam para uma “incompatibilidade congênita entre o ‘feminismo autônomo’ (pequeno-burguês) e o feminismo incluso num amplo programa de transformações radicais da sociedade capitalista” (*idem*, p. 127). A produção de Bebel também contribuiu para uma unificação do socialismo internacional em relação à questão da inserção da mulher no mercado de trabalho, admitida como um passo importante no processo de libertação da mulher.

Nos anos subsequentes à Primeira Guerra Mundial, as mulheres conquistaram o direito a voto e cadeira no Parlamento Alemão. Entretanto, com a implantação do nazismo⁸, muitas conquistas das mulheres retrocederam, como a restrição a cargos oficiais e o direito à educação superior.

De forma geral, de acordo com Souza-Lobo (2011, p. 212), na Europa, paralelamente à luta feminista liberal, cujas reivindicações estavam situadas no campo da emancipação política – educação, igualdade civil e políticas – também se concretizaram lutas feministas classistas ligadas ao movimento operário e aos partidos socialistas. A denúncia das operárias feministas se centrava na exploração vivenciada pelas mulheres, que tinham seus salários rebaixados e nas relações opressoras e sexistas por parte dos patrões. Somando-se a isso, encampavam lutas acerca da discriminação no próprio meio sindical e da opressão presente na família operária. Entretanto, em 1880, tais denúncias foram esvaziadas, na medida em que avançava a concepção de uma revolução social capaz de libertar toda forma de opressão, incluindo a opressão feminina, vista como “produto da sociedade”. Desse modo, não haveria necessidade da luta específica das mulheres, mas de uma participação política das mesmas nas lutas em prol da revolução. Nessa perspectiva, em 1889, no Congresso da II Internacional, Clara Zetkin, junto a outras militantes, reivindicaram como luta dos trabalhadores em prol de uma sociedade socialista a incorporação do trabalho feminino na indústria, bem como autonomia financeira para as mulheres. Dessa forma, “enquanto o feminismo liberal insistia na emancipação das mulheres, o feminismo socialista tinha como eixo a participação política das mulheres trabalhadoras” (*idem*).

No III Congresso da Internacional Comunista, em 1921, ressoa a preocupação de alcançar a massa de mulheres (operárias, donas de casa, camponesas, empregadas) para os ideais comunistas. De forma inédita, surge a proposta dos partidos (Bolchevique e outros de similar orientação) de criarem espaços para organização específica de mulheres nos próprios partidos, sindicatos e comitês vinculados à Secretaria Internacional de Mulheres.

Souza-Lobo (2011, p. 212-213) explicita que as análises das esquerdas acerca da opressão feminina realizadas no período acima explicitado indicavam três importantes questões: a) a opressão das mulheres eram assentadas nas relações capitalistas, sendo assim, deixaria de existir numa sociedade socialista; b) o elemento essencial da desigualdade entre os

⁸ “É como reprodutoras, casadas ou solteiras, que o III Reich vê, nas mulheres, importantes contribuintes para a construção da sociedade nazista” e ainda, “o exemplo da Alemanha de Hitler atesta como as conquistas femininas são frágeis nas sociedades de classes; esfumam-se ao sabor dos ventos ideológicos, das crises econômicas, das políticas demográficas” (SAFFIOTI, 1976, p. 127).

sexos pelo trabalho assalariado, sendo necessário uma incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, impulsionando sua organização e participação política; c) em termos organizativos – associações e setores femininos articulados pelos partidos comunistas, daquele período – a estrutura ditada pelo Komintern freava as atividades e ações das mulheres dessas organizações.

Contudo, ainda havia mulheres que conseguiam frear o bloqueio presente na esquerda, como o caso da feminista Emma Goldman, que, em 1906, argumentava acerca dos limites do direito ao voto e da igualdade no trabalho. A militante defendia a necessidade de ruptura da opressão e submissão das mulheres, bem como a determinação de práticas associadas a homens e mulheres. Contudo, tal ponto de vista só alcançou reverberação na esquerda a partir de 1968.

É também a partir desse momento que o feminismo liberal retoma a luta pela igualdade dos direitos civis, principalmente nos Estados Unidos. Derivado de lutas que reivindicavam o reconhecimento da opressão vivenciada, especificamente pelas mulheres, emerge um novo feminismo questionando a submissão da sexualidade da mulher à maternidade. Souza-Lobo (*idem*, p. 213) ressalta que esse feminismo emerge fora da esquerda; contudo, suas novas problematizações não deixam de influenciar a esquerda. As novas reflexões emergiram de reuniões de mulheres que problematizavam o lugar que ocupavam tanto no cotidiano da sociedade, como nas organizações políticas nas quais se inseriam.

As participantes desses grupos, nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, eram mulheres já comprometidas politicamente com lutas definidas, mas cansadas de ter voz política submissa no interior das organizações que militavam; e mulheres educadas de classe média, cansadas de seu isolamento e confinamento na esfera doméstica e de sua subordinação na esfera pública e profissional. (SOUZA-LOBO, 2011, p. 213)

É desse contexto que surgem novas temáticas incorporadas à noção de opressão feminina, bem como uma “nova prática política, que punha em questão as relações do movimento com a política tradicional, com a política das esquerdas” (*ibidem*). Ganham expressão novas reivindicações, como o direito ao aborto e à não concepção, a vivência da sexualidade para além da concepção, o questionamento acerca do trabalho doméstico, a educação fragmentada, a subalternização das mulheres vista como cidadãs de segunda classe, bem como a desvalorização das profissões que, principalmente, eram destinadas às mulheres e a própria participação política permeada por constante opressão sexista. Inevitavelmente, essa experiência provocou uma forte crítica às organizações políticas, à sua forma de hierarquia e de liderança.

Os anos seguintes a 1968 foram decisivos no que se refere ao feminismo. Houve, a partir deste momento, uma ascensão da temática da mulher que se manifestava nas diversas ações desenvolvidas. Foi publicada uma variedade de artigos que colocam em evidência a opressão vivenciada pelas mulheres; outros movimentos se dedicavam à participação política de forma direta e outros pautavam a igualdade de direitos civis. Para Souza-Lobo (2011, p. 214), tal efervescência das lutas feministas sinalizava uma importante singularidade ao que tange à forma de organização política das esquerdas (tradicional e ortodoxa), “a ausência de uma distinção ordenada entre o que era político, o que era reflexão e o que era pessoal”. A dissolução das fronteiras do individual, político, teórico e prático, também resultou num grande desafio para o próprio movimento de renovar constantemente suas práticas.

É preciso ressaltar que esse longo processo repleto de desafios se ancorou na defesa da autonomia do movimento feminista, o que lhe exigiu um enorme esforço de renovar sua perspectiva de luta, além de seus objetivos e métodos, uma vez que suas propostas não se limitavam às reivindicações econômicas ou na disputa pelo poder. Souza-Lobo (2011) ainda afirma que tais elementos sinalizam que falar de um movimento específico (e não organização) requer o reconhecimento de “liberdade de estruturas”. Neste sentido, pode-se compreender a organização diferenciada desses movimentos na defesa de estruturas menos engessadas, livres, descentralizadas e sem hierarquias. A autora aponta que, nesse contexto, é a própria organização política das mulheres e da esquerda que passa a ser questionada.

Tais críticas foram acompanhadas de algumas limitações, como a defesa de uma feminização da política, acreditando-se que os adjetivos aplicados às mulheres alcançariam de forma automática os homens. Com isso, constrói-se um ideal de mulher como um sujeito político privilegiado negando outras práticas.

No bojo desse processo,

noções como prática, militância e política são revisitas tanto a luz de uma consciência feminista como de uma consciência de classe, forjadas na coletividade, “na tentativa de reconciliar o cotidiano e o cenário político-social”. (SOUZA-LOBO, 2011, p. 215)

Dessa forma, o processo histórico do feminismo também propiciou a iniciativa de lutas que vão além das segmentações “mulheres-homens, privado-político, casa-trabalho, geral-específico” (*idem*), numa perspectiva de uma sociedade em que mulheres e homens sejam livres.

Também é preciso admitir que algumas interpretações equivocadas da produção de Marx resultaram numa subalternização da questão da mulher, relegando a questão como menos

importante na luta de classes. Contudo, as abordagens feministas no campo marxista já demonstraram a importância de incorporar a luta das mulheres como luta da classe trabalhadora que, como afirma Souza-Lobo (2011), tem dois sexos; da mesma forma que as contribuições de Bebel, Zetkin e Kollontai, nos anos finais do século XIX e início do XX, já superavam as análises do feminismo burguês.

2.4 O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O movimento feminista brasileiro, apesar de apresentar particularidades, não está descolado dos questionamentos promovidos pelo movimento em âmbito mundial. A partir dos estudos feministas que tematizam o feminismo no Brasil, Souza-Lobo (2011, p. 243) vai destacar que é comum encontrar abordagens que distinguem, em diferentes grupos e práticas, o movimento como os que se constituíram no exílio; os denominados de “autoconsciência” de naturalidade brasileira; os grupos denominados “lutas de classes” e “os próximos do feminismo radical”. Dentre eles, Souza-Lobo (2011) enfatiza a importância do feminismo “luta de classes”, reconhecido por Anette Goldberg como um feminismo “bom para o Brasil”⁹.

Foi a partir dos diversos grupos, tendências e vertentes que se conformou um movimento social que, a partir da década de 1970¹⁰, é capaz de questionar as relações sociais e culturais e, ao mesmo tempo, reivindicar creches, escolas, saúde, direito ao aborto e à contracepção. Portanto, não há uma distinção entre movimento feminista e movimento de mulheres no Brasil. Comumente, o primeiro é compreendido como movimento de “classe média”, cujas reivindicações estão no campo sociocultural, como a questão do aborto, sexualidade, violência; já o segundo pode ser definido como movimentos populares cujas reivindicações se situam num campo social e econômico. Entretanto, como elucida Souza-Lobo (2011, p. 244), “as trajetórias e práticas das feministas se confundem com o movimento de mulheres: nos congressos, nas tentativas de um trabalho ‘de mulheres’ nos sindicatos”. Nesse sentido, Cisne (2014, p. 129) destaca que “todo movimento feminista é um movimento de

⁹ O “feminismo bom para o Brasil” chegou a se tornar um movimento, surgiu para reivindicar insuficiências no campo político-cultural. Buscou reunir as diversas experiências – militância no pós-exílio (no contexto de anistia aos exilados pela ditadura), nas prisões, as situações de repressão, experiência da maternidade – articulando-as com projetos e lutas associadas à transformação das relações sociais (SOUZA-LOBO, 2011, p. 245).

¹⁰ Apesar de ter sido na década de 1970 que o feminismo alcança expressão no Brasil com movimentos de mulheres organizados em torno de reivindicações por creches, contra a carestia e outras demandas, pela redemocratização e direitos, vale ressaltar que as mulheres sempre estiveram presentes nos processos de luta e resistência do país, ainda que o feminismo e suas pautas não se expressassem como a luta central. Dessa forma, pode-se sinalizar que em um sentido amplo o feminismo não se constitui como algo recente. De outro modo, manifestou-se de formas variadas no processo social e histórico da sociedade brasileira.

mulheres, ainda que tenham grupos de homens que se reivindicam feministas e integrantes do movimento”, apesar de “que nem todo movimento de mulheres, necessariamente, possui uma configuração feminista”. Para a autora, mesmo com algumas diferenças, tanto os denominados movimentos feministas como os movimentos de mulheres integram o campo da luta das mulheres no Brasil. Nessa perspectiva, os clubes de mães podem ser compreendidos como os primeiros espaços de experiências coletivas que marcaram um processo importante na organização da luta das mulheres. Foram esses clubes que possibilitaram um contato das mulheres com os espaços públicos, que paulatinamente deixaram de ser um espaço voltado para práticas tradicionais, como os trabalhos manuais, para se tornarem um espaço de reivindicações coletivas.

Portanto,

os movimentos são respostas às carências e necessidades geradas nos processos de urbanização em que o Estado aparece como fundamental; os movimentos são formas de ação geradas pelo fechamento dos espaços públicos tradicionais durante o regime autoritário; os movimentos são indícios de novas formas de organização das relações sociais. (SOUZA-LOBO, 2011, p. 242)

Nesse sentido, o elemento central que provocou a adesão das mulheres aos movimentos e que também é o elemento propulsor dos movimentos nos quais se organizam, são as reivindicações e carências na esfera da reprodução, predominantemente, feminina. Além disso, a participação das mulheres se tornou oportunidade de inserção em novas práticas políticas, diante do regime ditatorial, o qual cerceou a participação institucional. São as lutas particulares que mobilizaram e promoveram uma formação de sujeitos coletivos, questões que envolviam a vida privada, mas também a vida pública desses sujeitos. Dessa forma, surgiram novas práticas sociais, ao mesmo tempo em que se constituíram novas formas de organização social, reclamando uma articulação entre a vida privada e a vida pública. A interlocução dessas duas esferas da vida provocou uma sintonia de experiências e sentido para as ações.

As reivindicações coletivas foram capazes de constituir uma demanda coletiva. Esse processo foi capaz de elevar os atores em sujeitos políticos, ou seja, para além de suas reivindicações isoladas. Ademais, as reivindicações das mulheres evidenciavam o lugar a elas imputado. Suas demandas passam a ressoar de forma coletiva, denunciando o espaço subalternizado e invisibilizado. O movimento de mulheres, que se inicia nos espaços cotidianos dos bairros, nos clubes de mães, com uma vinculação à igreja católica, em que as mulheres se reuniam para realizar trabalhos manuais, provocou uma vivência coletiva e possibilitou um espaço de discussão de novas práticas. As questões locais passaram a fazer parte da discussão

e ação dessas mulheres que, num segundo momento, foram capazes de se mobilizarem por escolas, creches e outras demandas. Nesse movimento, o próprio modo de ver a realidade foi alterado para além do espaço doméstico.

Para Souza-Lobo (2011), é na esfera do cotidiano que as mulheres passaram a ser reconhecidas e a realidade vivenciada por elas verbalizada. Nesse sentido, os bairros se tornam o *locus* de novas práticas, de expressão de desejos e aspirações. Assim, a esfera pública – que se expressa na ação social – e a esfera privada se inter cruzam, pois, a construção da vida privada se relaciona profundamente com a ação social.

A finalidade das práticas reivindicativas estava por certo na satisfação de demandas mas, independentemente de sua duração, o movimento se construía como sujeito que articulava projetos e práticas. A visão do movimento como portador de demandas ignora essa estruturação do discurso, da igualdade, da solidariedade, da identidade, processos que permitem o autorreconhecimento como movimento, a identificação dos interlocutores, dos aliados, dos inimigos. É nesse sentido que o movimento passa a ter uma ação política. (SOUZA-LOBO, 2011, p. 225)

Numa abordagem histórica do movimento feminista no Brasil, pode-se perceber que, em consonância com o movimento feminista mundial, a primeira luta das mulheres brasileiras também se conformou em torno do sufrágio feminino. Sob a liderança de Bertha Lutz, foi criada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922), composta por universitárias e por mulheres da elite política e social da época para impulsionar a luta sufragista, que não ultrapassava o questionamento da predominância masculina na esfera política, intelectual e profissional. Para Pinto (2003), trata-se de uma das vertentes do feminismo brasileiro ao qual denomina como “feminismo bem-comportado” por não realizar críticas contundentes à posição privilegiada dos homens, nem buscar a alteração das relações de sexo, na medida em que sua principal preocupação é a conquista da cidadania para as mulheres.

Ainda nas primeiras décadas do século XX, também pode ser observada uma segunda vertente denominada pela autora como “feminismo difuso” e se manifesta principalmente na imprensa feminista. Composta, em sua maioria, por mulheres cultas – professoras, jornalistas e escritoras – se preocupavam com um conjunto de questões voltadas para a conquista da cidadania. Mas também vão reivindicar educação para as mulheres, questionam a dominação masculina e a exclusão da mulher da esfera pública; temas como o divórcio e a sexualidade feminina também aparecem em suas reivindicações.

Numa terceira vertente, Pinto (2003) indica que as lutas das mulheres operárias desenvolvidas desde o início do século XX tiveram tendência predominantemente anarquista,

enfrentando questões advindas da exploração do trabalho feminino como os baixos salários e a opressão sexista dos patrões. Este feminismo aglutinava as mulheres trabalhadoras, militantes inseridas em movimentos de esquerda e intelectuais, as quais advogavam em defesa de uma libertação radical das mulheres. Em suas análises, o trabalho aparece como centralidade, e elas buscavam articular as teses feministas com as ideias anarquistas e comunistas, o que demonstrava a face mais “mal-comportada” do feminismo em seu contexto de emergência. Vale lembrar que o movimento operário, do início do século XX, tem grande influência do anarquismo com posicionamento em relação à exploração vivenciada pelas mulheres – salários rebaixados, opressão sexista dos patrões. Entretanto, tal posicionamento não significou uma participação política das mulheres equiparada à dos homens. O “anarquismo muitas vezes impregnado de um moralismo conservador, frequentemente quis um lugar para a mulher apenas como ‘companheira’, a que descobre e participa das lutas políticas através das descobertas e ações de seus homens” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 216).

Dessa forma, a participação política das mulheres se configurava de forma frágil no bojo das lutas operárias, de modo que “o movimento não propiciou a prática política feminina, autônoma e organizada” (*idem*). Ainda que de forma desorganizada, sem participação nas negociações grevistas e apartadas das direções do processo, as mulheres se faziam presentes. Contudo, é preciso admitir que as críticas radicais à exploração do trabalho realizadas pelo movimento anarquista tiveram importante contribuição na luta feminista, mesmo com a dificuldade de se reconhecerem as lutas específicas das mulheres como uma particularidade da luta de classes. De acordo com Pinto (2003), foram naqueles

espaços revolucionários, não feministas em princípio, que se encontravam, nas primeiras décadas do século XX, as manifestações mais radicalmente feministas, no sentido de uma clara identificação da condição explorada da mulher como decorrência das relações de gênero. Diferente da luta sufragista, essas mulheres apontavam sem meias palavras a opressão masculina. (PINTO, 2003, p. 34)

Ao reclamarem a emancipação da mulher e denunciarem a condição de trabalho no espaço fabril, as anarquistas conseguem chamar a atenção para a diferença do trabalho masculino para o feminino, que atingia maiores níveis de exploração. Apesar de se manifestarem contrárias ao sufragismo e à luta por direitos civis, o que merece destaque é a precoce indicação dos limites da conquista dos direitos políticos e civis nos moldes do capitalismo.

Portanto, como evidencia Souza-Lobo (2011), no processo de construção da luta feminista, podem-se notar duas perspectivas parciais e não integradas do movimento feminista: feminismo liberal e feminismo libertário. A primeira, capitaneada pela luta sufragista impulsionada por mulheres da elite brasileira, que não era capaz de questionar o patriarcado e a ordem estabelecida; a segunda, liderada por mulheres operárias cujas reivindicações se voltavam para as questões que afetavam a mulher trabalhadora. Contudo, mulheres anarquistas como Maria Lacerda de Moura já pontuavam como histórica a opressão feminina e subordinação ao sexo masculino e, ainda, destacava que “o problema humano, no seu caráter social é um problema sexual” (MOURA apud SOUZA-LOBO, 2011, p. 216).

Para Souza-lobo (2011, p. 216), somente a partir de 1930 é que a organização das mulheres se vinculou a um projeto político partidário como “frente de massas”. Logo, em 1934, em consonância com a Aliança Nacional Libertadora¹¹, formou-se a União Feminina com acentuada crítica ao papel subalterno da mulher no Brasil. Mesmo assim, as mulheres que se organizavam nesses espaços ainda enfrentavam posturas permeadas pela visão conservadora dos valores imputados à mulher.

Nos anos subsequentes, vinculadas às lutas pela redemocratização, mulheres ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) formaram associações regionais e o jornal “*Movimento Feminista*”. Mais tarde, em 1949, criaram também a Federação das Mulheres do Brasil. Tanto as associações como a federação organizaram lutas mais voltadas para “problemas locais; pela paz; contra a elevação do custo de vida; pelos direitos da mulher; pela defesa e proteção à infância” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 217). Entretanto, apesar de incluírem as mulheres nas lutas nacionais, ainda as colocavam em condição de auxiliares, sem uma agenda voltada à causa feminina. Numa forma de hierarquização das lutas, as pautas feministas eram consideradas as menos urgentes e essenciais.

Apesar das reivindicações acima explicitadas contribuírem com uma mobilização das mulheres de forma ativa, também estabeleceram uma luta dentro da esfera estatal como colaboradoras “das causas nacionais” (*idem*), uma vez que

o eixo das questões e mobilizações se dava em torno da democracia – como forma de fortalecer as forças que haviam lutado contra o fascismo derrotado – e das condições de vida das classes populares. Embora tais temas pudessem, em princípio, abrir possibilidade para a participação de mulheres diversas, eles foram instrumentalizados na luta política definida segundo a lógica partidária. (SOUZA-LOBO, 2011, p. 217).

¹¹ Ampla articulação de setores progressistas em prol de programas mais amplos, numa afirmação do nacionalismo e da luta contra o imperialismo.

Nesse contexto, apesar de as mulheres serem integradas à luta, possibilitando sua participação na esfera pública e nas lutas sociais, isso aconteceria de forma instrumentalizada, partidária e sem autonomia. É elucidativa do programa das entidades desse contexto a explicitação de Sheila Rodwbothan:

as organizações de esquerda, especificamente desde os bolcheviques, adotaram uma espécie de pirâmide de níveis de atividade. Próximo ao topo estão as lutas pelo poder político e os conflitos nos locais de trabalho. Seguem-se as lutas comunitárias, tradicionalmente vistas como a questão de habitação [...] depois delas os temas de educação, do bem-estar e da cultura, e por último a política sexual e a ecológica. (apud SOUZA-LOBO, p. 217)

Dessa forma, fica evidente a hierarquização das lutas sociais, desafio que permanece atual para o movimento feminista e outros movimentos que, comumente, têm suas reivindicações subordinadas às lutas gerais. Assim, a forma e conteúdo da organização e mobilização das mulheres permanecerão inalterados até a década de 1960, quando o golpe de 1964 interrompe esse processo com o fechamento das associações e a da Federação Feminista.

Em âmbito mundial, é também na década de 1960 que emerge um novo feminismo, o que se convencionou em denominá-lo como a “segunda Onda do Feminismo¹²”. De forma geral, nesse período, as reivindicações feministas alcançam as leis e costumes trazendo temas como a sexualidade, o mercado de trabalho, a opressão e violência doméstica. É nesse contexto que a produção de Simone de Beauvoir – “*O segundo sexo*” (1949) – ganha repercussão e as manifestações feministas ganham visibilidade.

Com o cenário brasileiro de ruptura democrática, o debate feminista ganha novo impulso em 1975 no bojo das lutas sociais desse período. Estimuladas pela ONU (Organização das Nações Unidas), as bandeiras do movimento feminista conquistam reverberação, emergindo novas temáticas, como: violência sexual, não concepção, aborto, acompanhadas de reivindicações no mundo do trabalho e no âmbito da cidadania. Contudo, a centralidade da luta em torno das liberdades democráticas e outras questões impedem o avanço do movimento feminista. Visto como uma questão secundária, o feminismo é sufocado pelas organizações de esquerda e partidos que defendem a tomada do Estado como luta prioritária, retomando a velha forma hierarquizada das lutas sociais.

¹² Algumas estudiosas compreendem e especificam a luta das mulheres em ciclos denominando-os de “Ondas do Feminismo”. A primeira marcada pela luta sufragistas da segunda metade do século XIX e início do século XX e a segunda, durante a década de 1960 e consegue se espalhar em âmbito mundial com reivindicações que alcançam as leis e costumes trazendo temas como a sexualidade, o mercado de trabalho, a opressão e violência doméstica (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011).

Portanto, como ressalta Souza-Lobo (2011), o feminismo da década de 1970 vai ressurgir no bojo da esquerda que sobreviveu à repressão dos anos iniciais da ditadura. Parte expressiva de grupos feministas buscava associar a discussão de gênero à classe confrontando-se com uma esquerda ortodoxa resistente ao feminismo, interpretado como movimento burguês. Dessa forma, pautas como: aborto, violência sexista, contracepção e sexualidade, serão rechaçadas por essa esquerda que as relacionava às reivindicações das mulheres burguesas, não condizentes com as demandas das mulheres da classe trabalhadora. Nessa mesma direção, Pinto (2003) destaca que nas décadas de 1970 e 1980 houve uma proliferação de grupos feministas no Brasil. Porém, principalmente nos cinco primeiros anos da década de 1970, o cenário brasileiro é marcado por um grande vazio político com a derrota da esquerda e a forte repressão do governo do general E. G. Médici. Tal contexto levou as mulheres à organização clandestina, muitas vezes, em grupos fechados que se reuniam em casa, fora do ambiente público. Pinto (2003) destaca que o mais importante desse processo foi o

caráter de pioneirismo das discussões então realizadas pois, ou por se sentirem acuadas para participar de qualquer outra atividade política [...] ou por opção [...], todas essas mulheres foram responsáveis por introduzir questões fundamentais sobre a condição da mulher, até então completamente ignoradas no Brasil. (PINTO, 2003, p. 52)

O contexto da ditadura também provocou o exílio de parte significativa da militância de esquerda, em sua maioria composta por jovens de partidos e organizações de referência marxista que chegaram à Europa nos anos 1970. Com os efeitos negativos da política soviética, as esquerdas europeias procuravam realizar o debate político sem alusão ao internacionalismo proletário. Atrelado a isso, naquele momento, estava em curso a revolução cultural e de costumes, que questionava as antigas estruturas de hierarquia e poder do homem, questões que passavam longe do debate brasileiro.

É com esta experiência do exílio¹³, que as mulheres brasileiras tiveram contato com o feminismo internacional. Se no Brasil, devido à forte repressão, o espaço de discussão e debate das mulheres se dava no limite da casa, com reuniões privadas e às escondidas, no exílio, em contrapartida, as mulheres experimentavam reuniões abertas, em espaços públicos e, ainda, conseguiam manter contato com as feministas brasileiras e enviar materiais. Com a anistia aos

¹³ Dos grupos de exiladas, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (de 1975 a 1979) merece destaque. Este grupo manteve uma “postura de esquerda claramente identificada com a luta de classe e de um trabalho interno de grupo de reflexão no melhor estilo do feminismo europeu” (PINTO, 2003, p. 54).

exilados e a reforma partidária, um importante contingente de militantes vinculados à esquerda retorna ao país. Neste novo contexto, o feminismo encontra maior liberdade de expressão.

Com a abertura política daquele período, as feministas, que até então tinham referência política no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), vão se dividir entre o Partido do Movimento Democrático (PMDB – substitutivo do MDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). A pujança desse momento político, com o processo de redemocratização, colocava para o movimento feminista a possibilidade da luta institucional, o que dividia o movimento entre as favoráveis à aproximação com a esfera estatal e as autonomistas, que compreendiam esta aproximação como processo de cooptação (PINTO, 2003, p. 68).

No bojo desse processo também surgiram grupos temáticos – dentro e fora do debate da institucionalização – que abordavam questões como a saúde da mulher e a violência sexista. É no mesmo período que emerge o “feminismo acadêmico”, com os Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher e outros espaços que abordavam a temática da mulher no espaço acadêmico (*idem*).

Tendo em vista o debate que o processo de institucionalização provocou (e ainda provoca) no movimento feminista, vale ressaltar as considerações de Pinto (2003), que faz as seguintes ressalvas:

a relação do feminismo com o campo político a partir de 1979 deve ser examinada de três perspectivas complementares: a conquista de espaços no plano institucional, por meio de Conselhos da Condição da mulher e Delegacias da Mulher; a presença de mulheres nos cargos eletivos; e as formas alternativas de participação política. Em qualquer um desses espaços a presença das mulheres e, mais do que isso, de feministas tem sido fruto de múltiplas tensões resultantes de fatores como a própria resistência de um campo completamente dominado por homens à entrada de mulheres e a estratégia do próprio movimento, que muitas vezes viu o campo da política como ameaça a unidade. (PINTO, 2003, p. 68-69)

Pinto (2003) elucida, ainda, que a criação de conselhos e ministérios para tratar especificamente das questões relativas às mulheres nunca foi um consenso para o movimento feminista – até mesmo para o feminismo europeu. A resistência à incorporação das pautas feministas ao Estado de forma oficial deve-se à cautela em relação à autonomia do movimento, bem como à preservação do caráter reivindicatório de transformações profundas nas relações de poder, o que poderia ser prejudicado com a relação de colaboração entre Estado e movimento.

Como exposto anteriormente, na particularidade brasileira a questão da institucionalização emerge com o movimento histórico de redemocratização, momento em que

se acreditava que a criação das instituições políticas democráticas fossem capazes de responder às demandas negligenciadas no longo período ditatorial. Assim, as feministas, que lutavam pela redemocratização e tinham no PMDB¹⁴ referência partidária, passavam a defender a luta institucional, em contraposição às feministas vinculadas ao PT, que tendiam a negá-la (*idem*, p. 69). Ao realizar um balanço avaliativo do feminismo brasileiro ao final da década de 1980, Pinto afirma que

é difícil avaliar se o movimento se fortaleceu ou não ao longo do período. Se tomarmos como parâmetro sua capacidade de aumentar o número de militantes e promover uma ampla discussão no país sobre as questões das relações de gênero, certamente o movimento não saiu fortalecido. Teremos a mesma avaliação se consideramos a sua capacidade de ocupar espaços na agenda político partidária. Entretanto, se for tomada como parâmetro a capacidade de se infiltrar no aparato estatal, sem dúvida não se pode deixar de observar avanços. (PINTO, 2003, p. 89)

Nesse mesmo sentido, ao se referir à experiência conflitante dos primeiros anos entre Estado e movimento, Souza-Lobo expõe as seguintes conclusões:

por um lado é certo que o Estado não é um espaço neutro e vazio, mas tem suas regras e mecanismos que ferem a autonomia dos movimentos, impõem tempos e alianças, subordinam lutas e propostas. Por outro lado, é evidente que os espaços no governo foram conquistados, num primeiro momento, simbólicos, mas que se transformam num instrumento para canalizar e elaborar políticas. Se os espaços se dividem, o problema reside não na diversificação das práticas, mas na submissão voluntária ou não dos movimentos à iniciativa dos órgãos estatais ou na substituição dos movimentos pelo Estado ou na confusão entre movimentos e Estado. (SOUZA-LOBO, 2011, p. 227)

A autora ainda assegura que, naquele contexto, o movimento feminista se consolidou enquanto sujeito coletivo. A noção de direitos – a igualdade entre os sexos, direitos sociais e políticos e outras temáticas específicas – foi incorporada à agenda de reivindicações feministas e, na relação com o Estado, as demandas das mulheres passaram “a ocupar lugar no discurso e nas políticas governamentais” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 232). Em outras palavras, a demanda por direitos conquista respostas via políticas públicas; as denúncias em relação a violência doméstica, contracepção, divisão sexual do trabalho, aborto, educação e outras dimensões da vida das mulheres alcançaram visibilidade nos conselhos voltados para a temática da mulher. Assim, pode-se inferir que

¹⁴ Em 1982, o PMDB assumiu governos estaduais, o que abriu precedentes para uma possibilidade de intervenção institucional dos movimentos sociais.

o tempo dos Conselhos colocou as relações de gênero como um desafio à racionalidade institucional e administrativa, consolida-se também, para o bem e para o mal, um feminismo oficial, institucionalizado, muitas vezes acusado de cooptar os movimentos, outras efetivamente empenhado em transformar as estruturas e mentalidades. (SOUZA-LOBO, 2011, p. 232)

Embora os espaços conselhistas se conformem permeados de ambiguidades e disputas, engessamento e cooptação, de outra forma, também puderam ser concebidos como espaços que, no processo constituinte de 1986, propiciou a manifestação dos movimentos populares. Ainda que de forma limitada permitiram a participação popular através das emendas populares¹⁵ e das audiências propostas pelas comissões de trabalho. Dessa forma, por meio das emendas populares as mulheres puderam expor temas essenciais para o feminismo – reformulação do atendimento das mulheres na saúde em casos de aborto, igualdade jurídica, aposentadoria, entre outros. O resultado dos debates e das diversas propostas dos mais variados setores da sociedade a respeito das mulheres podem ser observados no texto final da Constituição Federal (*idem*).

Se, por um lado, os movimentos sociais e populares alcançaram um importante avanço organizativo e reivindicatório, na década de 1980, cuja expressão é o texto constitucional de 1988, por outro lado, o cenário sociopolítico a partir da década de 1990 colocava novos desafios tanto para o movimento feminista quanto para o conjunto dos trabalhadores. As contrarreformas neoliberais implementadas desde então alteraram a correlação de forças, colocando os sujeitos coletivos em posição de defesa dos direitos conquistados.

Estas contrarreformas não podem ser compreendidas de forma isolada, mas no campo das crises cíclicas do modo de produção capitalista. Como analisa Mandel (1982), tais crises desencadeiam profundas transformações nos processos de valorização do capital. O autor sinaliza que, a partir do final dos anos 1960, o capitalismo sai de uma “longa onda expansiva” em que alcança um alto nível de acumulação, para adentrar numa “longa onda de estagnação” que perdura até os anos atuais.

Para administrar a crise do capital, o padrão fordista-keynesiano é substituído pelo padrão de acumulação flexível. Essa forma de acumulação supõe uma alteração econômica, política e social que envolve todas as esferas da vida social. Trata-se “da flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. A denominada reestruturação produtiva provocou uma flexibilização na produção, bem como no processo de trabalho. Marcada por uma revolução tecnológica que amplia a capacidade

¹⁵ As emendas populares foram mecanismos que proporcionaram a ampliação da participação direta da população, em que era permitido à sociedade civil apresentar propostas de elaboração do texto constitucional de 1988.

produtiva, restringe a incorporação de trabalho vivo, provocando um aumento expressivo do contingente de desempregados e, por conseguinte, um rebaixamento do valor da força de trabalho.

Como atesta Mandel (1982), a incorporação tecnológica para alcançar a produtividade do trabalho, como fonte dos superlucros, torna-se a característica fundamental geradora do desemprego que se configura de forma estrutural.

Para Behring e Boschetti,

esse desemprego [estrutural] implicou uma atitude defensiva e ainda mais corporativa dos trabalhadores formais e um intenso processo de desorganização política da resistência operária e popular, quebrando a espinha dorsal dos trabalhadores, que, segundo a assertiva neoliberal, estavam com excesso de poder e privilégios, na forma de direitos sociais. (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 124)

As autoras também destacam, como parte do conjunto de alterações processadas, a “mundialização da economia”. O empresariado busca, na conformação de um mercado mundial, a garantia da lucratividade que impõe uma divisão mundial do trabalho que intensifica as disparidades entre os países de capitalismo central e periféricos e que é exponenciada pelo processo de financeirização do capital (*idem*).

A contrarreforma neoliberal se edifica a partir da configuração do novo padrão de acumulação e da hegemonia do capital financeiro nos processos de valorização do capital.

É nessa lógica macroscópica das transformações societárias que se pode situar as mudanças processadas na realidade brasileira. O enfrentamento da crise mundial do capital provoca rebatimentos na consolidação democrática que o país vinha vivenciando a partir da década de 1980. Assim, a década seguinte será marcada por um forte desmonte dos direitos sociais e das organizações da classe trabalhadora, colocando-se em curso o projeto neoliberal.

Dessa forma, o período da década de 1990 até os dias atuais – compreendendo os governos de Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2008) e o primeiro mandato e atual governo de Dilma Rousseff (2008 - até os dias atuais) – provoca uma importante guinada nas lutas sociais. A dinâmica econômica e política do país sofrem profundas alterações, uma vez que o neoliberalismo passa a ser o caminho para o desenvolvimento, e as políticas de alinhamento estrutural adotadas se tornam regras que também orientam as ações do Estado.

De acordo com Simionato (2009, p. 8), a contrarreforma do Estado supõe uma alteração econômica e ideológica, uma vez que constrói novas formas de pensar a estrutura social, na busca de “consentimento e adesão das classes à nova ideologia”.

Como observam Behring e Boschetti,

a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos da classe e do grau de consolidação de forças entre as classes e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 156)

Nesse sentido, o que demarca as políticas sociais na ótica neoliberal são as ações privatistas, focalizadas e descentralizadas. Tal perspectiva vem se configurando como transferência de responsabilidade da esfera federal para as outras esferas e para o setor privado e ONGs. Dessa forma, os princípios garantidos na Carta Magna de 1988, como universalidade e equidade, são “substituídos” pela lógica de seletividade e focalização, uma vez que as políticas sociais tornam-se cada vez mais voltadas para as camadas mais empobrecidas da sociedade.

Os rebatimentos desse contexto também foram catastróficos em relação às organizações dos trabalhadores. Após mais de uma década de efervescência do movimento sindical (1978-1989), pode-se observar a crise pela qual passa esse movimento, o que se expressa na dificuldade de articular lutas em enfrentamento direto ao capital.

Segundo Mota (1995), com o objetivo de produzir um consenso em torno das alterações provocadas pela reestruturação produtiva e das contrarreformas do Estado criou-se uma “cultura da crise”. Conforme a autora,

o traço predominante dessa cultura é a ideia de que a crise afeta igualmente toda a sociedade, independentemente da condição de classe dos sujeitos sociais, de modo que a “saída” da crise exige consensos e sacrifícios de todos. Para tanto, a burguesia tenta obter o consenso ativo das classes subalternas, baseado em questões que afetam o cotidiano das classes trabalhadoras, considerando-as como situações decorrentes da crise. (MOTA, 1995, p. 101)

Nesse sentido, com a lógica da crise no centro do discurso de “unidade” para seu enfrentamento, a noção classista da sociedade, bem como a disputa de projetos societários é substituída pelo discurso de consenso. Daí a tendência “transclassista” e/ou “policlassista” que, no pós anos 1990, pode-se verificar nos movimentos sociais, notável diferença que pode ser identificada nos movimentos sociais que emergem na década de 1980 (*idem*, p. 102).

Cabe ressaltar que, na transição dos anos 1990 para os anos 2000, verifica-se uma continuidade do modelo neoliberal inaugurado na década anterior. A vitória presidencial do Partido dos Trabalhadores em 2002 e os sucessivos mandatos petistas não têm alterado a política neoliberal. Dessa forma, acentua-se o caráter seletivo e restrito das políticas sociais que

alcançam importante expressão após os anos 2000, em que se observa uma grande centralidade na política de assistência social em detrimento das políticas sociais que, ainda, como elucidam Behring e Boschetti (2009),

é a política que mais vem sofrendo para se materializar como política pública e para superar algumas características históricas como: morosidade na sua regulamentação como direito (a LOAS só foi sancionada em 1993 e efetivada em 1995); redução e residualidade na abrangência, visto que os serviços e programas atingem entre 15% e 25% da população que deveria ter acesso aos direitos; manutenção e mesmo reforço do caráter filantrópico, com forte presença de entidades privadas na condução de diversos serviços [...]; e apelos e ações clientelistas [...] e ênfase nos programas de transferência de renda, de caráter compensatório. (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 161-162)

O que tange às lutas sociais, pode-se inferir que a nova configuração da classe trabalhadora provoca uma verdadeira ‘pulverização’ que encontra dificuldade para se organizar e mobilizar lutas. Assim, tanto os sindicatos como os movimentos sociais enfrentam os rebatimentos da crise do capital e sua ofensiva para reduzir as conquistas que os trabalhadores tiveram em seu processo de luta e mobilização. Por conseguinte, as lutas populares também são arrefecidas e nota-se um enfraquecimento de perspectivas classistas e de enfrentamento ao capital. O avanço das concepções pós-modernas é uma expressão deste processo.

É no bojo destes marcos conjunturais e arrefecimento das lutas sociais e de impactos da política neoliberal que na década de 1990 o movimento feminista vai ser fortemente incorporado em processos de institucionalização, intensificando este processo que já se inicia na década anterior. Pinto (2003, p. 91), destaca dois elementos importantes para que tal processo seja consolidado: “o primeiro refere-se à dissociação entre o pensamento feminista e o movimento; o segundo, à profissionalização do movimento do movimento” impulsionada com a emergência de um número expressivo de Organizações Não-Governamentais (ONGs) voltadas para as demandas das mulheres. Com isso, pode-se observar que, de um lado, amplia-se o processo de profissionalização do movimento via ONGs voltadas à questão da mulher, de outro, esvazia-se o caráter de movimento social autônomo. Para Cisne (2014, p. 141), “esse feminismo profissionalizado reedita, em grande medida, o feminismo bem-comportado”.

É com o espraiamento do feminismo institucionalizado que, coincidentemente, o conceito de gênero é amplamente difundido e utilizado em detrimento da categoria classe social (CISNE, 2014). O acesso a análises voltadas à perspectiva de gênero garante um suporte para a “nova onda” do feminismo no Brasil, que retoma o discurso e a prática feminista europeia e estadunidense marcada pela institucionalização. Com isso, alcançaram-se o objetivo dos financiadores de implementar projetos via ONGs, orientados pelo conceito de gênero. Para

Cisne (*idem*, p. 144), “esse ajustamento já revela, de antemão, a capacidade adaptativa das ONGs feministas brasileiras aos interesses de agências e organismos internacionais, como o Banco Mundial¹⁶”. O fato de as ONGs feministas receberem recurso do governo, fundações e organismos internacionais tem comprometido a autonomia das mesmas, o que provocou, em boa medida, uma relação de dependência encoberta por um discurso de parceria. Tal relação também tem impulsionado uma disputa entre as próprias ONGs para obterem recursos, o que intensifica a fragmentação da luta das mulheres (*idem*). Em resumo, pode-se atestar que a submissão e ajustamento das organizações em questão resultam numa alteração substancial das lutas feministas.

A análise dos projetos desenvolvidos pelas ONGs feministas sugere que o discurso e a prática radicais do feminismo revolucionário: a luta contra patriarcado tanto no espaço público quanto no privado e livre-determinação sobre o corpo foram substituídos por um discurso mais ameno e pragmático e por intervenções passíveis de serem financiadas pelas Agências ou pelo Estado. (NOVELLINO apud CISNE, 2014, p. 145)

Com a dependência financeira das ONGs, estas passaram a responder às expectativas das agências financiadoras, transformando-se em

órgãos de advocacy de políticas e serviços públicos e pelo Estado [...] as lideranças das ONGs acabam por ficar mais preocupadas em ajustar seus projetos às exigências ou expectativas das agências do que atender aos interesses e necessidades das mulheres com/para as quais trabalham. (CISNE, 2014, p. 146)

As ONGs tornam-se porta-vozes das demandas das agências financiadoras e não das próprias mulheres. São as agências que passam a determinar tanto as áreas prioritárias para as ações como a própria linguagem utilizada pelas ONGs.

Cisne (2014) destaca que essa problemática tem raízes mais profundas. As agências financiadoras, como representantes do capital, com essa estratégia são capazes de encobrir as relações antagônicas da sociedade de classes, propiciando, inclusive, um menor gasto em políticas públicas. Ademais, com essa relação de dependência, conseguem garantir um maior controle dos movimentos sociais. Os projetos voltados para a “mobilização” e “conscientização” das mulheres encontram grande resistência para aprovação das agências financiadoras, na medida em que passam a privilegiar “profissionalismo, impacto e resultado”. Assim, de forma incisiva, as agências não só interferem na elaboração dos projetos como nas

¹⁶ O Banco Mundial tem concedido verbas apenas a projetos que recorram ao recorte de gênero (SAFFIOTI, 2015, p. 141).

atividades realizadas pelas ONGs. Discussões importantes para o feminismo, como o aborto e sua descriminalização, bem como outras temáticas de igual relevância para o feminismo revolucionário não aparecem nos projetos enviados para as agências (NOVELLINO apud CISNE, 2014, p. 147).

Desse modo, as feministas, “na era das ONGs, tornaram-se especialistas na projeção, execução e avaliação de políticas de gênero. Ou como substitutas do Estado, como resultado de uma política neoliberal de terceirização de serviços de assistência para mulheres pobres” (*idem*). Desse modo, pode-se inferir que o processo de “onguização” do movimento feminista, bem como sua submissão às agências financiadoras, provocou uma forte domesticação do movimento feminista à lógica do capital.

Com efeito, esse processo não ocorreu de forma uniforme. Até mesmo algumas ONGs fazem crítica ao processo de “onguização” do feminismo; outras apontam a necessidade de manter a autonomia das ONGs mantendo a paixão, a ousadia e a utopia feminista. Contudo, é certo que o processo de institucionalização iniciado nos anos finais da década de 1980 e intensificado na década de 1990 com a proliferação das ONGs interrompeu a ascensão e o impulso de Movimento Social que o feminismo vinha alcançando na década de 1970.

Essa tendência a onguização rebate principalmente nos setores feministas populares, que também são acometidos pela crise econômica dos anos 1980. Nesse período, houve uma acentuada alteração no discurso feminista, que passou a tratar as mulheres das classes populares como “mulheres pobres” ou mais tarde como “pobres mulheres”, para as quais seria necessário a prestação de serviços e a elaborações de leis sem, contudo, alterar de forma substantiva o orçamento público (FALQUET apud CISNE, 2014, p. 148).

Inácio (2013, p. 149) também vai enfatizar que o processo de “onguização” do movimento feminista brasileiro foi impulsionado pela Quarta Conferência Mundial da Mulher, em Beijing (China), em 1995. Para Alvarez (2000) cinco tendências podem ser distinguidas a partir da Conferência:

a multiplicação dos espaços e lugares das práticas e discursos feministas; a absorção das agendas feministas pelas instituições culturais dominantes, organizações da sociedade civil, do Estado e das instituições internacionais do desenvolvimento; a crescente profissionalização de setores significativos dos movimentos feministas, isto é, a ONGuização; a articulação e formação de redes por militantes individuais, grupos, ONG’s feministas e suas semelhantes em outros lugares da região e do globo, fazendo parte da “sociedade civil global” do final do século XX e por último, a transnacionalização dos discursos e práticas feministas. (ALVAREZ, 2000 apud INÁCIO, 2013, p. 149)

Desse modo, pode-se destacar que não só a ação do movimento feminista é direcionada, mas também a sua perspectiva. Tal processo, ao mesmo tempo em que favoreceu o reativar do movimento feminista, possibilitou a proliferação de várias tendências teórico-políticas¹⁷ (INÁCIO, 2013).

Assim, nos anos 2000, considerando o caráter plural do feminismo nas suas disputas em meio ao processo de institucionalização ainda não superado, emergem movimentos feministas que retomam a identidade de movimento social e passam a organizar lutas numa perspectiva mais autônoma e combativa.

Nesse campo de movimentos está a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e o Movimento Mulheres em Luta (MML). Esses movimentos, apesar das dificuldades e contradições, dão continuidade à luta das mulheres na atualidade. Vale ressaltar que também são esses os movimentos que mais aparecem nas produções do Serviço Social que versam sobre o feminismo, que serão analisadas no capítulo seguinte.

Cabe destacar ainda que a perspectiva de feminismo defendida pelos movimentos feministas, em tela, possui um recorte de classe, aplicando, assim, uma clara distinção com a perspectiva pós-moderna – que explicitaremos na seção seguinte. Tal perspectiva se fortalece nas décadas de 1980-90 e, de forma geral, estabelece seu estatuto na negação de um ideário universalista, racional e totalizante para defender uma perspectiva baseada na valorização das diferenças, da diversidade e das identidades.

A seguir, nos deteremos numa breve caracterização dos movimentos feministas que reivindicam a articulação entre a questão feminista e a questão de classe, explicitando seus principais elementos organizativos, lutas e desafios.

Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)

O Impulso para a conformação da AMB foi a IV Conferência das Nações Unidas, que ocorreu em 1995 em Pequim (China). O movimento emerge com a intenção de organizar as reivindicações das mulheres brasileiras para a Conferência e, para tanto, estruturou-se a partir

¹⁷ Ao considerar os elementos que propiciaram a emergência do feminismo brasileiro e latino-americano podem ser identificadas, ainda hoje, “três tendências teóricas e ideológicas [...]: um feminismo que possui uma *perspectiva socialista*”, por entender que a emancipação das mulheres só será possível com o fim da sociedade capitalista; outro que compreende as conquistas de direitos “nos *marcos do capitalismo*” e um feminismo vinculado às “premissas pós-modernas”, voltado para as mudanças no campo da cultura, atuando na subjetividade e nas “representações sociais” (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p. 287).

dos eixos temáticos: “saúde”, “violência”, “participação política”, “mulheres no poder”, “educação e direitos sexuais e reprodutivos”¹⁸.

A *priori*, esse movimento seria diluído com o retorno das mulheres da conferência. Contudo, a avaliação coletiva das mulheres que participaram da Conferência sinalizou a importância de uma articulação das mulheres e de suas lutas no Brasil, o que culminou com a permanência do AMB. A partir de então, a organização se volta para as demandas das mulheres numa perspectiva feminista e nacional. Seu direcionamento hoje segue os princípios de “organização política feminista, antirracista, não partidária” e ainda se distingue como uma “articulação feminista anticapitalista” (Cisne, 2014, p.159). A AMB elucida sua estratégia de atuação voltada para a “transformação social” articulada às lutas feministas no campo das políticas públicas, cujos objetivos se direcionam ao enfrentamento do Estado burguês, patriarcal e racista, no sentido de acumular forças para uma transformação radical da sociedade e, ao mesmo tempo, conquistar avanços imediatos.

A “auto-organização das mulheres e de seus movimentos como sujeitos políticos da luta contra a dominação das mulheres e da luta por transformação social” também são objetivos da AMB, acompanhados da luta pela “democratização radical do Estado no Brasil e por Estados democráticos na América Latina”; “democratização do poder, da vida social e dos sistemas políticos”¹⁹.

Ao que se refere aos seus princípios organizativos, a AMB defende a “unidade na diversidade”; “democracia interna numa institucionalidade não burocrática”; “diálogo, articulação e livre adesão como método de organização das lutas feministas”. Ao se colocar como organização antipatriarcal, também “defende a liberdade afetiva e sexual de todas as pessoas” e questiona a “norma patriarcal da heterossexualidade”, bem como a lesbofobia. A organização também defende a “autodeterminação reprodutiva para as mulheres e o direito ao aborto”²⁰, bem como a “superação da divisão sexual do trabalho e [a] proteção social universal a todas as mulheres”. Nesse sentido, compreende que a lógica do capital deve ser enfrentada para que as verdadeiras necessidades sociais sejam respondidas. Para tanto, aponta para a “construção de uma outra economia” que possibilite uma “divisão do trabalho justa e democrática, políticas redistributivas das riquezas produzidas e que garantam a autonomia econômica para todas as mulheres, no campo, na floresta e nas cidades”.

¹⁸ Disponível em: <<http://articulacaodemulheres.org.br/historia/>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ *Idem*.

A “democratização do sistema político e das formas de exercício do poder no Estado e na sociedade” também são lutas pautadas pela organização. Sinaliza-se que, na política, ainda perdura uma cultura patriarcal e racista, por isso somam-se a defesa do Estado Laico e a construção de “novas concepções e práticas” políticas²¹. As ações da AMB também buscam combater “todas as formas de violência e luta pelo fim da violência contra as mulheres, seja em espaços institucionais ou nas relações interpessoais”²².

Nos estudos de Cisne (2014) acerca da referida organização, a autora destaca que a AMB busca manter a identidade de movimento social e, ainda, preza por uma estrutura formal menos rígida. Na busca de maior fluidez, abre mão de um regimento interno engessado para construir ações definidas a partir da participação das mulheres.

Suas ações se voltam, ao mesmo tempo, para a sociedade e para o Estado. Para este, dirige um conjunto de reivindicações voltadas tanto para a formulação quanto para o monitoramento das políticas públicas e sociais, sem deixar de problematizar a política econômica e de desenvolvimento. Já as ações voltadas para a sociedade buscam atuar “sobre a cultura política, as instituições e relações sociais, de modo a fazer o enfrentamento da ideologia e das práticas de dominação, exploração e opressão” (CISNE, 2014, p. 161). Para isso, desenvolvem-se ações diretas, que envolvem várias formas de abordagem, como grafitagens e intervenções públicas, bem como encontros e publicação para as militantes.

Ao se configurar um espaço de articulação entre diversos movimentos feministas, a AMB também encontra dificuldades por possuir pontos de vista diversos. A própria proposta de horizontalidade e estrutura menos burocrática da organização aparece como um grande desafio para estabelecer projetos comuns.

Para além dos desafios organizativos do movimento, o que merece destaque é a perspectiva de transformação social presente nele. A partir de uma visão de totalidade, também busca incorporar a sua luta “as dimensões de sexo, raça/etnia e liberdade sexual, articuladas, dialeticamente, com a questão de classe” (*idem*, p. 165). Estas lutas são organizadas em âmbito nacional e internacional e, para tanto, a organização busca se articular com movimentos que comunguem do mesmo horizonte anticapitalista entendendo a necessidade da unidade nas lutas em diferentes territórios.

Outro elemento a destacar é a autonomia do movimento frente aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse aspecto, como ressalta Cisne (2014, p. 164), é “indispensável para a construção da consciência e luta de classe no contexto de disputa dos projetos societários

²¹ Disponível em: <<http://articulacaodemulheres.org.br/historia/>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

²² *Idem*.

no Brasil”. Sendo a “autonomia política dos movimentos sociais é condição primária da liberdade que permite o exercício da crítica e seu desdobramento político nas resistências e lutas na sociedade” (*idem*).

Marcha Mundial das Mulheres (MMM)

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) surgiu no ano 2000, inspirada na manifestação das mulheres canadenses de 1995, em Quebec. Nesta ocasião, 850 mulheres marcharam 200 quilômetros pedindo simbolicamente “pão e rosas”, abrindo-se um novo período de mobilização das mulheres nas ruas, com críticas radicais ao modo de produção capitalista, tendo grande repercussão mundial.

Inspiradas por essa experiência, a MMM realizou, em 2000, uma mobilização internacional de mulheres em torno de uma campanha contra a violência e a pobreza. As ações tiveram como marco inicial o dia internacional das mulheres, 8 de março, culminando no dia 17 de outubro. Por meio de uma grande marcha, se mobilizavam em torno da campanha: “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”²³. Os estudos de Cisne (2014) indicam um importante salto do movimento feminista com tal ação, uma vez que, até aquele período, o feminismo brasileiro passava por um intenso processo de institucionalização, como visto anteriormente.

Logo depois da marcha, em 2001, a MMM decide permanecer mundial e nacionalmente como movimento. Apesar de aglutinar mulheres de diversas organizações²⁴, a marcha se define como movimento e não como um espaço de articulação. Sendo assim, o movimento se organiza em torno dos questionamentos acerca das condições de vida das mulheres, relacionando-as ao modo de produção capitalista. Desse modo, busca articular patriarcado e capitalismo.

Entre os princípios da MMM estão a organização das mulheres urbanas e rurais a partir da base e as alianças com movimentos sociais. Defendemos a visão de que as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e que ela está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente. A Marcha busca construir uma perspectiva feminista afirmando o direito à autodeterminação das mulheres e a igualdade como base da nova sociedade que lutamos para construir”²⁵.

²³ Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

²⁴ Estão na direção do movimento: mulheres vinculadas à CUT, à Confederação Nacional dos Agricultores (Contag), à Sempre Viva Organização Feminista (SOF), ao Centro Feminista 8 de Março, à Consulta Popular (CISNE, 2014).

²⁵ Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

De acordo com o *site* do movimento, a “auto-organização das mulheres concomitante com a presença nos movimentos sociais, dentro de uma perspectiva de construção de um projeto que incorpore o feminismo e as mulheres como sujeitos políticos”, é uma estratégia de fortalecimento do próprio movimento. Este também busca construir ações políticas nos espaços públicos.

Nestes últimos anos as ativistas da Marcha estiveram nas ruas, nos debates, nas mobilizações em diversas situações: contra a pobreza e a violência, pela valorização do salário mínimo, pelo direito a terra, legalização do aborto, contra à área de Livre Comércio das Américas (Alca) e Organização Mundial do Comércio (OMC), contra o deserto verde e violência sexista, por mudanças na política econômica e reforma urbana²⁶.

A autonomia econômica, que possibilita a cobertura previdenciária das mulheres, ao lado do acesso aos serviços públicos, também encontra prioridade nas lutas do movimento. Assim, serviços essenciais, como: água, terra, moradia, alimentação, energia, saúde e educação, fazem parte das reivindicações do movimento. Outras questões, de igual pertinência, como a desmilitarização que se refere principalmente a “violência sexista” e o domínio do corpo feminino em situações de guerras e a luta contra a violência contra a mulher, também são pautadas pelo MMM. Tais questões reforçam o caráter internacionalista do movimento, que também reivindica do governo brasileiro “atuar por uma integração geradora de igualdade que promova intercâmbios econômicos, culturais, políticos baseados na justiça, solidariedade e complementariedade”²⁷. Desse modo, pode-se destacar que a MMM se constitui como movimento auto-organizado, de caráter classista e que busca vincular a luta das mulheres com a luta geral dos trabalhadores. Além disso, o movimento também visa a compreender a profunda relação do feminismo com o racismo e a homofobia, procurando integrar esses diversos sujeitos dentro da organização.

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

Apesar do movimento ter origem na década de 1980, este se nacionaliza em 2004. Foi no contexto de acirramento das lutas sociais da década de 1980 e, como destaca o site do movimento, “Motivadas pela bandeira do Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras

²⁶ *Idem.*

²⁷ Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

Rurais”, que as mulheres camponesas organizaram lutas “como: a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria,...), participação política entre outras”. A partir desse processo de lutas e de debates, que envolveram vários movimentos sociais autônomos, o MMC nacionalizou-se, com a intenção de articular as lutas das trabalhadoras rurais. Desse modo, o movimento buscou articular as lutas das mulheres camponesas²⁸ a partir de dois eixos: “gênero e classe”. Nessa perspectiva, o movimento reivindica a “igualdade nas relações” reconhecendo o pertencimento à classe trabalhadora.

Nessa trajetória de luta e organização das mulheres camponesas foi sendo construída uma mística feminina, feminista e libertadora, cujo conteúdo se expressa no Projeto Popular que o Movimento está comprometido que articula a transformação das relações sociais de classe com a mudança nas relações com a natureza e a construção de novas relações sociais de gênero. Essa mística se expressa em símbolos do movimento e, ao mesmo tempo na práxis coletiva do movimento, quanto das mulheres camponesas inseridas nele²⁹.

Com a luta centrada na superação do modo de produção capitalista e patriarcal, o MMC luta “pela construção de uma nova sociedade com igualdade de direitos”. Da mesma forma, assume como “principal bandeira de luta o Projeto de Agricultura Camponesa Ecológico, com uma prática feminista, fundamentado na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais e na conquista de direitos”³⁰. Este movimento também se caracteriza pelos seguintes princípios:

Autônomo: quem decide os rumos são as próprias mulheres; Democrático e popular: as mulheres têm voz e voto e buscam organizar todas as trabalhadoras do campo; Classista: pertence às trabalhadoras do campo, que compõem a classe trabalhadora; Novas relações de igualdade: entre as pessoas, com a natureza e a vida como um todo; De luta: para transformar a sociedade e as relações; Socialista: onde todos tenham direito de viver com dignidade e igualdade³¹.

²⁸ A definição de mulher camponesa para o movimento “é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas”. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

²⁹ Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

³⁰ *Idem.*

³¹ *Idem.*

Para o movimento, também é essencial uma mudança cultural para que as relações sociais de opressão/exploração sejam alteradas. Para tanto, busca fortalecer valores e princípios numa perspectiva:

de valorização e libertação da mulher camponesa; de defesa da classe trabalhadora; que leva o nosso movimento a apaixonar as mulheres pela causa da libertação, centrado no compromisso com a justiça, no compromisso com a vida dos pobres e no compromisso com a organização popular; de luta contra exploração, contra violência, contra discriminação e dominação; que desperta em nós a necessidade de lutar por nossa dignidade e nossos direitos; que cria em nós a necessidade de organização e de autonomia; que combate o machismo e desperta para a necessidade de construção de novas relações de igualdade; que respeita nossa história de luta, nossa diversidade cultural, nossas experiências construídas e nossos símbolos regionais e nacionais; de relação e de defesa da natureza, das sementes, biodiversidade³².

Ademais, o movimento reitera que esse conjunto de orientações devem se manifestar nas lutas, nas atividades e manifestações, tornando-se um elemento identificador do movimento. Deste modo, pode-se observar que o MMC se constitui um movimento social de classe e com clara direção socialista. Assim, além de compreender a necessidade da luta das mulheres, da ampliação dos direitos sociais, de uma maior inserção das mulheres na política compreende também que a libertação das mulheres e dos homens trabalhadores só será alcançada em outra sociedade.

Movimento Mulheres em Luta (MML)

O Movimento Mulheres em Luta (MML) nasce em 2008 no I Encontro Nacional de Mulheres da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). O MML se constitui como um movimento feminista classista, socialista e vinculado à central sindical e popular CSP-Conlutas³³. Sua origem está vinculada ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), que, no 5º Encontro Nacional das Mulheres do partido, em 2012, reafirmou a importância de um movimento feminista vinculado à classe trabalhadora, a exemplo do MML. Junto a outros movimentos realiza críticas e fazem resistências ao modo capitalista de produção

³² *Idem.*

³³ Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/p/historia-do-mml.html>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

e às políticas neoliberais, principalmente as políticas sociais destinadas às mulheres seletivas e de baixa qualidade³⁴.

A luta contra o machismo³⁵ e contra a opressão sofrida pelas mulheres é o eixo central para a mobilização das mulheres, numa perspectiva classista e revolucionária. Sendo assim, aponta-se para a necessidade de um feminismo de caráter emancipatório, fundamentado na superação das classes sociais, na direção de uma sociedade socialista. Também a pauta da violência contra a mulher e as temáticas relacionadas às mulheres trabalhadoras são abordadas pelo movimento.

Em linhas gerais, ainda que os quatro movimentos anteriormente apresentados tenham algumas divergências, podemos destacar alguns elementos que indicam uma convergência entre eles. De modo geral, afirmam seu caráter classista e buscam retomar a identidade de movimento social. Desse modo, esses movimentos emergem com uma perspectiva anticapitalista em confronto com a lógica de “onguização” herdada da década de 1990. Com pautas voltadas para as condições de vida das mulheres realizam ações, campanhas e lutas em defesa da democracia, da legalização do aborto, do fim da violência contra mulher, buscam incorporar a luta contra o racismo e a homofobia e realizam críticas às políticas neoliberais. Por compreenderem a importância das conquistas imediatas, põem-se em defesa do Estado laico e da ampliação de direitos para as mulheres, como creches, serviços de combate a violência sexista, melhores condições de trabalho e equiparação salarial, entre outros.

Contudo, apesar de todo o esforço feito para a retomada de um feminismo mais combativo e autônomo, a dificuldade de realizar lutas mais radicais se manteve, em boa medida, pela relação de algumas organizações com os governos do Partido dos Trabalhadores (nos últimos treze anos). Para Cisne (2014, p. 225), esse processo se explica tanto pela grande adesão popular ao governo Lula, como pela relação de dependência financeira com o governo, o que adensou um apassivamento das lutas sociais, não só do momento feminista.

Nesse sentido, a autora reforça: “em que se pese a importância da análise da dependência financeira e suas implicações, consideramos que os vínculos políticos partidários podem afetar ainda mais a relação de autonomia dos movimentos sociais frente aos governos” (*idem*). Essa relação tem graves rebatimentos nas pautas feministas que, facilmente, são deixadas de lado para o não enfrentamento com setores conservadores da sociedade, em favor da “governabilidade”. Pautas como a do aborto encontram dificuldade para ser amplamente

³⁴ *Idem*.

³⁵ Segundo Inácio (2013), o MML compreende a opressão das mulheres como resultado do machismo e do capitalismo, não utilizando abordagens de gênero ou de patriarcado.

debatida e reivindicada pelo próprio movimento feminista, apesar de ser uma pauta historicamente defendida por ele.

Dentre os movimentos que nos propomos a apresentar, a MMM tem enfrentado maior dificuldade em relação à autonomia. Apesar de também aglutinar mulheres que não pertencem a partidos, sua direção é composta, majoritariamente, por mulheres filiadas ao PT (em sua maioria vinculadas à Democracia Socialista, uma das correntes do partido), o que compromete a autonomia do movimento em relação às pautas e às principais lutas estabelecidas como prioritárias. Assim, o autofinanciamento se torna um importante desafio a ser enfrentado pelas organizações feministas, uma vez que recursos são necessários para a organização das lutas e dinamicidade dos movimentos.

A articulação com movimentos sociais mistos³⁶, no que se refere às pautas gerais dos trabalhadores, também tem se tornado um desafio importante para os movimentos feministas. Cisne (2014) destaca que essa articulação tem se tornado importante para a desconstrução do machismo nas organizações mistas, além de fortalecer, nos movimentos feministas, a perspectiva de unidade na construção de outro projeto societário. Entretanto, nesse processo, as bandeiras específicas do feminismo ou, até mesmo, as mais gerais correm o risco de serem rebaixadas para manter as alianças.

Outro desafio que tem causado grande impacto no movimento feminista é a fragmentação. A falta de um programa feminista faz com que os movimentos se orientem por temáticas ou calendário de lutas, o que dificulta ainda mais a organização e mobilização contínua das mulheres.

Assim,

além da fragilidade financeira, há a dificuldade de manter ou de dar desdobramentos às ações realizadas entre os movimentos de mulheres, tanto pela dificuldade em definir prioridades como de dar prosseguimento às mobilizações realizadas para o 8 de março, por exemplo, o que acaba sendo o momento de maior visibilidade da luta feminista, mas há dificuldade de manter em foco essa luta no decorrer do ano. (CISNE, 2014, p. 242)

Soma-se a esses desafios o conservadorismo que, acompanhado do fundamentalismo religioso, tem ganhado força nos últimos anos colocando em xeque a laicidade do Estado. Esse contexto, além de travar o avanço na conquista de novos direitos, tem ameaçado os direitos já conquistados, principalmente no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

³⁶ A MMM, MMC, AMB tem se articulado com movimentos populares ligados à Via Campesina - Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e sindicatos.

Da mesma forma, a influência pós-moderna é também um elemento que dificulta a organização das mulheres em torno de um projeto em comum. Sua ênfase na identidade e nas diferenças, com o rechaço do debate político, aumenta a divisão no movimento feminista.

Assim, muitos dos desafios atuais do movimento feminista são os mesmos que historicamente o constituiu. Deste modo, faz-se necessário um resgate histórico das bandeiras do feminismo, contudo, é preciso avançar na luta antirracista, no debate da sexualidade, na compreensão da realidade e das lutas das mulheres no campo. Em suma, faz-se necessário aprofundar as análises de um feminismo que compreenda a realidade brasileira e latino-americana, a partir das análises de gênero-raça-classe.

O percurso até aqui percorrido evidencia a emergência do movimento feminista como expressão das contradições do modo de produção capitalista. Como visto na primeira seção deste estudo, a opressão das mulheres não tem sua gênese neste modo de produção, contudo, foi aproveitando de contradições - como a de raça e sexo - de modos de produção anteriores que a opressão/exploração das mulheres alcançou novo patamar na sociedade erigida sobre este modo de produção. Dessa forma, o movimento feminista emerge como sujeito coletivo capaz de expor a condição subalterna das mulheres e reclamar igualdade entre os sexos, direitos políticos e sociais e confrontar a própria ordem societária. No bojo deste processo também surgiram diversas perspectivas e debates teóricos, os quais indicam a pluralidade de tendências feministas. Compreendendo a diversidade desde debate, na seção seguinte abordaremos as principais categorias e conceitos que compreendemos como essenciais para o movimento feminista contemporâneo.

2.4 CONCEITOS E CATEGORIAS TEÓRICAS DO DEBATE DO MOVIMENTO FEMINISTA NA CONTEMPORANEIDADE

Considerando a pluralidade de perspectivas ideológicas, políticas e teóricas que embasam o feminismo apresentaremos os conceitos e categorias que compreendemos serem centrais para o debate do movimento feministas contemporâneo, quais sejam: *gênero, divisão sexual do trabalho, relações sociais de sexo e patriarcado*. Vale destacar que os termos ora apresentados também estão presentes nas teses e dissertações analisadas no terceiro capítulo deste trabalho. Devido à pertinência e à influência da perspectiva pós-moderna no movimento feminista em geral, também serão evidenciados alguns elementos desta discussão no feminismo.

O debate de gênero surgiu no final do século XX com perspectivas, focos e compreensões diversas. Apesar de já estar presente nas ideias de Simone de Beauvoir³⁷ que, mesmo sem utilizar o termo, problematiza o determinismo biológico, o que é evidenciado em sua obra “*O segundo Sexo*”, cuja síntese se expressa em uma de suas afirmações mais conhecidas: “ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher”. Entretanto, foi Robert Stoller que utilizou o termo e conceituou a seu respeito, mas sem muita repercussão (SAFFIOTI, 2015).

Foi a partir da produção de Gayle Rubin, em 1975, que o termo *gênero* começou a ser amplamente difundido no universo feminista. No Brasil, duas décadas depois, com a tradução do artigo de Joan Scott – “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*” – o termo ganhou reverberação. Ausente nas abordagens sociais dos séculos anteriores, cujas reflexões estavam centradas nas macroestruturas,

o termo “gênero” faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens. (SCOTT, 1995, p. 85).

Como observa Scott (*idem*), além de o termo emergir num contexto de “mudança de paradigma científico” que põe em questão os paradigmas macroestruturais nas ciências sociais, traz para o debate a “ideia de que toda realidade é interpretada ou construída” (*ibidem*). Nesse debate, as feministas encontraram espaço para desenvolver uma teoria própria, bem como aliados acadêmicos e políticos. Entretanto, isso também significou um posicionamento crítico acerca da ciência moderna e, portanto, dos referenciais que buscam as causas da exploração/dominação, o que propiciou um alinhamento do próprio movimento à perceptiva pós-estruturalista ou pós-moderna.

Este elemento fica evidente na abordagem de Scott (1995, p. 73), que ressalta a não paridade entre os termos “classe, raça e gênero”. Segundo a autora, a categoria classe se fundamenta a partir das análises de Marx acerca das determinações econômicas engendradas no movimento histórico. Já os termos raça e gênero não permitem a mesma compreensão. Assim, elucida que

A ladainha “classe, “raça” e gênero” sugere uma paridade entre os três termos que na realidade não existe. Enquanto a categoria de “classe” está baseada na teoria complexa de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) da determinação econômica e da mudança histórica, as de “raça” e “gênero” não veiculam tais associações. (SCOTT, 1995, p. 3)

³⁷ Em seu livro “*O segundo Sexo*”, de 1949, a autora analisa de forma detalhada a opressão vivenciada pelas mulheres. Voltada para os estudos da filosofia existencialista, suas reflexões muito contribuíram para a desconstrução biológica dos sexos.

Ao destacar a pluralidade de significado empregado ao termo *gênero*, Scott (1995) vai evidenciar que o termo tem sido comumente utilizado como sinônimo de mulher; em outras abordagens mais eruditas, vai alcançar um significado mais objetivo e neutro, para além de “mulheres”. Nesta abordagem, o termo “não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou poder, nem tampouco designa a parte lesada” (*idem*, p. 75). Em contraposição, o termo “história das mulheres” requer uma posição política ao assegurar a presença das mulheres na história. Assim, o termo “‘gênero’ inclui as mulheres, sem lhes nomear, o que permitiu, nos anos 80 os estudos feministas conquistarem legitimidade no meio acadêmico” (*ibidem*).

Outro aspecto destacado pela autora refere-se à utilização do termo *gênero* de forma relacional, ou seja, ao tratar de questões relativas a um gênero traz informações sobre o outro. Com isso, nega-se a abordagem de um sexo independente do outro. Portanto, o referido termo elucida as “relações sociais entre os sexos”, sendo que essas relações são construídas culturalmente e, por isso, não cabem explicações puramente biológicas. Como define Scott (1995, p. 75), gênero é “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”, o que possibilita sinalizar que os papéis atribuídos às mulheres e aos homens fazem parte de uma construção social. Dessa forma, “o uso de ‘gênero’ enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (*idem*, p. 76).

Ao considerar a vasta abordagem acerca do termo *gênero*, Scott (1995) vai resumi-las em três tendências teóricas. Uma claramente feminista, cujo comprometimento é explanar as origens do patriarcado; outra situada no campo marxista e comprometida com as críticas feministas. E uma terceira, cindida entre duas correntes: “pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de reparação do objeto” (*idem*, p. 77); ancorada nas diferentes escolas de psicanálise, busca explicitar como é forjada a identidade de gênero do sujeito (*ibidem*).

Para Scott (1995), nas abordagens acerca do patriarcado, para compreender a subordinação das mulheres aos homens, uma questão seria a necessidade de os homens exercerem o domínio sobre as mulheres. Essa necessidade teria como explicação o “desejo dos homens de transcender sua alienação dos meios de reprodução das espécies” (*idem*). Nesse sentido, a libertação das mulheres estaria diretamente vinculada à compreensão de sua função no processo de reprodução. Assim, num sentido mais materialista, “a libertação viria das transformações na tecnologia da reprodução” (*ibidem*). Dessa forma, como eixo central de

sustentação do patriarcado, algumas estudiosas vão atribuir o caráter reprodutivo, outras a sexualidade. Daí outros métodos de análise da questão da desigualdade entre os homens e mulheres em substituição ao materialismo dialético vão ser propostos. Segundo Scott (1995), essas diferentes abordagens acerca do patriarcado, apesar de apresentarem contribuições relevantes, possuem algumas limitações. A primeira delas é a de não situar a relação existente entre a desigualdade de gênero e outras desigualdades. A segunda é a de que a análise ainda está centrada nas diferenças biológicas, o que significa que, ao fim e ao cabo, não é passível de transformação.

No que se refere aos teóricos feministas marxistas, estes situam seus estudos numa análise mais histórica. Scott (1995) reconhece que, mesmo na tradição marxista, existem diversas análises. Algumas delas fazem incisivas críticas à subordinação do patriarcado às relações de produção de forma mecânica e elucidam que a sujeição das mulheres é anterior ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, apontam que os dois sistemas operam juntos – patriarcado e capitalismo –, ou ainda, reiteram que as “relações entre os sexos opera de acordo com (e através das) estruturas socioeconômicas e também de acordo com as estruturas de sexo-gênero” (*idem*, p. 79). Para Scott (1995), apesar do esforço dessas análises em introduzir uma “realidade social sexualmente baseada”, ainda assim, há uma preponderância nas relações econômicas.

Na teoria psicanalítica, a escola anglo-americana vai trabalhar com as teorias sobre objeto, voltando-se principalmente para o desenvolvimento moral e comportamental do sujeito; e a escola Francesa, baseada em leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud no contexto da teoria da linguagem (preferencialmente baseadas em Lacan). Contudo, apesar das diferenças, “ambas as escolas estão preocupadas com os processos pelos quais a identidade do sujeito é criada, a fim de encontrar pistas sobre a formação da identidade de gênero” (*idem*, p. 81).

Em busca de uma definição de gênero, Scott (1995) vai compreendê-lo como uma categoria analítica subdividida em duas partes, em que a primeira é composta por quatro elementos: 1) os símbolos culturalmente constituídos, os quais correspondem a uma simbologia; 2) “os conceitos normativos” que buscam corresponder aos símbolos; 3) a compreensão política de gênero e uma “referência às instituições e à organização social”; 4) a “independência subjetiva” que exige compreender como as identidades de gênero são construídas num processo cultural – baseado na abordagem da antropóloga Gayle Rubin (*idem*, p. 87). Segundo Scott (1995), apesar de não se manifestarem de forma simultânea, os quatro elementos apresentados possuem uma imbricação e, portanto, não se manifestam isoladamente.

Já a segunda parte da definição de gênero da autora indica que “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” ou “campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado (*idem*, p. 88). Nesse sentido, gênero implica relações de poder.

Para Saffioti (2015, p. 117), uma das razões para a utilização do termo gênero refere-se à desnaturalização das relações baseadas na natureza biológica como algo imutável, questão que estava presente no debate da época em que o termo ganha repercussão. Contudo, a autora busca considerar sexo e gênero como uma unidade. Ao se referir a produção de Gayle Rubin adotada por Scott, Saffioti (2015) problematiza a distinção que a autora estabelece entre sexo e gênero. Sexo seria uma condição biológica, portanto natural, enquanto gênero, uma construção social. Para Piscitelli (apud CISNE, 2012), ao elaborar um sistema de sexo/gênero, compreendido por Rubin como “arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana” (*idem*, p. 80), cria-se uma ligação entre natureza que apresenta os elementos, os quais expressam que a diferença é cultural (*idem*). Como ressalta Saffioti (2015, p. 115), “a elaboração social do sexo deve mesmo ser ressaltada, sem, contudo, gerar a dicotomia sexo e gênero, um situado na biologia na natureza, outro, na sociedade, na cultura”. Portanto, para a autora, faz-se necessário fugir dessa dualidade.

Para Piscitelli (apud CISNE, 2012), associada à afirmação de que o parentesco cria o gênero, os estudos de Rubin acabam reforçando as mesmas bases as quais procura criticar, ou seja, reforça a dimensão biológica, natural. É justamente essa afirmação da autora que será alvo de críticas, sobretudo, na década de 1990 (*idem*, p. 80).

Saffioti (2015) também questiona a atribuição do termo gênero exclusivamente no campo do social dissociada do corpo. Nesse sentido, advoga na perspectiva de compreensão do ser humano em sua totalidade. Na sua concepção, autoras que defendem de forma irrestrita a utilização do termo gênero – especificamente, Scott – valorizam demasiadamente o discurso em detrimento do sujeito. De forma contraditória, estabelece um caráter descritivo ao conceito gênero, empregado como substituto de mulheres, sem elucidar, de pronto, as relações de desigualdade e a opressão por elas vivenciadas.

Segundo Saffioti (2015), Scott trouxe algumas contribuições importantes como: a concepção do poder no seio da organização social de gênero; sua afirmação acerca da ambiguidade quanto ao emprego do termo gênero – ponto essencial para a manutenção da igualdade e desigualdade. Entretanto, tais análises ficam subsumidas por outros argumentos ambíguos e, ainda, deixam de apresentar o poder “constelado na direção da igualdade ou da desigualdade entre as categorias de sexo” (*idem*, p. 120). Assim, “como o gênero é visto ora como capaz de colorir toda a gama de relações sociais, ora como um mero aspecto destas

relações, é difícil dimensionar sua importância, assim como sua capacidade para articular relações de poder³⁸ (*ibidem*).

Ao historicizar gênero, a autora ressalta que este é anterior às classes sociais e, por sua vez, possuem gêneses distintas. O primeiro coincide com a história da humanidade, já as classes sociais emergem imbricadas com o capitalismo. Saffioti (1995), ainda reitera que, diferentemente das classes, que mantêm sua contradição fundamental desde sua gênese, o gênero passa por um conjunto de transformações para se adequar à emergência das classes. Para elucidar tal questão, a autora incorpora a questão racial. Assim, forma-se um nó composto por estas contradições – raça, classe, gênero – que de forma distinta se fundem. Não se trata de compreender o nó como uma soma das contradições; não são “variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres mais complexas” (*idem*, p. 123).

Em concordância com Saffioti, Cisne (2012, p. 83) destaca que, além de realizar uma dicotomia entre sexo/gênero, o conceito *gênero* ofusca o caráter histórico da categoria sexo e corpo. Além do mais, tende a obscurecer outras categorias como classe, raça, nacionalidade.

Nesse sentido, ao lado do conceito de gênero, teorias pós-modernas – dentre elas as abordagens desconstrutivistas e pós-estruturalistas – tendem a escamotear categorias essenciais para desvendar a totalidade das relações sociais e a especificidade das questões que tocam a vida das mulheres.

Para Wood (2003, p. 219), um elemento que unifica as teorias pós-modernas é a “ênfase na diversidade, na ‘diferença’, no pluralismo”. Para a autora, o pluralismo defendido por essa teoria se distingue fundamentalmente do reconhecimento liberal dos distintos interesses e tolerância de opiniões contrárias. A pós-modernidade traz a compreensão de “diversidade” para além dos interesses revelados, alcançando em profundidade as qualidades psíquicas da “subjetividade” ou “identidade”; portanto, extrapola a opinião ou o “comportamento” político numa totalidade que se espraia até os “estilos de vida”; presume que alguns princípios tidos como universais e indiferenciados do direito não contemplam as distintas identidades e modos de vida; aposta na “heterogeneidade única da sociedade ‘pós-moderna’” como força “totalizadora e homogênea” que, devido seu grau de diversidade e fragmentação, exige novos princípios que correspondam ao nível de complexidade e pluralidade (*idem*). Em resumo, a

³⁸ Saffioti (2015, p. 120) problematiza a abordagem de Scott sobre as relações de poder respaldada na produção de Foucault, sem problematizar o conceito de poder por ele desenvolvido, uma vez que o referido autor - apesar de suas contribuições nessa análise - não apresenta uma perspectiva de construção de um projeto societário transformador.

perspectiva pós-moderna compreende a sociedade atual essencialmente fragmentada em que se diversificam as relações e experiências sociais que podem ser evidenciadas nos diversos estilos de vida e de identidades pessoais. Ou seja, estamos em um mundo pós-moderno no qual as antigas explicações baseadas em teorias universais não são capazes de explicar as diferenças. Nesse sentido, não se pode mais prospectivar em solidariedade de classes, e emergem os “novos movimentos sociais” que se organizam fundamentados em “outras identidades e contra opressões, movimentos relacionados à raça, ao gênero, à etnicidade, à sexualidade etc.” (WOOD, 2003, p. 220).

Wood (2003) ressalta que a própria esquerda foi capturada pelas ideias pós-modernas. Na tentativa de incorporar as diferenças e reconhecer a pluralidade das opressões, passaram-se a defender as “lutas emancipatórias”. Neste sentido, vale expor a observação que Duriguetto e Montão (2011) explicitam ao tratar da questão da emancipação. Segundo os autores, o uso indiscriminado do termo referindo a “emancipação política”, “emancipação pela educação”, “emancipação da mulher” e outros grupos particulares, passou a substituir o significado de uma luta emancipatória, no sentido de transformação radical da sociedade por lutas por direitos e redução de desigualdades. Ao assumir tal discurso, o que se processou foi a perda dos referenciais socialistas, substituídos pela defesa das liberdades democráticas, que não incorporam o debate de classes, tratando as opressões de forma igualitária.

Para Piscitelli (apud CISNE, 2012, p. 84), as teorias desconstrutivistas³⁹ estão focadas nas diferenças e, além de não apresentarem alternativa para o movimento feminista, afastam-no de uma prática política. Ademais, as teorias desconstrutivistas de gênero abrem precedente para estudos de gênero sem que esteja no centro das análises a mulher.

Orientadas por essas teorias, muitas feministas têm abandonado as necessárias pesquisas que abordam a condição de vida das mulheres trabalhadoras e sua realidade de precarização.

Ao desconsiderar que a luta feminista está associada à construção de outra sociedade, pois a opressão das mulheres faz parte da reprodução ampliada do capital, a pretensa igualdade de gênero é vazia de sentido. Assim,

as formulações desconstrutivistas não perceberam a necessidade e/ou não priorizaram uma luta pautada nesta análise e, ainda, contribuem para a despolitização e falta de mobilização política, o que tem provocado reações negativas, com “ (...) a incompatibilidade entre essas abordagens e a prática política feminista – “gênero sem mulheres” – mostram questionamentos à “despolitização” da pesquisa acadêmica e um acirramento nas tensões entre produção teórica e mobilização política”. (PISCITELLI apud CISNE, 2012, p. 86)

³⁹ Essa teoria teve como importante expoente Jacques Derrida, filósofo precursor das teorias pós-estruturalistas, cujas ideias foram fortemente influenciadas por Freud e Heidegger.

Para o campo de análise crítico, as concepções desconstrutivistas focam demasiadamente nas diferenças e se opõem à gênese do feminismo. É preciso, pois, avançar em perspectivas que adotem as diferenças num sentido de solidariedade entre as mulheres, mas sem perder a perspectiva de classe. Como afirma Cisne,

é certo que o gênero não possui apenas sexo, mas possui raça, etnia, orientação sexual, idade etc. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macrodeterminações, pois, por mais que o gênero unam as mulheres, a homossexualidade una os gays e lésbicas, a geração una as (os) idosas (os) ou jovens., a classe irá dividi-las (os) dentro da ordem do capital. (CISNE, 2012, p. 87)

Portanto, sem desconsiderar ou deixar em segundo plano as questões relativas à raça/etnia, gênero, geração e sexualidade, os movimentos devem organizar suas lutas num sentido emancipatório, logo, no campo da luta de classes. Situar as lutas específicas nesse campo não significa uma hierarquização do que é mais importante; outrossim, requer, numa perspectiva de totalidade, incorporar todas as dimensões que compõem as relações sociais. Significa, ainda, ir à raiz da questão, pois as opressões vivenciadas na sociedade do capital são incorporadas a ele de tal forma que, somente com a sua extinção, será possível uma plena libertação. Como afirma Cisne (2012, p. 88), “o que se defende não é a neutralização ou anulação das diferenças, mas a percepção de que o movimento feminista deve convergir para os aspectos político e social. Do contrário, só a fragmentam e pulverizam as mulheres”.

O foco nas desigualdades, de forma isolada da análise estrutural da sociedade, não permite as abordagens desconstrutivistas/estruturalistas/ pós-modernas enxergarem a contradição fundamental entre o capital e o trabalho. Além do mais, tais análises, ao negarem o aspecto materialista da história com foco nos símbolos e representações, tendem a retroceder ao irracionalismo e ao subjetivismo, sem lastro com a realidade objetiva (*idem*).

Como explicita Clara Araújo:

nas análises pós-estruturalistas, sobretudo, a dimensão simbólica ganha centralidade, e a referência às práticas e relações materiais torna-se opaca. Gênero deixa de ser um conceito meio, isto é, uma forma de ampliar olhar e entender a trajetória em torno da qual foi se estruturando as práticas materiais e na subjetividade humana, para tornar-se um conceito totalizador, um modelo próprio e autônomo de análise das relações sociais de dominação/subordinação, centrado quase que exclusivamente na construção dos significados e símbolos das identidades masculina e feminina. As práticas materiais e as intercessões com outras clivagens praticamente desaparecem e/ou são bastante secundarizadas. Gênero passa a descrever tudo e a explicar muito pouco, pois, como conceito, tendeu a ser autorreferido (ARAÚJO apud CISNE, 2012, p. 91).

É a partir das considerações acima apresentadas acerca da complexidade do conceito de gênero e sua variação de significado e emprego que as estudiosas materialistas justificam a adesão à categoria “relações sociais de sexo”, em vez da utilização do conceito de gênero. Para Cisne (2014), a referida categoria “corresponde mais diretamente à perspectiva teórico-política [...] marxista” (CISNE, 2014, p. 61). Ao revisitar a produção teórica francófona, a autora aponta para a diferença de tradução de “*rappports sociaux de sexe*” para “*relations sociales de sexe*”. Enquanto “*rapport*” refere-se a relações sociais estruturais de maior amplitude, “*relations*” é utilizada na língua francesa para especificar relações pessoais mais estreitas, de cunho individual e cotidiano. Assim, para tratar das relações sociais de sexo, faz-se necessária a compreensão das relações em seu sentido macro (*rapport*). Recorrendo a Annie Bidet e Jaques Bidet, Cisne (2014, p. 63) ressalta que “*rappports sociaux*” não se refere as ‘simples relações entre indivíduos’ e sim a ‘relações sociais antagônicas’. Não obstante, “a compreensão da importância da estrutura das classes sociais para o entendimento das relações sociais de sexo não significa que estas se reduzem às primeiras”, em outras palavras, significa dizer que a “relação social de sexo não se reduz ao fato de ‘se realizar’ dentro das relações sociais de classe” (*idem*).

A utilização do termo “*rapport sociale de sexe*”, no singular, assinala uma “síntese teórica das múltiplas dimensões de dominação masculina [...], uma representação científica que traduz a unicidade da lógica da organização do social que constitui essa dominação das mulheres pelos homens” e uma “irreduzibilidade dessa dominação a outra relação social” (DEVREUX apud CISNE, 2014, p. 63).

A expressão em questão também ganha relevância na medida em que emerge, na década de 1980, associada aos estudos marxistas que abordam a divisão sexual do trabalho. Dessa forma, o termo “*rapport sociale de sexe*” possibilita compreender a questão da mulher numa visão de sociedade que se organiza de forma antagônica, sem desprezar a preponderância da categoria trabalho, de grande relevância para estudos feministas. Nesse sentido, a adoção do termo “relações sociais de sexo”, além de explicitar as relações sociais que se constituem de forma antagônica na sociedade de classe, permite a incorporação do estudo das “relações sociais de sexo” relacionadas às “dimensões de ‘raça’ e classe” (CISNE, 2014, p. 67). Assim, parte-se “do pressuposto de que classe, ‘raça’ e relações sociais de sexo (incluindo a sexualidade) não compõe[m] apenas relações superpostas, tampouco adicionais ou mesmo com ‘intersecções’, como defende Crenshaw (1995) entre as relações de ‘gênero’ e ‘raça’” (Cisne, 2014, p. 63).

Na mesma direção que aponta Saffioti, Kergoat (apud CISNE, 2014, p. 68) destaca a consubstancialidade entre as relações sociais de sexo, raça e classe, conformando um nó “que não pode ser sequenciado ao nível das práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia; e elas [as relações sociais] são coextensivas: implantando as relações sociais de classe, de gênero e de ‘raça’, se reproduzem e se coproduzem mutuamente” (*idem*).

Saffioti (2015) reforça a importância de considerar o contexto histórico que interfere em cada uma das contradições, as quais podem adquirir novas facetas:

Esta modalidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclua a organização destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novo patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente constituída. (SAFFIOTI, 2015, p. 134)

Cisne (2014, p. 69), a partir de Falquet, ainda reforça que a compreensão das “relações (*rappports*) sociais de classe, raça e sexo como ‘vasos comunicantes’”, no contexto de ampliação planetária do capital, possibilita um melhor entendimento das alterações que se processam na inserção dos diversos sujeitos no mundo do trabalho. A autora constata que as relações de sexo e de raça se revigoram ou se enfraquecem, ao passo que a relação de posse, que marca a antiga organização social, se transforma em exploração. Dessa forma, “por meio das apropriações advindas das relações de raça e sexo, o capitalismo amplia o contingente humano disponível para os mais baixos salários, aumentado, portanto, sua capacidade de exploração do trabalho associada a essas apropriações” (CISNE, 2014, p. 70).

Outro conceito recorrente nos estudos feministas se refere ao *patriarcado*. No processo de revigoramento do movimento feminista dos anos 1960, as feministas reclamavam a utilização do referido conceito. Naquele período, o debate se deu em torno do significado do termo: feministas defendiam o uso de patriarcado em seu sentido literal (direito paterno) e questionavam se patriarcado tinha características humanas universais ou se designaria de acordo com aspectos históricos e culturalmente passível de modificação; se houve existência de matriarcado; se as relações patriarcais estão situadas na família ou na vida social; quais as relações entre patriarcado e capitalismo (PATEMAN, 1993, p. 39). De acordo com a autora, não há consenso entre as feministas nessas questões, mas sua utilização demarca “a forma de direito político” de sujeição e domínio do homem sobre a mulher.

Para Saffioti (2015), as várias interpretações acerca do termo gênero permitem sinalizar a relevância da abordagem acerca do patriarcado. Ao contrário de gênero, que também é utilizado para relações igualitárias, patriarcado evoca relações que se estruturam de forma

hierarquizada e desiguais. Dessa forma, patriarcado deve ser entendido como “um caso específico de relações de gênero” (*idem*, p. 126).

Entretanto, apesar de evidenciar a relação de submissão da mulher ao homem, o termo também apresenta questões que se tornam justificativa para sua não utilização como: a referência ao termo patriarcado em seu sentido literal – direito paterno; ou ainda, abordagens que limitam a compreensão de patriarcado como uma forma de dominação absoluta. Ao apresentar a relevância da utilização do termo, Saffioti (2015, p. 136) concebe patriarcado como “uma forma de expressão do poder político” em sintonia com a afirmação: “o pessoal é político” do feminismo radical ⁴⁰.

Na concepção feminista de Delphy (apud CISNE, 2014, p. 73), o patriarcado demarca uma organização social dominada pelo poder do homem. Assim, patriarcado equivale a “dominação masculina” ou “opressão das mulheres”.

A tradição marxista infere que a subordinação feminina se estabelece de forma estruturante com a propriedade privada. Tendo em vista que a subordinação feminina não nasce com o capitalismo, como abordado anteriormente, mas como aponta a própria Saffioti (1976), o patriarcado se aproveita dela, conformando-se de forma estrutural.

Saffioti (2015) aprofunda essa questão a partir de dois processos históricos que se constituem como fundamento do patriarcado. O primeiro deles diz respeito à produção do excedente econômico que, como eixo central da propriedade privada, marca a dominação e exploração do homem sobre o homem e mais acentuadamente sobre a mulher. Já o segundo é a descoberta da participação masculina na geração dos filhos. Assim, o controle sobre a vida das mulheres veio tanto para garantir o controle sobre os filhos, fundamental para a produção de força de trabalho, quanto para assegurar a paternidade em função do direito à herança. Para Saffioti (2015, p. 58), esse novo modelo de organização social relegou às mulheres a condição de “objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e novas reprodutoras”. Em concordância com Kergoat, Saffioti (2015, p. 138) destaca que a “exploração econômica da mulher faz-se conjuntamente com o controle de sua sexualidade” e, ainda, em sintonia com o racismo.

Em suma, pode-se assegurar que o patriarcado se consolida com a propriedade privada, sendo assim compreendido como um processo histórico e não naturalmente explicado. Por se constituir historicamente, as diferenças entre os sexos não são imutáveis, como afirma Saffioti (2015), descartando as análises “biologicistas”, “a-históricas” e as “cultural-simbólicas”.

⁴⁰ Emergiu na “segunda onda do feminismo”, com uma perspectiva que ignora as relações intergêneros com posturas que reproduzem um sexismo que desconsidera as diferenças biológicas.

Ao contrário de gênero,

O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero [...], só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando propositalmente explícito o vetor da dominação-exploração. Entra-se, assim, no reino da história. Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina. É, por conseguinte, um conceito de ordem política. (SAFFIOTI, 2015, p. 139)

Cisne (2014) ressalta a importância de compreender que patriarcado se estabelece de forma estrutural e superestrutural. Isso explica a incorporação do machismo pelos sujeitos sociais, uma vez que este se estabelece, também, a partir de ideologias beneficiadas pelas relações sociais alienadoras. Dessa forma, a heterossexualidade também se instaura a partir do patriarcado que, além de naturalizar os sexos, também o faz com a “raça” e as classes sociais. Além disso, a heterossexualidade reforça o controle da mulher e da prole, contribuindo com a manutenção das relações sociais.

Outro debate central para o feminismo refere-se à temática da *divisão sexual do trabalho*. Esta surge no interior do feminismo francês na década de 1970 relacionada às relações sociais de sexo, abordada anteriormente. Vale destacar que foram as feministas socialistas e marxistas que primeiro tematizaram a seu respeito.

A divisão sexual do trabalho torna-se essencial para compreendermos o mecanismo de exploração do modo de produção capitalista sobre o trabalho feminino. Este modo de produção, além de dividir o trabalho entre homens e mulheres, o hierarquiza de forma a subalternizar o trabalho classificado como “naturalmente” feminino em detrimento do trabalho “naturalmente” masculino. A justificativa da naturalização de atividades e profissões cai por terra ao observarmos que

o acesso das mulheres às profissões adequadas ao sexo feminino, todavia, não se desenvolve naturalmente. Uma prova de que a divisão sexual do trabalho não resulta da existência de uma essência feminina ou masculina, é saber que uma atividade especificamente masculina em uma sociedade pode ser especificamente feminina. (CISNE, 2012, p. 109)

Dessa forma, o que pode justificar a divisão sexual do trabalho e a subvalorização do trabalho desenvolvido pelas mulheres é o modo de produção capitalista-patriarcal-racista. Compreender, então, como se conforma o trabalho nessa sociedade exige enxergar como a mulher foi (e como é) inserida no mundo do trabalho.

Como já indicamos anteriormente, na primeira seção deste estudo, a primeira divisão do trabalho, para Engels (2008), diz respeito à distinção entre o homem e mulher para a procriação.

Para o autor, “o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão do sexo feminino pelo sexo masculino” (*idem*, p. 22). Tal demarcação corrobora com a afirmação de Cisne (2012, p. 117): é preciso “desomogeneizar” a classe trabalhadora, ou, como aponta Souza-Lobo (2011): “a classe operária tem dois sexos”. Não é por acaso que as mulheres ocupam os piores postos de trabalho, recebem menor remuneração que os homens para mesmo cargo e função, entre outras disparidades. A incorporação do trabalho feminino, nessas condições, faz parte da reprodução ampliada do capital que exerce uma superexploração do trabalho realizado por mulheres. Isso se manifesta tanto na esfera privada, em que à mulher é delegada as funções que garantem a reprodução social, com baixa ou sem remuneração; como na esfera pública, com uma inserção precária, subordinada, o que pode ser constatado na baixa remuneração (CISNE, p. 112). Nesse sentido, vale destacar que o patriarcado não se estrutura apenas na esfera privada, como destaca Saffioti,

ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. (SAFFIOTI, 2015, p. 135)

Kergoat⁴¹ (2003, p. 1) compreende a divisão sexual do trabalho como a “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo”, sendo que esta forma varia de acordo com a organização de cada sociedade. No decurso histórico da formação social, há um predomínio do homem destinado à esfera produtiva e às mulheres a reprodutiva e de forma simultânea à assimilação dos homens de tarefas de maior valor social – no campo da política, da religião, militar, entre outras (*idem*).

A relatada forma de organização sexual do trabalho se estrutura a partir de dois princípios básicos: princípio da separação, em que homens e mulheres realizam tarefas específicas; e, o princípio da hierarquização, em que o trabalho do homem tem mais valor do que o trabalho feminino (*idem*). Para Kergoat (2003), tal organização não tem apenas fundamentos biológicos; antes de tudo, deve ser entendida como “construção social”, ou, ainda, como “resultado de relações sociais”. Com efeito, por ser compreendida como construto social, não pode ser entendida como algo imutável, mas passível de alterações.

⁴¹Artigo publicado no *Doctionnaire critique du féminisme*, organizado por Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène, Danièle Senotier. Ed. Presses Univerditaires de France. Paris, novembro de 2000. Traduzido por Miriam Nobre em agosto de 2003.

Para a autora, as primeiras análises – do trabalho feminino – surgem nas ciências sociais sob o predomínio dos estudos marxistas. Paulatinamente, outros estudos desvinculados dessa matriz passam a analisar o trabalho doméstico como atividade laboral com o mesmo peso do trabalho profissional. Isso possibilitou considerar a atividade realizada tanto na esfera profissional como na esfera doméstica, o que permitiu pensar em termos de divisão sexual do trabalho (*idem*). Ao passo que a família passa da esfera de relações naturais para o *lócus* do trabalho permite-se o questionamento do trabalho assalariado que, até esse momento, era pensado como trabalho produtivo realizado pelo homem branco, qualificado. Kergoat elucida que

a divisão sexual do trabalho tinha, no começo, um status de articulação de duas esferas, [...] estruturas familiares e sistemas produtivos do sexo do trabalho [...]. Mas esta noção de articulação se mostrou rapidamente insuficiente: os dois princípios – separação e hierarquia – se encontram em toda parte e se aplicam sempre no mesmo sentido, era necessário passar a um segundo nível de análise: a conceituação desta relação social recorrente entre o grupo dos homens e o das mulheres. (KERGOAT, 2003, p. 3)

Entretanto, o que ocorreu foi o desuso do conceito divisão sexual do trabalho em seu sentido mais autêntico. Ao invés de se aprofundar o debate acerca das relações sociais de sexo, num sentido de crítica radical à sociedade salarial, o que se processou foi a menção:

em termos de “dupla jornada”, de “acumulação” ou de “conciliação de tarefas” como se fosse somente um apêndice do trabalho assalariado. Daí um movimento de deslocamento e focalização sobre este último (as desigualdades no trabalho, no salário, trabalho em tempo parcial,...). (KERGOAT, 2003, p. 3).

Em resumo, Kergoat (2003) compreende as relações sociais como um campo de tensões. Essa tensão, por sua vez, faz emergir fenômenos sociais que, de acordo com os distintos interesses conformam-se os grupos – homens e mulheres, sem confundi-los com uma categorização biológica. Segundo a autora, a tensão que atravessa esses grupos sociais é o trabalho e suas divisões. Nesse sentido, “relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são dois termos indissociáveis e que formam epistemologicamente um sistema” (*idem*, p. 4). Assim, as relações sociais de sexo podem ser caracterizadas pelos quatro elementos a seguir:

a relação entre os grupos assim definidos é antagônica; as diferenças constatadas entre as práticas dos homens e das mulheres são construções sociais e não provenientes de uma causalidade biológica; esta construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica em outros termos, a “mudança de mentalidades” jamais acontecerá espontaneamente se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta – podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la; estas relações sociais se baseiam antes de tudo em

uma relação hierárquica entre os sexos, trata-se de uma relação de poder, de dominação. (KERGOAT, 2003, p. 4)

Compreendemos que a luta pela emancipação das mulheres deve perpassar todas as dimensões da vida social. Portanto, a luta feminista requer uma alteração de todas as formas de opressão vivenciadas e materializadas na divisão sexual do trabalho, no controle da sexualidade feminina, nas relações desiguais de poder, na situação de violência, enfim, em tudo aquilo que encerra a sociedade capitalista-patriarcal.

Ao evidenciarmos os principais termos do debate feminista, podemos sinalizar uma disputa que se dá tanto no plano teórico como na prática interventiva dos movimentos feministas. Tal constatação reforça a necessidade de afirmação de um feminismo classista e de horizonte emancipatório. Entendemos que a opressão feminina faz parte da estrutura do modo de produção capitalista, o que requer uma transformação radical das relações sociais de produção.

Nesse sentido, entendemos que, apesar das contribuições do termo gênero para o debate feminista, é preciso problematizar sua utilização indiscriminada. Como afirma Saffioti (2014), esse termo se tornou mais palatável por não explicitar de pronto as contradições entre as classes sociais, portanto, pretensamente neutro. Sua utilização retira a mulher como sujeito central que vivencia a opressão. Assim, como reitera Cisne (2014), o emprego de relações sociais de sexo torna-se mais coerente, principalmente, por sua perspectiva teórico-política marxista, que explicita a dominação masculina inserida na estrutura de classe, sendo necessária uma radical alteração dessa estrutura para a libertação feminina. Da mesma forma, concordamos com a utilização do termo patriarcado, já que sua utilização, ao contrário de gênero, demarca opressão/exploração vivenciada pelas mulheres, ou seja, além de evidenciar uma supremacia masculina, indica que a opressão de gênero é estruturante à ordem societária do capital. O conceito de *divisão sexual do trabalho* também merece destaque nos estudos feministas por trazer para a análise a forma de organização social do trabalho marcada, fortemente, pelo sexo, uma vez que o trabalho realizado pelas mulheres ganha atributos naturais para desqualificar e desvalorizar seu trabalho, o que se torna indispensável para a elevação dos lucros capitalistas tanto para realizar uma baixa remuneração do trabalho “feminino” como para a realização do trabalho não pago (tarefas domésticas, voltadas para os cuidados da família).

Em suma, tais conceitos representam um importante acúmulo dos estudos feministas que permite apontar a necessidade do feminismo se reafirmar como movimento social articulado à luta de classes, o que não significa desconsiderar as lutas possíveis e necessárias

nos marcos do capitalismo, mas sem perder de vista que a libertação das mulheres só será possível com sua erradicação. Para tanto, faz-se necessário compreender a luta das mulheres numa perspectiva de totalidade, como uma particularidade da luta de classes, sem cair no equívoco de relegá-la como luta secundária, subsidiária e complementar.

Tais apontamentos reiteram a importância de ampliarmos o debate dos movimentos sociais no Serviço Social. Tanto o debate dos movimentos sociais como a prática interventiva junto aos sujeitos coletivos merecem a atenção e empenho da categoria. Neste sentido, com o objetivo de contribuir com este debate, apresentaremos no capítulo seguinte como a profissão tem abordados o movimento feminista e a luta das mulheres em movimentos sociais e organizações mistas.

3 O DEBATE SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL QUE TEMATIZA OS MOVIMENTOS FEMINISTAS

3.1 O DEBATE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO SERVIÇO SOCIAL

O debate do Serviço Social sobre os movimentos sociais ganha força a partir dos anos finais da década de 1970, quando a perspectiva de “intenção de ruptura” com as bases conservadoras da profissão inicia sua consolidação como projeto hegemônico profissional. “Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador)” (NETTO, 2011, p. 159). A partir desse momento, a profissão aprofunda seu significado social, que passa a ser reconhecido a partir das determinações presentes na sua inserção na divisão sócio- técnica do trabalho.

No avançar dos anos 1980, em meio à crise da autocracia burguesa, a perspectiva em questão encontra maior abertura e impulso pela emergência e desenvolvimento dos movimentos sociais, que aglutinava diversos sujeitos em torno das liberdades democráticas, o que reforça a direção de ruptura com o Serviço Social tradicional na profissão.

Decorrente desse processo, foi realizado o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, conhecido como o “congresso da virada”. Nele, os assistentes sociais assumem um compromisso político com os setores populares, firmando-se na defesa das liberdades democráticas e na “ampliação de direitos civis e sociopolíticos” (BARROCO, 2010, p. 168). O referido congresso demarca “o posicionamento ético-político que passa a se configurar como marco decisivo ‘no compromisso político e coletivo da categoria com os setores populares’” (BARROCO, 2010, p.167). O movimento sindical e a efervescência dos movimentos sociais nas lutas pela redemocratização, naquele período, são elementos indispensáveis para que a profissão avançar no sentido da ruptura com o conservadorismo.

O denominado “novo sindicalismo”, que emerge das grandes greves ocorridas na década de 1970, é uma nítida expressão da politização desse período. Essa nova forma de organização sindical de massa, classista e autônoma, negará o modelo de organização tradicional de cunho corporativista atrelada ao Estado – cujas ações tendem a amenizar as contradições entre capital e trabalho – instaurado no governo Vargas. Assim, é inaugurada uma nova forma de organização dos trabalhadores, que se configura como um instrumento de luta e resistência da classe trabalhadora em sintonia com a base, de modo autônomo e independente. A nova articulação desses sujeitos alcança legitimidade a partir da “democracia de base”, por meio da experiência dos comitês de fábrica, das comissões operárias, das delegações sindicais e da

realização de assembleias que reuniam de forma massiva os trabalhadores (ABRAMIDES e CABRAL, 1995).

Em consonância com o “novo sindicalismo”, outras lutas populares também emergem, evidenciando a precarização do trabalho, as condições insalubres de habitação, o alto custo de vida, o congelamento salarial, a precarização do transporte público, movimentos urbanos, movimento por transporte público, movimento de favelas, movimento contra a carestia, movimento popular de saúde, entre outros. É também nesse contexto que surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT) vinculada a Igreja Católica e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), no momento em que a luta pela terra alcança grande expressão.

Nesse sentido, pode-se sinalizar que nos anos finais da década de 1970, adentrando os anos 1980,

creceu a politização e repolitização dos trabalhadores, operários, camponeses, empregados, funcionários, estudantes, intelectuais e outras categorias sociais subordinadas. Isto é, pôde aumentar a força política das classes assalariadas. E o fortalecimento da classe operária em termos políticos, pôde ser a base, o início do esgotamento das condições da contrarrevolução burguesa no Brasil. (IANNI apud ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p. 71).

Nessa mesma década, também surgem movimentos sociais de caráter plural, os quais colocam em cena questões relativas a mulheres (como visto), negros, orientação sexual, infância, juventude e idoso. Vale ressaltar também a criação de fóruns e de organizações que articulam movimentos populares e sindicais. Desse modo, a luta por direitos políticos e sociais torna-se o eixo central que aglutina todos esses sujeitos que, por sua vez, conseguem realizar o debate político ao mesmo tempo em que se tornam expressão das demandas sociais.

Indubitavelmente, a década de 1980 foi fortemente marcada por lutas e reivindicações que foram além das fábricas e alcançam toda a sociedade. Além dos movimentos sociais organizados que emergiram nesse contexto, também foram realizadas “ações diretas” de forte caráter reivindicatório e espontâneo, com mobilizações de rua, saques a supermercados, ocupações de vias públicas e de órgãos públicos, passeatas etc. Tais ações são impulsionadas pelo agravamento da crise recessiva pela qual o país atravessava e cujas medidas atingiam diretamente o trabalhador, principalmente pelo alto custo de vida acompanhado por uma acentuada elevação da taxa de desemprego.

São esses elementos presentes no contexto dos anos finais da década de 1970 e no curso dos anos 1980 que possibilitaram a consolidação da perspectiva crítica no Serviço Social. Nesse novo contexto, o Serviço Social compreende a possibilidade de interlocução com os

movimentos sociais, como uma prática diferenciada e importante contribuição para a ruptura com a origem tradicional e conservadora da profissão.

A renovação crítico-analítica viabilizada pelo desenvolvimento teórico da perspectiva da intenção de ruptura propicia novos aportes no nível prático-operativo da profissão – donde, por exemplo, a circunscrição de formas alternativas de intervenção, no bojo das políticas sociais, junto a movimentos sociais e o reequacionamento do desempenho profissional no marco da assistência pública. (NETTO, 2011, p. 303)

A maturidade da perspectiva profissional crítica é também revelada na produção acadêmica. É expressão desse processo a produção de Yamamoto e Carvalho (2009), pautada na tradição marxista, que altera a própria concepção da profissão, entendida no bojo das relações de produção capitalista, inscrita na divisão social e técnica do trabalho.

No âmbito da formação, também se processa importante alteração, na medida em que o novo currículo passa a ser direcionado pela perspectiva crítica. E, em 1986, importante reforço de tal perspectiva se estabeleceu no Código de Ética, que, apesar dos equívocos, buscou garantir uma ética profissional em consonância com o projeto de profissão direcionado pela perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional. “O código e a reformulação curricular de 1982 são marcos de um mesmo projeto que pressupõe o compromisso ético-político com as classes subalternas e a explicitação da direção social da formação e da prática profissional” (BARROCO, 2010, p. 170).

Sem dúvida, pode-se inferir que as mudanças engendradas no seio da profissão se vinculam ao movimento contestador dos anos 1980, sendo essas as bases que permitem à profissão construir um projeto profissional que alcança legitimidade e hegemonia na categoria⁴². Este projeto deve ser entendido como construção coletiva, que, além de ser uma denúncia ao conservadorismo, opera uma importante articulação entre teoria crítica e proposta de atuação.

O processo de organização política da categoria torna-se um fator essencial para a maturidade e a consolidação da perspectiva crítica na profissão. Tal processo também deve ser compreendido no bojo das lutas sociais, mencionadas anteriormente, que se espalharam por todo

⁴² Cabe ressaltar que o projeto em questão não se verifica em documento de cunho normativo. Trata-se de um conjunto de valores e princípios cuja orientação se pauta – em seu conteúdo e intervenção – na defesa da ética e condução política construída de forma coletiva, em consonância com os interesses de uma classe. O projeto ético-político do Serviço Social busca orientar a ação dos profissionais, imputando a ela sentido, intencionalidade e objetivos. Sua maior expressão pode ser verificada no Código de Ética de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (1993), o que também se verifica nas Diretrizes Curriculares de 1996, propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

o país e da proposta do “novo sindicalismo”, o que possibilitou à categoria ampliar seu horizonte político organizativo que se expressa, principalmente, na criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) de 1978 a 1983 e na criação da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS) de 1983 a 1988 (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p. 119).

Esse é um importante marco da organização política da profissão, que se compreende no bojo das lutas sociais, como pertencente à classe trabalhadora e cujos interesses lhes são comuns. Este é o salto que permite o Serviço Social estabelecer uma “clara articulação do projeto profissional de ruptura ao projeto societário emancipatório em que a organização político-sindical assumiu um papel central” (ABRAMIDES, 2014, p. 232).

Ao que se refere à abordagem da relação entre Serviço Social e movimentos sociais, Silva (2011), a partir da análise da literatura do Serviço Social que aborda o processo de reconceituação da profissão no Brasil, com ênfase em suas bases teóricas e metodológicas, destaca que a incorporação da temática dos movimentos sociais aconteceu em diálogo com as ciências sociais. A profissão passa a compreender os movimentos sociais e suas lutas a partir das contradições inerentes ao modo de produção, numa ótica classista em que as possibilidades de transformação social são inerentes ao processo de luta que a classe trabalhadora é capaz de realizar.

Contudo, diante da crise de dimensões mundiais do capital e da ofensiva neoliberal em curso no Brasil a partir da década de 1990, a interlocução e a tematização acerca dos movimentos sociais no âmbito da profissão sofreu forte regressão. Os efeitos da reestruturação produtiva e da agenda neoliberal produziram grandes rebatimentos na profissão e nos processos de mobilização e organização dos movimentos sociais e nas lutas coletivas.

Nessa direção, tal cenário provoca o Serviço Social a buscar alternativas para fortalecer a perspectiva crítica hegemônica na profissão, sendo que uma delas é fomentar uma interlocução com os movimentos sociais no sentido de contribuir com os “processos de mobilização e organização popular” (DURIGUETO, 2014, p. 183). Essa possibilidade de intervenção profissional é viabilizada pela dimensão ideopolítica presente na atuação profissional, uma vez que tal atuação pode interferir nas formas de concepção de mundo e relações dos sujeitos público alvo da intervenção do assistente social. Como afere Yamamoto (2004), o assistente social, por sua autonomia relativa, pode imprimir sentido e direção ao seu exercício profissional independente do espaço sócio-ocupacional em que está inserido. Ademais, é possível, para além dos espaços institucionais, intervir junto aos movimentos sociais e em processos de mobilização popular.

Nesse sentido,

Discutir a inserção do Serviço Social nos processos de organização e mobilização popular significa analisar como o assistente social, como trabalhador assalariado e considerando a própria natureza contraditória de sua intervenção profissional, pode atuar no sentido da promoção e do fortalecimento das organizações e lutas coletivas dos trabalhadores que são alvo de suas intervenções. (DURIGUETTO, 2014, p.183)

A “exígua produção teórica da profissão tanto acerca das organizações, movimentos e lutas sociais quanto da relação da profissão” com estes sujeitos e, ainda, “uma quase oculta sistematização/relatos de experiência da intervenção profissional com as organizações, movimentos e lutas sociais” (DURIGUETTO, 2014, p. 185) sinaliza a necessidade de retomada do debate acerca dos movimentos sociais e da forma como a profissão, na atualidade, vem se articulando com esses sujeitos.

Tal afirmação evidencia-se nas análises de Marques (2010) acerca da produção acadêmica, que a relaciona com os movimentos sociais publicados nos anais do Congresso Brasileiro e Assistentes Sociais (CBAS’s) e nos Encontros Nacionais de pesquisadores em Serviço Social (ENPESS’s), de 1995 aos anos 2008. Nessa pesquisa, a autora observa que num total de publicações – de ambos os eventos (CBAS’s e ENPESS’s) – de 6.201, somente 237 ou 3,82% tratavam da temática em questão.

Desta produção teórica que versa sobre os movimentos sociais, a autora destaca a crescente incorporação do debate dos “novos movimentos sociais”, principalmente a partir dos anos 2000. Segundo a mesma, o enfoque dessas publicações expressa uma valorização das experiências cotidianas, cujas demandas e lutas se tornam focalizadas e específicas, pertencentes a um grupo social. Ao que diz respeito ao campo da intervenção profissional, a experiência da relação profissional com os movimentos sociais tem demonstrado grande fragilidade. Apesar de ser parte integrante do exercício profissional, as publicações que relatam tal experiência são de apenas 6,1% no total, considerando-se o período analisado (MARQUES, 2010).

Na academia, no período de 1994 a 2012, a temática dos movimentos sociais também esteve presente nos cursos de Serviço Social de instituições federais e estaduais, em 36 centros de pesquisa vinculados a projetos de pesquisa (87) e de extensão (23). Tais pesquisas enfatizam principalmente a “relação entre políticas públicas e as lutas sociais, refletida a partir das práticas de gestão participativa, associativismo, planejamento estratégico, controle social e organização popular” (DURIGUETTO, 2014, p. 185). Ao que tange aos movimentos sociais e organizações, estes aparecem em menor proporção e com uma diversidade de movimentos.

A pesquisa de Duriguetto (2014) também identifica no período de 1985 a 2011 nos programas de pós-graduação em Serviço Social reconhecidos pela CAPES, 276 (duzentos e setenta e seis) teses e dissertações que tematizam sobre os movimentos sociais e, deste conjunto, apenas 08 (oito) trabalhos se referem à relação do Serviço Social com os movimentos sociais (*idem*, p. 186). Nessa direção, Oliveira (2010) explicita, em sua pesquisa, que apenas 03 (três) dissertações e 01 (uma) tese trataram da relação do Serviço Social com os movimentos sociais no período de 1994 a 2008. A análise da autora estendeu-se aos encontros da categoria: Encontro Nacional de pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), no mesmo período acima referido. No primeiro evento, não foram encontrados artigos que tratam da relação do Serviço Social com os movimentos sociais; já nos CBASs foram encontrados 04 (quatro) artigos que pontuavam acerca da intervenção profissional tendo como foco o relato de experiências dos movimentos sociais e outros 05 (cinco) artigos relatando a atuação profissional junto aos movimentos sociais.

As conclusões da autora evidenciam, assim, uma incipiente produção que versa sobre a intervenção profissional junto aos movimentos sociais. O conteúdo da referida produção também merece destaque, já que se torna perceptível a dificuldade de articulação do exercício profissional com os movimentos sociais.

As experiências que tematizam a interlocução do Serviço Social com os movimentos sociais estão, em sua maioria, relacionadas a assessoria, estágio e extensão universitária, que, apesar de não apresentarem um vínculo direto a um movimento social específico, têm o objetivo de contribuir com o fortalecimento dos sujeitos coletivos (OLIVEIRA, 2010, p. 96). O sentido da intervenção profissional junto aos movimentos sociais, presente nas produções analisadas, desenvolve-se no campo das ações educativas, as quais são compreendidas como processo mobilizador e de formação política.

A autora elucida ainda uma compreensão variada acerca dos movimentos sociais tanto na produção dos encontros da categoria (ENPESS/CBAS) como nas dissertações e teses. Nota-se, a partir de uma interlocução com as ciências sociais que tratam dessa temática, uma “ausência de demarcação analítica do referencial acerca dos movimentos sociais” (OLIVEIRA 2010, p. 104) na produção dos referidos encontros e uma fragilidade teórica quando se trata dos movimentos sociais nas dissertações e teses. Outra relevante observação da autora relativa ao campo da produção teórica diz respeito à tendência de relatos descritivos dos movimentos sociais em que a interlocução com a profissão aparece de forma pontual.

Considerando o conjunto das publicações, algumas delas apontam para uma necessidade de articulação entre os movimentos sociais existentes, para que haja uma intensificação das

lutas. Contudo, em outras produções são enfatizadas as dificuldades dos movimentos sociais organizarem lutas ampliadas em articulação com os diversos sujeitos coletivos sobressaindo, assim, ações fragmentadas e corporativas que tendem à dispersão diante dos embates na luta ou quando alcançam conquistas imediatas (OLIVEIRA, 2010).

A autora também destaca, nas abordagens dos artigos, uma recorrente defesa dos direitos e da cidadania. Poucos trabalhos situam a profissão para além dessa dimensão. Vale destacar alguns elementos constatados como: a necessidade de superar uma intervenção no nível do imediato; as produções que tratam da relação do Serviço Social com os movimentos sociais em sua maioria advêm de profissionais que estão inseridos nas Universidades; dificuldades “teórico-metodológicas” e “técnico-operativas” na intervenção junto aos movimentos sociais e na teorização acerca dos mesmos.

O balanço da produção teórica que tematiza os movimentos sociais e sua possível interlocução com o Serviço Social indica a necessidade de a categoria aprofundar e ampliar tal debate, em virtude de ser a “área temática de menor investimento na pesquisa” como também ressalta Iamamoto (apud DURIGUETTO, 2014, p. 185).

Ao verificar a fragilidade do debate da relação da profissão com os movimentos sociais, alguns autores encontram justificativa no arrefecimento das lutas sociais. Nesse sentido, a luta institucional teria substituído a contestação autônoma das organizações dos trabalhadores. Com esse giro das lutas sociais para o campo institucional, a intervenção dos assistentes sociais junto às organizações dos trabalhadores também se deslocaria para a luta no sentido de ampliação dos espaços institucionais. É sabido que tanto o refluxo das lutas sociais como a institucionalização das reivindicações dos movimentos sociais possuem rebatimentos na forma de articulação da profissão com esses sujeitos. O desafio que se põe na contemporaneidade é o de integrar ações no campo institucional e para além dele.

Dessa forma, pode-se notar que o Serviço Social compreende a importância da construção de alternativas junto aos movimentos sociais, tendo em vista a possibilidade concreta de atuação profissional num sentido de fortalecimento das organizações dos trabalhadores e da mobilização social, tanto no sentido de “fomentar e potencializar” as organizações existentes, como no de corroborar com a criação de “organizações e movimentos quando estes inexistem” (DURIGUETTO, 2014, p. 9).

Diante da atual conjuntura, em que a realidade contemporânea impõe desafios para uma construção coletiva de alternativas que fortaleçam o projeto ético-político da profissão, faz-se necessário reafirmar que tal projeto se consolida no bojo das lutas sociais e em consonância com um projeto societário que se distingue do que está posto. Trata-se da possibilidade de travar

uma resistência não só nos espaços institucionais, mas também fora deles, nas organizações dos trabalhadores. Deste modo, o Serviço Social, por meio de sua interlocução com os movimentos sociais e de sua contribuição em processos de mobilização social, pode corroborar com as formas de resistência ao sistema vigente, tornando-se, assim, uma estratégia possível e necessária.

Desse modo, é notória a necessidade de ampliação da produção teórica do Serviço Social acerca dos movimentos sociais e da possível interlocução da profissão juntos a esses sujeitos para que se possa avançar na dimensão da intervenção do assistente social nos processos de mobilização e de organização popular.

Essas mesmas sinalizações podem ser feitas quanto à produção acadêmica que aborda o movimento feminista. No período de 1985 a 2014, apenas 09 (nove) produções abordam especificamente o feminismo, e 13 (treze) estudam a luta das mulheres a partir de um movimento social misto, o que também evidencia uma incipiente produção. Além do mais, é notável a fragilidade teórica, a diferentes perspectivas e conceitos presentes nesta produção.

Como reitera Cisne (2014), o debate feminista tem se expressado de forma difusa na atualidade, o que demonstra que as questões observadas na produção do Serviço Social não estão isoladas, mas devem ser analisadas no âmbito do feminismo em geral. Mais recentemente, na década de 1990, o movimento feminista passa por um processo de institucionalização no Brasil, notando-se uma sobreposição das Organizações Não-Governamentais em detrimento dos movimentos sociais feministas, o que coloca novos desafios para a luta das mulheres (CISNE, 2014). Na atualidade, a efervescência da teoria pós-moderna também tem impactado o modo de compreender e organizar as lutas sociais que, entre outros efeitos, retira o componente classista e de transformação societária dos sujeitos coletivos, o que também rebate no movimento feminista.

É a partir dessas reflexões que apresentaremos, na seção seguinte, o debate acadêmico na pós-graduação na área do Serviço Social acerca dos movimentos feministas e dos movimentos mistos que abordam a luta das mulheres.

3.2 O ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DA PROFISSÃO SOBRE O MOVIMENTO FEMINISTA

Neste capítulo, buscaremos analisar a produção acadêmica do Serviço Social nas teses e dissertações produzidas pelos Programas de Pós-Graduação da área do Serviço Social que

versam sobre o movimento feminista ou abordam as lutas das mulheres inseridas em movimentos sociais. Tal produção, compreende o período de 1985⁴³ a 2014 e totaliza 09 (nove) dissertações e 04 (quatro) teses, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social

Título	Autora/programa/ano
Mulheres no Espaço Político: uma construção na vida e da vida.	MEDEIROS. <u>Dissertação</u> (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Rio de Janeiro, 1998.
O Protagonismo da Mulher Rural no Contexto da Dominação: um estudo no acampamento do Engenho Prado.	FISCHER. <u>Tese</u> (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2004.
A Inserção das Mulheres na Luta Pela Terra: movimento de participação e/ou submissão?.	BARROS. <u>Dissertação</u> (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal: UFRN, 2005.
Raça, Sexualidade e Política: um estudo da constituição de organizações de lésbicas negras no Rio de Janeiro.	SANTOS. <u>Dissertação</u> (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2006.
O Vestido e a Enxada: a participação feminina no campo.	ALMEIDA. <u>Dissertação</u> (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Rio de Janeiro, 2008.

⁴³ O levantamento das produções das teses e dissertações do período de 1985 a 2011 faz parte da pesquisa intitulada “Serviço Social nos processos de mobilização e organização popular”, coordenado pela Dra. Maria Lúcia Duriguetto. Nessa pesquisa foram encontradas 276 teses/ dissertações que abordam os movimentos sociais, subdivididas em oito grupos: Grupo 1 – gênero, raça/etnia e geração; Grupo 2 – Produção teórica (corresponde ao total de 13 teses/dissertações, as quais abordam: a "produção teórica", "intelectual orgânico", "educação popular", "consciência de classe" e "militância"); Grupo 3 – Partidos, sindicatos e organizações de articulação de movimentos sociais; Grupo 4 – Política Social e Conselhos; Grupo 5 - Questão agrária, urbana e ambiental; Grupo 6 - Movimentos Sociais na América Latina; Grupo 7 - Movimentos Sociais e Serviço Social; Grupo 8 - Movimentos Sociais e ONGs. Para nosso estudo selecionamos as teses/dissertações que abordam a luta das mulheres perpassando por todos os grupos mencionados (exceto os grupos 2 e 4). Com os mesmos critérios da pesquisa em questão (utilizando termos como: movimento de mulheres, movimento feminista, lutas sociais, consciência de classe, movimento negro, movimento LGBT, movimento indígena, feminismo, organizações feministas, organização de mulheres), ampliamos a busca no banco de dados da CAPES (na área das ciências sociais aplicadas e o no campo específico do Serviço Social) e nos *sites* dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social até 2014.

Do chão do cotidiano, o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em terras Catarinas – uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia	LUSA. <u>Dissertação</u> (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2009.
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras.	SOUZA. <u>Tese</u> (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2009.
Desigualdades de Classe e Gênero no Acesso à Terra: uma aproximação a partir das práticas das participantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco	MORALES. <u>Dissertação</u> (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2010.
Ações do Movimento Feminista pelo Fim da Violência Doméstica Contra a Mulher, no Estado de Pernambuco: conquistas e desafios.	DINIZ. <u>Dissertação</u> (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2010.
Levantadas do chão: a construção da identidade de gênero no processo de implementação de políticas agrárias para mulheres.	ROCHA. <u>Dissertação</u> (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Franca, 2012.
A Emancipação das Mulheres no Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições e dilemas das relações entre Marxismo e Feminismo.	INÁCIO. <u>Tese</u> (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2013.
Movimento de Mulheres Camponesas na Trajetória Feminista Brasileira: uma experiência de luta por direitos e liberdade.	SILVA. <u>Dissertação</u> (Mestrado em Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora, 2013.
Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil.	CISNE. <u>Tese</u> (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2013.

Fonte:Elaboração própria.

A análise dessa produção será exposta nos seguintes eixos temáticos: 1) *Abordagem teórico-política dos movimentos sociais e de suas lutas*; 2) *conceitos do feminismo abordados (gênero, patriarcado, Divisão Sexual do Trabalho, relações sociais de sexo, relações de poder)*; 3) *desafios e limites das organizações e dos movimentos feministas evidenciados nas produções analisadas*; 4) *consciência feminista militante*; 5) *projetos societários defendidos*

para as organizações e movimentos feministas; 6) relação do feminismo e das organizações e movimentos feministas com o Serviço Social.

Para uma primeira apreciação da produção em questão, verificamos que das 13 (treze) teses/dissertações, 08 (oito) abordam, especificamente, as lutas das mulheres no campo. Este grupo de produções tematiza os seguintes movimentos: 01 (dissertação) estuda a participação das mulheres no acesso e controle da terra no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR); 01 (tese) busca compreender o significado do trabalho feminino e sua inserção na Associação de Produtores Rurais; 01 (tese) problematiza a construção da identidade de gênero na luta pela terra organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT); 03 produções (02 dissertações e 01 tese) abordam a luta das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e 02 (dissertações) o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Das outras teses e dissertações, 01 (dissertação) tematiza a luta das mulheres em duas Organizações Não-Governamentais (ONGs): Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher (CEDOICOM) e o Grupo de Mulheres Felipa de Souza, 01 (dissertação) estuda as relações de poder entre homens e mulheres no Movimento de União dos Bairros (MUB) e outra (dissertação) aborda as ações do movimento feminista para combater a violência contra a mulher no Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE). Somente 02 produções (teses) se dedicam a uma abordagem teórica da questão do feminismo e também analisam alguns movimentos feministas contemporâneos, como a Macha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), União Brasileira de Mulheres (UBM), Movimento Mulheres em Luta (MML), Grupo Pão e Rosas.

Como podemos observar, essas produções apontam para uma vasta compreensão do que vem a ser Movimento Social, que inclui Fóruns, Organizações Não Governamentais, Movimentos de Bairros e Associação de Produtores Rurais. Contudo, a maioria das teses e dissertações tem como centralidade a análise em movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Movimento de Mulheres Camponesas, entre outros.

Com exceção de uma dissertação de 1998, todas as produções foram apresentadas a partir da década de 2000. Aqui, cabe uma ressalva, pois as produções encontradas anteriormente⁴⁴ à referida década não se encontram disponíveis para acesso.

⁴⁴ Por estarem disponíveis somente nas bibliotecas dos programas, o que inviabilizou nosso acesso ao material, foram excluídas deste estudo as seguintes produções: I) “Movimentos de Mulheres, Políticas de Saúde e o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente, no contexto da Fundação Santa

Das 13 (treze) produções estudadas, 12 (doze) realizaram pesquisa de campo e apenas 01 assume o caráter documental. Com exceção das produções de Fischer (2004), Barros (2005) e Santos (2006), todas as produções explicitam que incorporam em suas análises, o pensamento crítico, numa perspectiva materialista dialética.

Os objetivos dos estudos são diversos; contudo, podemos verificar que a maioria deles busca compreender as “relações de gênero” (08 produções), com enfoques na participação política das mulheres e na “construção da identidade” nos processos de luta nos quais estão inseridas. Do conjunto das produções, 07 (sete) versam sobre movimentos feministas e 06 (seis) sobre a luta das mulheres em movimentos mistos.

Em síntese, os objetivos das referidas produções buscam:

Quadro 2 – Objetivos das teses e dissertações analisadas

Tese/dissertação	Objetivo
Dissertação – “Desigualdades de classe e gênero no acesso à terra: uma aproximação a partir das práticas das participantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco”.	Compreender a contribuição da participação das mulheres para alteração do acesso e controle da terra, especificamente no Sertão Pernambucano.
Dissertação – “Do chão do cotidiano, o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em terras Catarinas – uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia”.	Nos marcos da sociedade capitalista, compreender o “protagonismo das mulheres camponesas e do Movimento de Mulheres Camponesas, a partir de seus cotidianos de vida e de trabalho”. (p. 22)
Dissertação – “A inserção das mulheres na luta pela terra: movimento de participação e/ou submissão?”	Compreender a participação política das mulheres na luta pela terra em um assentamento organizado pelo MST.
Dissertação – “O vestido e a enxada: a participação feminina no campo”.	Assimilar o significado do trabalho das mulheres na realidade do campo e como se deu a inserção delas na Associação de Produtores rurais.
Dissertação – “Movimento de Mulheres Camponesas na trajetória feminista	Depreender a atuação das mulheres num movimento auto-organizado, bem como sua

Casa de Misericórdia do Pará”; II) “As caetanas vão à luta: a trajetória do movimento feminista no Maranhão face às políticas públicas”; III) Trilhas sinuosas no mundo feminino: o movimento de mulheres e suas expressões de conflitos; IV) A organização das mulheres na Central Única dos Trabalhadores: a comissão nacional sobre a mulher trabalhadora; V) As mulheres chefes de família de baixa renda na luta pelo direito à moradia: O caso da vila das mulheres e dos pedreiros sem teto - Região Metropolitana do Recife - R.M.R; VI) Gênero: relação desafiadora para Movimentos Sociais e ONGS – estudo de quatro ONGS de mulheres; VII) A participação das mulheres no MST; VIII) A Mulher do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no Assentamento José Dias; IX) Mulheres na luta pela terra e as relações patriarcais na família camponesa.

brasileira: uma experiência de luta por direitos e liberdade”.	contribuição em um movimento misto (Via Campesina).
Tese – “O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação: um estudo no acampamento do Engenho Prado”.	Compreender como se dá a (re)construção da identidade de gênero no processo de luta pela terra.
Tese – “Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras”.	Compreender as contradições do MST no que tange à produção, que, segundo a autora, não incorpora as mulheres negras.
Dissertação – “Ações do movimento feminista pelo fim da violência doméstica contra a mulher, no estado de Pernambuco: conquistas e desafios”.	Compreender as ações do movimento feminista para combater a violência contra a mulher.
Dissertação – “Raça, Sexualidade e Política: um estudo da constituição de organizações de lésbicas negras no Rio de Janeiro”.	Compreender o porquê da criação de uma organização específica para mulheres negras e lésbicas.
Dissertação – “Mulheres no espaço político: uma construção na vida e da vida”.	Apreender como se dão as relações de poder entre os homens e mulheres no Movimento de União de Bairros (MBU).
Tese – “Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil”.	“Compreender a formação da consciência militante feminista e seus principais desdobramentos na luta de classes no Governo Lula”. (p. 17)
Tese – “A emancipação das mulheres no projeto ético-político do serviço social: contribuições e dilemas das relações entre marxismo e feminismo”.	Compreender as polêmicas e tensões presentes nas dimensões teórico-políticas da profissão no que concerne ao debate feminista e no que se refere à emancipação feminina nas dimensões normativa, organizativa e teórica do Projeto Ético Político no contexto atual.
Dissertação – “Levantadas do chão: a construção da identidade de gênero no processo de implementação de políticas agrárias para mulheres”.	Compreender a contribuição do MST para o fortalecimento da identidade de gênero, bem como o processo de implementação de políticas agrárias voltadas para as mulheres.

Fonte:Elaboração própria.

É interessante também notar que, do conjunto dessas produções, apenas 02 (duas) abordam, especificamente, a questão de raça/etnia e, dessas, apenas 01 (uma) realiza um recorte da orientação sexual como temática do movimento analisado.

A partir dessa apreciação geral da produção em questão buscaremos, a seguir, apresentar quais os principais aspectos da dinâmica dos movimentos apresentados pelas autoras, em destaque o que compreendem como principais lutas e desafios.

3.2.1 Abordagem teórico-política dos Movimentos Sociais e de suas lutas

Conforme apresentamos anteriormente, as 13 (treze) produções que fazem parte de nosso estudo tematizam diretamente um movimento feminista ou abordam o feminismo ou a luta das mulheres a partir de outro movimento/organização. A seguir, a partir dessas produções, serão explicitados o processo histórico, os objetivos, os princípios e a forma organizativa, bem como as ações dos movimentos sociais/organizações, explanados pelas autoras.

Apesar de uma exígua produção⁴⁵ que tematiza o movimento feminista ou a luta das mulheres inseridas em outros movimentos sociais, há uma pluralidade de movimentos abordados nas produções. Estas abordam movimentos sociais mistos, como o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e Movimentos auto-organizados, como: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimentos de Mulheres Camponesas (MMC), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), União Brasileira de Mulheres (UBM), Movimento Mulheres em Luta (MML), Grupo Pão e Rosas do Brasil. Também incorporam outras organizações, como: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), Movimento União de Bairros (MUB) e Associação de Produtores Rurais.

As produções de Barros (2005), Souza (2009) e Rocha (2012) abordam a luta das mulheres no MST. Ao realizarem um resgate histórico do movimento, as autoras convergem ao identificar a luta pela terra como parte da questão agrária do Brasil e o MST, como um sujeito político, que se forja na disputa da terra a favor das classes subalternas. Barros (2005) elucida que o MST, como sujeito coletivo, vai evidenciar a questão agrária do Brasil. Esta, por sua vez, emerge com o processo de desenvolvimento do capitalismo e se constitui como questão política, tensionada pelas lutas sociais e pela organização fundiária sob o monopólio de uma elite. No percurso histórico das lutas pela terra desenvolvido por Barros (*idem*), um marco importante refere-se à emergência das ligas camponesas (década de 1960) e dos sindicatos dos trabalhadores rurais que, em parceria com outras organizações, passaram a reivindicar a reforma

⁴⁵ Do período de 1985 a 2014, foram encontradas 13 produções que incorporam o debate da mulher inserida nos movimentos sociais e 09 produções que abordam especificamente os movimentos feministas.

agrária como parte de um projeto de desenvolvimento nacional, capaz de incluir a grande parcela de trabalhadores sem acesso à terra e às condições de produzir (*idem*).

É desse leito histórico que emerge o MST, no final da década de 1980, no bojo das transformações sociais que intensificam a questão social no campo, principalmente, com as políticas de ajuste neoliberal que, na década de 1990, tem seu auge. Portanto, o MST evidencia as contradições desse processo com o enfrentamento ao grande capital, que se expressa no monopólio fundiário e grupos econômicos que se apropriam da terra e fazem dela um grande negócio, com o respaldo do poder estatal. Nesse mote, o movimento organiza homens e mulheres nas “lutas por terra, por melhores condições de vida [...] e contra o neoliberalismo” (*idem*, p. 102). Para Souza (2009, p. 33), é a “superpopulação relativa”, formada majoritariamente por negros/a, que constituem a maior parte dos sujeitos organizados pelo MST. De acordo com Rocha (2012, p. 162) a questão agrária é uma “luta dos expropriados”.

No que se refere à temática da mulher, Barros (2005) observa que é na demanda pela terra, no interior do processo da luta social, que emergem outras lutas e organizações, como a pela igualdade de gênero e o feminismo. A autora destaca que as mudanças ocorridas no campo na década de 1970 não alteraram as relações de subalternidade pelas quais estavam submetidas as mulheres trabalhadoras rurais, o que as colocaram em condições ainda mais degradantes que os homens (*idem*). Ao desenvolver uma análise da participação política das mulheres em um assentamento do MST⁴⁶, a autora destaca a trajetória histórica dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais que, de acordo com Daron, Kroth e Rubenich (apud BARROS, 2005, p. 37) pode ser distinguida em quatro momentos relevantes. O primeiro, data da década de 1980, período em que se dá a auto-organização das mulheres do campo com reivindicações voltadas para a valorização das mesmas na sociedade; o segundo é marcado por reivindicações em busca do reconhecimento profissional do trabalho das mulheres trabalhadoras rurais e de acesso aos direitos sociais e previdenciários, no final da década de 1980 até metade dos anos 1990, no auge do processo Constituinte. Já no terceiro momento, em meados dos anos 1990, tem-se o fortalecimento dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em todo o Brasil. Esse período é também marcado pela construção da Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais, que consegue aglutinar mulheres de vários movimentos e organizações camponesas com pautas em

⁴⁶ Além do MST, Barros (2005) faz referência a AMB, MMTR e CONTAG como movimentos de referência na luta das mulheres no campo. O Serviço de Assistência Rural (SAR) também é ressaltado pela autora como um importante incentivador da organização das mulheres no campo. Priorizamos destacar o estudo da autora sobre o MST, uma vez que é sobre este movimento que a autora busca compreender as relações de gênero, objetivo de sua pesquisa.

torno da consolidação de direitos, “o desenvolvimento da mulher aliado à mudança das relações sociais de gênero e classe na sociedade, vêm se destacando a partir da metade da década de 1990 até hoje” (BARROS, 2005, p. 37). No quarto momento, ocorre a unificação dos movimentos autônomos em nível nacional, que passaram a reivindicar um projeto voltado para a agroecologia; com produção de alimentos saudáveis; na defesa da saúde e soberania; no combate aos transgênicos e agrotóxicos, além de reconhecerem a mulher como o sujeito protagonista na luta para a alteração das relações de gênero e de classe (*idem*).

No que se refere aos objetivos do movimento, Rocha (2012) destaca a necessidade de ruptura com as formas de opressão advindas do modo de produção capitalista, que requer a construção de novas relações mais solidárias numa perspectiva de fortalecimento dos sujeitos coletivos. No estudo de Souza (2009), a autora explicita os seguintes objetivos:

Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital; Fazer com que a terra seja um bem de todos e deva estar a serviço de toda a sociedade; Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; Buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; Difundir valores humanistas e socialistas nas relações sociais; Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher. (MORISSAWA apud SOUZA, 2009, p. 48-49)

Na luta pela reforma agrária, o movimento elege diretrizes políticas que, segundo Souza (2009), se referem à mudança da estrutura fundiária para que a terra cumpra sua função social; com uma produção votada para segurança alimentar, garantindo a erradicação da fome e voltado para o desenvolvimento econômico da maioria da população; apoio à agricultura familiar e às cooperativas; ampliação das indústrias e agroindústrias para as cidades do interior, entre outras políticas, que visem melhorar a condição de vida dos trabalhadores (*idem*).

Barros (2005) e Souza (2009) apresentam sete princípios organizativos do movimento: 1) “direção coletiva”; 2) divisão de tarefas de acordo com as aptidões pessoais; 3) disciplina, que possibilite um respeito às decisões das instâncias do movimento; 4) estudo, para que os militantes possam incidir de forma mais qualificada na realidade; 5) formação de quadros, em consonância com as dimensões teóricas, políticas, ideológicas, organizativas e mística do movimento; 6) luta de massas, para assegurar o direito pela terra; 7) vinculação com a base, o que requer dos militantes uma relação com sua base, independente, da função que ocupa na organização (STEDILE apud BARROS, 2005) .

Na luta pela terra, as três autoras fazem referência à ocupação de terras improdutivas como um importante instrumento de pressão e visibilidade da questão agrária. Souza (2009, p.

49), também destaca outras ações, como: acampamento permanente, marchas, jejuns, ocupações em prédios públicos, vigílias, caravanas. Da mesma forma, Rocha (2012) destaca que as ocupações da Monsanto, Aracruz celulose e Vale do Rio Doce, realizadas pelas mulheres do movimento, para dar visibilidade às reivindicações das mulheres e acentuar a necessidade da construção de um modelo alternativo ao modelo agroindustrial.

Souza (2009, p. 50) pontua que, “para executar as ações definidas nos espaços de decisão política, o MST instituiu as secretarias, os setores e os coletivos temáticos”, dentre eles o coletivo de mulheres. Na exposição de Rocha (2012), a autora verifica que o movimento se organiza em setores, coletivos e comissões, nas quais se dividem a militância. Na percepção da autora, tal divisão contribui para que as demandas do movimento sejam atendidas (saúde, educação, formação, produção) e para a ampliar a participação. Explicita, ainda, que o setor ou coletivo de gênero propiciou uma maior participação das mulheres nas estruturas de deliberação e de poder, do movimento (*idem*, p. 134).

A organicidade interna do movimento é explicitada de forma mais detalhada na produção de Barros (2005, p. 133) que, ao analisar a participação política das mulheres, ressalta que a organização interna do acampamento por ela estudado segue os princípios, acima explicitados para a divisão das tarefas cotidianas. Como parte do processo pedagógico da ocupação, a autora destaca que no movimento há uma preocupação com valores, como: democracia interna, solidariedade, participação nas decisões, divisão de tarefas e direção coletiva, o que pode ser percebido na criação de uma coordenação geral, cuja função principal (no momento da ocupação) era manter a unidade entre as equipes, encaminhar lutas, realizar negociações com o poder público e buscar o diálogo com a sociedade. Entretanto, a autora também constata que a criação de uma coordenação geral não substituiu a participação dos homens e mulheres acampados, uma vez que se mantiveram ativas as assembleias, espaço máximo de decisão coletiva. Outro elemento importante, na compreensão de Barros (2005), refere-se à formação política desenvolvida pelo movimento, com a criação de grupos de alfabetização (crianças, jovens e adultos), reuniões, assembleias, cursos, entre outras atividades. Da mesma forma, como parte desse processo formativo, a autora destaca a importância das ações externas ao acampamento como atos públicos, caminhadas e entrevistas à imprensa local, ocupação do INCRA e da prefeitura, para dar visibilidade à questão agrária e para servir como um instrumento de pressão do governo para a conquista da terra.

Com o objetivo de compreender a contribuição da participação das mulheres para a alteração do acesso e controle da terra no sertão pernambucano, Morales (2010, p. 43) contextualiza o surgimento do movimento do MMTR no bojo da efervescência dos movimentos

sociais na década de 1980. No mesmo período, emergem o MST, o PT, a CUT e o MMTR com forte expressão na luta sindical do Sertão de Pernambuco, onde a luta pelo reconhecimento do trabalho das mulheres e incorporação desses sujeitos aos sindicatos, bem como os direitos previdenciários, foram suas principais reivindicações.

Ao destacar o processo histórico do movimento, a autora evidencia quatro fases: sua formação até as lutas pré-constituíntes, período em que o movimento vai se consolidar com lutas “em torno da inclusão das mulheres nos programas de emergência desenvolvidos durante o período da seca”. Nessa etapa, foi necessário afirmar a mulher enquanto trabalhadora, o que significou lutar pelo reconhecimento de seu trabalho na agricultura familiar, bem como a incorporação de suas reivindicações nos sindicatos rurais. O segundo período abrange desde a constituição de 1988 até 1994, em que o movimento se consolidou como polo aglutinador das mulheres para além do Sertão Central, obtendo em 1994 a regulamentação da previdência social para as mulheres. Depois de um período, em que se reduziram as atividades do movimento – nos anos finais da década de 1990 –, o MMTR retomou as atividades locais, terceiro período. Nesse período,

as ações apontam para a agricultura familiar e a convivência com o semiárido: revitalização dos riachos, limpeza de cacimbas, aquisição de caixas para armazenamento de água e ferramentas de trabalho (MMTR – Sertão Central, 2004). Em 2000, 2003 e 2007, o Movimento participou da Marcha das Margaridas, coordenada pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag. As reivindicações pelo direito à terra foram expressas nas primeiras edições, como o acesso das mulheres trabalhadoras às políticas públicas de reforma agrária. No entanto, na última edição o tema perde centralidade, sendo desagregado no item “terra, água e agroecologia”. (MORALES, 2010, p. 77)

No quarto período, a autora identifica a organização do movimento a partir de uma coordenação do polo com representação de onze municípios, com reuniões periódicas, cujos objetivos buscavam capacitar, planejar e avaliar ações do movimento. As ações mais recentes do movimento se voltam para atividades no dia internacional da mulher e “dia mundial da água”. Encontros anuais com participação das mulheres trabalhadoras rurais da região também são realizados, “o último encontro, realizado em dezembro de 2009, enfatiza a temática de violência contra as mulheres rurais” (*idem*, p. 78 e 210).

As produções de Lusa (2009), Silva (2013), Cisne (2014) apresentam o MMC como um movimento camponês e feminista. Lusa (2009, p. 167) vai identificar a luta das mulheres camponesas concomitante ao processo de luta no campo, em efervescência na década de 1980.

Para a autora, o movimento emerge com as seguintes características: capacitação política das mulheres camponesas; organização em grupos de base; manifestação em datas significativas para as mulheres do campo; reconhecimento e valorização do trabalho da mulher na realidade camponesa; denúncias da realidade rural e reivindicações no campo dos direitos sociais; igualdade social e transformação societária. Ao se referir à origem do movimento, Silva (2013) ressalta que o MMC se conformou a partir da articulação de diversas organizações autônomas de mulheres rurais. No processo Constituinte (1988), houve um importante avanço organizativo das mulheres camponesas, com a criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, com o objetivo de organizar lutas específicas das mulheres do campo, principalmente, em torno do reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, do direito à aposentadoria e ao salário-maternidade, entre outras reivindicações. Para a autora, é nesse processo em que se estabeleceram articulações com outros movimentos sociais e sindicatos rurais, que se deram as bases para a construção de um movimento autônomo de mulheres (*idem*, p. 95). Assim, a pesquisadora destaca que o “surgimento do MMC é resultado de um processo de mobilização das mulheres camponesas iniciado na década de 1980 [...] Mas é a partir de 2002, segundo Paludo (2009), que o debate em torno da criação do movimento se intensifica” (*idem*, p. 96). Nesta mesma perspectiva, Cisne (2014) acrescenta que o movimento emerge num campo de oposição sindical em que muitas mulheres camponesas se inseriram e forjaram sua militância política.

No que tange à forma organizativa do movimento, Lusa (2009) destaca as assembleias deliberativas que acontecem a nível nacional, estadual, regional e municipal. Ressalta que, para viabilizar a dinamicidade do movimento, a organização se estrutura a partir de equipes de coordenações, direções executivas e em grupos de base.

Os princípios e a missão do movimento são analisados por Silva (2013) e Cisne (2014). As autoras elucidam que o movimento destaca como missão a “libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação” (apud SILVA, p. 99), o que requer organização, formação e lutas protagonizadas pelas mulheres. Como princípios, elege: autonomia; perspectiva de classe; construção de novas relações baseadas na igualdade; luta para transformação radical da sociedade; horizonte socialista (*idem*). Para Silva (2013), o movimento busca construir um modelo de agricultura em consonância com um projeto popular para o Brasil, junto a outros movimentos sociais e movimentos que compõem a Via Campesina. Para tanto, encampam bandeiras que orientam o referido projeto como: “as lutas pela reforma agrária, urbana e tributária, a luta contra as privatizações e transgênicos, bem como as lutas pela desmercantilização e universalização com qualidade da saúde e da educação” (*idem*, p. 100).

No que se refere aos objetivos de luta do MMC, Cisne (2014) afirma: a luta por soberania nacional envolve a proteção, recuperação e conservação das riquezas naturais, bem como a valorização da cultura e da dignidade e autonomia das mulheres e do povo brasileiro. Nesse sentido, a organização reforça a importância da luta contra: as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o pagamento da Dívida Externa, os transgênicos e todo tipo de discriminação e racismo (*idem*, p. 297).

No que diz respeito às ações do movimento, Silva (2013) destaca a formação política das mulheres; as manifestações em torno da pauta da violência contra as mulheres e as ações de grande repercussão, junto à Via Campesina, como a Campanha Contra os Agrotóxicos e a ocupação da Aracruz Celulose. Além de referir a tal ocupação, Cisne (2014) enumera outras ações do movimento, como: as mobilizações contrárias a privatização da Vale do Rio Doce (2007); a jornada de lutas em alusão ao dia internacional da mulher, em que, junto à Via Campesina, o MMC ocupou a Monsanto e destruíram um viveiro e o campo experimental de milho transgênico (2008); os diversos protestos em 2009 (8 de março) contra a crise política, econômica e social, em denúncia ao agro e hidro negócio, à exploração do trabalho e Financiamento do Estado e a criminalização da luta (*idem*, p. 345).

No estudo de Cisne (2014), além do MMC a autora aborda mais dois movimentos: a MMM e a AMB. Ambos os movimentos também aparecem na produção de Inácio (2013). Tanto Cisne (2014) como Inácio (2013) indicam que, o impulso para a criação da AMB foi a IV Conferência das Nações Unidas sobre mulheres, ocorrida em Pequim na China (1995). No momento inicial da AMB, a organização se conforma como um campo de articulação das mulheres para a referida Conferência, em torno das temáticas de saúde, violência, participação política, educação e direitos sexuais e reprodutivos. Na atualidade, as autoras explicitam que a organização se define como “uma organização política feminista, antirracista, não partidária” (CISNE, 2014, p. 285; INÁCIO, 2013, p. 157). Na exposição de Inácio (2013, p. 157), a autora destaca cinco prioridades do movimento: a luta pelo direito ao aborto, ações em prol do fim da violência contra as mulheres, a luta contra as políticas neoliberais e contra o racismo. No que se refere aos objetivos da organização, as autoras ressaltam que o objetivo central é “a conquista da autonomia das mulheres” (*idem*, p. 163), que só será possível com o fim da sociedade de classes. Já os objetivos permanentes da organização envolvem: a auto-organização das mulheres; a luta pela democratização do Estado; a democracia interna do movimento; o fortalecimento do diálogo e a aliança com outros movimentos sociais para o fortalecimento do feminismo.

Não obstante, Cisne (2014) argumenta que a AMB realiza ações voltadas para o Estado e para a sociedade. Ao voltar-se para o Estado, a organização desenvolve debates e ações, promovendo uma disputa no que tange à formulação, à decisão e ao controle social das políticas. No que diz respeito às ações voltadas para a sociedade, estas se voltam, principalmente, para o campo, buscando-se a desconstrução de ideologias e práticas marcadas pela dominação, opressão e exploração. Para isso, a AMB, “realiza mobilizações; ações diretas (grafitagem, pichações, intervenções em espaços públicos – jogos de futebol, faixas e mensagens); encontros e publicações dirigidas à militância feminista” (AMB apud CISNE, 2014, p. 286).

Em relação à MMM, de acordo com Cisne (2014), a organização surgiu na década de 2000 – impulsionada pela marcha ocorrida Quebec (Canadá), em que 850 mulheres marcharam pedindo “Pão e Rosas” – protagonizando uma mobilização internacional pelo dia internacional das mulheres, com uma companha contra violência sexista. A autora destaca que as ações da marcha se tornam um importante marco para o feminismo no Brasil, que a partir da década de 1990 vivencia de forma mais intensa o processo de institucionalização. Inácio (2013), também realça a importância do MMM na conjuntura nacional, uma vez que evoca um feminismo de cunho anticapitalista. Resumidamente, a autora indica três ações internacionais do movimento: em 2000, com a temática contra violência sexista e pobreza; em 2005, com o slogan “somos mulheres e não mercadoria” e, em 2010, com o tema “seguiremos em marcha até que todas sejamos livres” (*idem*, p. 160).

No que se refere aos campos de atuação da MMM, Cisne (2014) indica a autonomia econômica das mulheres; a luta por equipamentos públicos e pela desmilitarização. Destaca, entre os princípios do movimento, “a organização das mulheres urbanas e rurais a partir da base e as alianças com movimentos sociais” (*idem*, p. 293); a necessidade de superar o capitalismo-patriarcal, racista e homofóbico para transformar a vida das mulheres; a construção de uma concepção de feminismo no sentido da autodeterminação das mulheres e na defesa da igualdade como base de uma nova sociedade (*idem*). Cisne (2014) também elucida a metodologia de intervenção do movimento, que busca incidir nas políticas do governo e em ações públicas com batucadas, arte e músicas. Como uma das estratégias da MMM, a autora cita a auto-organização das mulheres, que também não dispensa a interlocução com outros movimentos sociais no sentido de construir um projeto que “incorpore o feminismo e as mulheres como sujeitos políticos” (*idem*, p. 294). Assim, a autora reforça a presença da Marcha tanto em manifestações públicas, em debates na defesa de pautas como a legalização do aborto, contra a ALCA e a OMC, contra a pobreza e violência sexista, pela valorização do salário mínimo, reforma agrária e urbana, entre outras lutas pertinentes à classe trabalhadora (*idem*).

As outras organizações abordadas na produção de Inácio (2013, p. 157) referem-se à MML, a UBM e o Grupo Pão e Rosas do Brasil. Quanto à primeira organização, a autora observa que sua emergência teve grande influência do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Em 2008 foi lançado oficialmente, no I Encontro Nacional de Mulheres da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). Sem detalhar a forma de organização e luta do movimento, a autora ressalta sua relação com as organizações e lutas que incorporam os interesses dos trabalhadores. No que se refere ao UBM, Inácio (2013) indica sua criação em 1988 sob a influência do Partido Comunista do Brasil (PC do B), no bojo das lutas democráticas da década de 1980 (*idem*, p. 150). De acordo com a autora, a organização se conforma como entidade nacional de direito privado – associação civil, sem fins lucrativos – com núcleos estaduais e municipais. Ressalta, ainda, que a UBM possui um alto nível de profissionalização que se volta para ações educativas e de formação para as mulheres em parceria com os governos (estaduais, municipais, federal) e para elaboração de pesquisas, estudos e debates acerca da mulher, por meio do Centro de Estudos e Pesquisas sobre Emancipação da Mulher (CEPEM). Com relação ao Grupo Pão e Rosas do Brasil, a autora indica seu surgimento em 2009 e sua vinculação à CSP CONLUTAS, bem como a participação do Grupo no movimento latino-americano *Pan y Rosas*, o qual se estende a países como Chile, Argentina, Bolívia, México e no Estado Espanhol (*idem*, p. 151, 157).

A CPT é caracterizada por Fischer (2004) como movimento que surge no processo de retomada da democracia, na década de 1980. Para a autora, a organização tem buscado construir com a luta pela terra associada à de gênero, no intuito de criar condições para que se estabeleçam relações igualitárias e condizentes com os direitos humanos (*idem*, p. 119). Para tanto, há um estímulo à participação das mulheres nos eventos, ações, capacitações do movimento. Nesse sentido, com a intenção de “prepará-las para ocupar espaços nas esferas de poder no acampamento [...] estimula as mulheres a se reunirem pelo menos três vezes por ano [...] para discutir metas de organização política permeada pelo gênero” (*idem*, p.140). No que se refere às ações promovidas pelas mulheres do movimento, a autora destaca que estas buscam articular as reivindicações particulares ao projeto de classe ao qual os trabalhadores rurais pertencem. Ademais, as mulheres se somam as manifestações públicas que se voltam para o interesse coletivo dos assentados/acampados (*idem*, p. 22 e 184). Para a autora, as

manifestações políticas em favor desse direito incluem cursos, palestras, encontros realizados pelos movimentos, sob a liderança dos dirigentes da luta organizada, panfletagem, passeatas, bloqueios de rodovias e outras formas de ação, congregando novos sujeitos e ampliando os espaços de reivindicação (FISCHER, 2004, p. 183).

Na pesquisa de Diniz (2010, p. 18), a autora busca compreender as ações do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), desde 2006, no combate à violência doméstica. Esse Fórum se conforma como uma Articulação Política Feminista e Antirracista de vários movimentos sociais, ONGs e entidades, de abrangência estadual, cujo principal objetivo é combater a desigualdade social, política e econômica das mulheres, bem como a violência doméstica. O Fórum realiza diversas atividades como vigílias, apitaços e caravanas, com o objetivo de visibilizar e denunciar a violência sofrida pelas mulheres, bem como reivindicar políticas públicas de segurança e ações em combate a violência. Nas caravanas, o Fórum também busca realizar espaços de formação por meio de oficinas temáticas – violência e sexualidade, violência e trabalho e violência e racismo – e plenárias.

Ao caracterizar o MUB, Medeiros (1998, p. 30) destaca que o movimento surgiu na década de 1980 com o objetivo de unificar as Associações de Moradores de Bairros a fim de reivindicar, junto ao poder público, escolas, postos de saúde, saneamento básico, entre outros serviços. No processo de estruturação e legalização do movimento, em 1983, instituiu-se a Federação Municipal de Bairros de Duque de Caxias. Essa entidade passou a se organizar a partir de três órgãos: 1) congresso, como instância máxima, que a cada 2 anos define princípios, diretrizes e elege a diretoria da Federação; 2) conselhos de representantes; 3) Diretoria, órgão executivo da Federação, cuja função é coordenar e dirigir o MUB, a partir das diretrizes formuladas nos congressos. Além disso, a organização se estrutura a partir de comissões de trabalho – saúde, educação, saneamento básico, transportes; posteriormente, foi criada uma comissão de mulheres. A inclusão da comissão de mulheres possibilitou que suas pautas fossem incorporadas nas reivindicações da organização. Assim, o MUB se caracteriza como um movimento social de ação-direta que aglutina diversas associações de moradores para intervir na realidade, principalmente ao que tange às necessidades dos moradores de Duque de Caxias.

Ao se referir à origem da Associação de Produtores Rurais, Almeida (2008) enfatiza que a iniciativa para sua criação não partiu dos trabalhadores, mas de instituições políticas com objetivos voltados

para o desenvolvimento econômico, através do incentivo à produção rural. As mulheres que tinham seu cotidiano envolvido de alguma maneira com o trabalho agrícola, encontraram, através do associativismo, um espaço público para discutir ideias e buscar satisfazer determinadas demandas da população. (ALMEIDA, 2008, p. 81)

A autora identifica que as associações de produtores rurais, na região por ela estudada, tem início nos anos 2000, com a organização de algumas associações de produtores locais

incentivadas pela gestão administrativa da prefeitura do município. Cada associação possui um núcleo de direção e é vinculada à prefeitura municipal e à EMATER.

Já a produção de Santos (2006) analisa duas ONGs dirigidas por mulheres negras e lésbicas: CEDOICOM e o Grupo de Mulheres Felipa de Souza. A CEDOICOM se constitui com o “firme propósito de dar segurança, resgatar a autoestima, respeito e visibilidade às mulheres negras lésbicas” (*idem*, p. 95). A segunda organização, criada em 2001, volta-se, principalmente, para ações no sentido de fortalecimento da cidadania e promoção de “mais tolerância a todos os grupos entendidos como minoritários” (*idem*, p. 210).

Entre algumas prioridades estabelecidas pela CEDOICOM, está a defesa de políticas sociais e públicas para as mulheres. Os objetivos da ONG se voltam para ações que contribuam com a diminuição da pobreza; viabilizem a reinserção das egressas do sistema prisional; previnam a violência contra a mulher; busquem a equidade de gênero e a prevenção do HIV/AIDS e DST; construam espaços de reflexão sobre as formas de discriminação racial; promovam junto a outras organizações atividades que abordem às questões de raça, sexo, gênero e classe. Dessa forma, os diversos projetos da ONG se voltam para esses objetivos promovendo o resgate da autoestima, a capacitação profissional, a assistência jurídica e psicológica das mulheres negras e lésbicas na direção dos direitos humanos.

Com relação ao Grupo Mulheres Filipa de Souza, a autora destaca que as ações do grupo são diversas. Em parceria com outras ONGs, realiza atividades com prostitutas e adolescentes próximas ao tráfico, com o objetivo principal de conscientização e contra discriminação das mulheres lésbicas, com ações voltadas para o fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos. Além da parceira com ONGs, também se articula com os governos Federal e Estadual via programa DST/AIDS (*idem*, p. 101).

3.2.2 Conceitos do Feminismo abordados

No que se refere aos termos do debate presentes nas produções, podemos verificar um campo de análise diversificado. Contudo, há uma recorrência à utilização de alguns termos como “gênero”, “patriarcado”, “divisão sexual do trabalho”, apesar de apresentarem perspectivas e abordagens diferentes.

Na esteira de Safiotti, Medeiros (1998, p. 21) ressalta que “trabalhar com as relações de gênero significa estar linguisticamente impregnado do social e das relações sociais e suas transformações historicamente ocorridas através dos mais diferentes processos sociais”. Em seu estudo, prioriza compreender as “relações de gênero e poder” e a luta das mulheres como elemento “capaz de contemplar relações de gênero igualitárias” (MEDEIROS, 1998, p. 19).

Parte da construção do conceito de gênero, priorizando duas matrizes paradigmáticas nos estudos da mulher: o patriarcado e as relações de gênero. Dessa forma, compreende que o patriarcado e o capitalismo “são duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida (*idem*). Contudo, a autora problematiza, a partir de autores franceses, os quais destacam que o capitalismo, de certa forma, fragilizou o patriarcado com a remuneração do trabalho feminino, o que demonstra que “o patriarcado não seria consubstancial ao capitalismo, surgindo uma contradição” (*ibidem*). Nesse sentido, a partir de Saffiotti, infere que patriarcado

não é absoluto, pois os homens não detêm todos os poderes. Nos dois polos da relação homem/mulher existe poder, mas em doses desiguais. Há, entretanto, uma relação contraditória onde o homem preserva sua supremacia e a mulher luta para tornar menos incompleta sua cidadania. (MEDEIROS, 1998, p. 21)

O estudo de Barros (2005), Almeida (2008), Lusa (2009), Morales (2010) e Rocha (2012) também abordam o conceito de gênero e patriarcado. Morales (2010, p.28) define “gênero como um conceito relacional, considerando que tanto o processo de dominação quanto o de emancipação envolvem relações de poder”; já o patriarcado, é compreendido de forma histórica numa combinação de dominação e exploração. Na mesma direção, as referidas autoras vão dar ênfase às disparidades de gênero na realidade rural.

Ainda que não aprofunde a crítica acerca da utilização do termo gênero, Morales (2010) faz uma importante observação:

Os lineamentos do Banco Mundial em relação ao gênero se tem materializado em políticas que priorizam o ‘papel reprodutivo’ das mulheres como mãe e esposa ou o ‘papel reprodutivo’ como agentes econômicos, sobretudo na economia informal e de subsistência. Foco na pobreza e não nas relações de gênero, agrupando as mulheres em projetos de geração de renda voltadas para o bem-estar de sua família. Na década de 1990 as diretrizes do Banco Mundial afirmam o ‘papel de gestoras comunitárias’ com trabalho comumente voluntários que auxiliam na diminuição do impacto da crise econômica. (MORALES, 2010, p. 49)

E, ainda, reforça:

A reivindicação do movimento feminista de incorporação da questão de gênero nas ações do banco mundial é esvaziada de sentido para os governos da América Latina que passou a incorporar as questões de gênero para obter financiamentos. (MORALES, 2010, p. 49)

No debate de Lusa (2009, p. 165) a autora também trata da “cultura patriarcal”. Ao analisar a realidade do campo e a agricultura familiar, ela ressalta que, no cotidiano do campo, há uma tendência a “continuidade de padrões desiguais de gênero” (*idem*, p. 169). Tais padrões trazem consequências negativas, principalmente para as mulheres, que têm mais dificuldade para acessar os serviços e benefícios sociais bem como participar da vida social de forma mais ampla. O conceito de gênero é abordado por Lusa (2009), a partir de Joan Scott (1995). Na concepção da autora,

a superação desta situação de subalternidade das camponesas, adentra na imprescindibilidade da modificação das relações de gênero. Tal transformação deve ser tomada como um processo social gradual, que pode ser potencializado através de ações emancipatórias, as quais somente são possíveis a partir da construção de uma consciência crítica, politizada e histórica, que considere todos os elementos da cotidianidade, reconhecendo neles o meio e os instrumentos de mudança. (LUSA, 2009, p. 174)

Nessa mesma direção, a desigualdade de gênero aparece como tema central da produção de Almeida (2008) e de Rocha (2012). O debate de Almeida (2008) problematiza a “divisão sexual do trabalho” para compreender como se dá a relação “gênero e trabalho”. Já o debate da segunda autora relaciona questão agrária e gênero.

Em sua investigação, Rocha (2012) busca compreender as políticas agrárias destinadas à promoção da igualdade de gênero na realidade do campo. Contudo, a autora não ampliará a abordagem de gênero para além dessa problematização, apesar de utilizar o termo, ancorada na produção de Saffioti, para afirmar a existência de uma “opressão de gênero”; uma “identidade de gênero” construída socialmente que designa para as mulheres um lugar de subalternidade na sociedade. Vale ressaltar que tanto Almeida (2008) como Rocha (2012) não vão adotar o termo patriarcado.

Barros (2005) também segue a mesma abordagem de gênero presente em Scott (1996), para problematizar as “assimetrias de gênero no MST”. A autora destaca que

a utilização da categoria gênero contribui para apreender e analisar qual o lugar e os significados de homem e mulher na sociedade contemporânea e como as desigualdades de gênero se expressam no cotidiano. Essa categoria começou a ser difundida por pesquisadoras e feministas norte-americanas para designar as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres. Tal definição contribuiu para desmistificar que não existe uma determinação natural ou biológica de homens e mulheres na sociedade, ao contrário, social, histórica e cultural. Gênero é, pois, a construção social do masculino e do feminino”. (BARROS, 2005, p. 79)

O termo patriarcado também é desenvolvido pela autora, que parte das produções de Saffioti (1987), as quais apontam o patriarcado como “construção social da supremacia do

homem, em contrapartida da inferioridade e subordinação da mulher”. Dessa forma, “constitui-se num sistema sexual de poder, onde a hierarquia masculina na sociedade se reproduz na família, nas instituições e na divisão sexual do trabalho” (SAFFIOTI apud BARROS, p. 81).

Contudo, a autora afirma que a

teoria do patriarcado considera a mulher um ser passivo, totalmente dominado pelo homem e na teoria de gênero a dominação e o poder não se concentram exclusivamente no polo masculino, mas as relações sociais são relações de poder estruturadas com base nas diferenças entre os sexos. Essas diferenças foram se consolidando historicamente na vida social, sendo as mulheres subalternizadas. “A construção social do gênero impacta negativamente na vida das mulheres porque fornece um substrato através do qual se consolidam – de forma diferente nos diversos tempos históricos e nas formações sociais – normas culturais que estruturam o lugar das mulheres como restrito ao espaço privado; mesmo atualmente, quando elas já têm maior inserção no espaço público, continuam sendo vistas como responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com crianças. Essas normas culturais também impactam negativamente na produção da subjetividade, na noção que a pessoa tem de si mesma e do que considera satisfatório ou não nas suas relações pessoais e nas escolhas que organizam o seu cotidiano.” (SILVA apud BARROS, 2005, p. 81-82)

A autora apresenta duas abordagens teóricas distintas no que se refere às desigualdades de gênero. Uma primeira abordagem, ancorada em “termos de vínculo social”, compreende a organização social a partir de uma “solidariedade orgânica”, de cooperação, “parceria”, “conciliação”, “especialização e divisão de papéis”. Essa conceituação é utilizada principalmente pela perspectiva funcionalista, que defende uma divisão do trabalho doméstico entre os membros da família para evitar conflito na relação familiar e uma competição na esfera pública (BARROS, 2005, p. 82). A segunda abordagem, que utiliza o termo “relação social”, fundamenta-se na contradição de classe. Fundamentada na divisão sexual do trabalho, na contradição entre capital e trabalho, no conflito de interesses e na dominação a partir da perspectiva marxista que dá suporte para uma compreensão das relações entre homem e mulher marcadas pela opressão/ dominação. Nesse sentido, “a divisão sexual do trabalho está estruturada no princípio hierárquico em que o trabalho masculino tem sempre valor superior ao trabalho feminino” (*idem*, p. 83).

Para a autora,

diante das diferentes perspectivas de análise de gênero, pode-se afirmar que essas correntes teóricas contribuem para desvelar a realidade rural, quando analisam as desigualdades entre homens e mulheres. As desigualdades de gênero se expressam nas relações sociais vivenciadas no meio rural por homens e mulheres. Segundo Buarque (2003) essas assimetrias de gênero podem ser visualizadas: na constatação de uma hierarquia no ser, ter e estar, entre homens e mulheres, com reconhecimento da desvalorização, exploração, opressão e subordinação das mulheres; no esforço de formulação de propostas visando a promover a equidade de gênero, através de ações dirigidas às mulheres, no campo do desenvolvimento e das políticas sociais; na ausência de ações voltadas para os estratos masculinos com vista a uma transformação de sua identidade de gênero; na constatação da participação significativamente

minoritária das mulheres nas esferas de decisão das organizações atuantes no espaço rural; na presença de movimentos sociais de mulheres no interior da classe, exigentes de seu reconhecimento de agente social na posição de sujeito, numa clara disposição de constituir uma nova identidade do feminino. (BARROS, 2005, p. 83)

A incorporação de gênero, nas produções de Fischer (2004), Inácio (2013), Silva (2013), Cisne (2014), ocorre no sentido de problematizar seu significado e de destacar sua ambiguidade, questionando a utilização indiscriminada ou exclusiva do termo.

Fischer (2004, p. 44) problematiza a recente formulação acerca do gênero a qual extingue a hierarquização entre homem e mulher e distingue sexualidade de poder. Para a autora, “essa proposta, alinhada à pós-modernidade, tem como meta fundamental o redirecionamento da análise de gênero, de forma a abandonar o universalismo do século das Luzes, em nome do qual se procurava atribuir ‘valores universais’ aos excluídos”. Ao se referir ao termo patriarcado, também recorre às análises de Safiotti (1992), a qual analisa a relação de dominação/subordinação como construção social amparada na defesa da emancipação da mulher associada à emancipação humana (*idem*, p. 22). De acordo com a autora, a partir da abordagem de Scott, surgem diferentes justificativas para o emprego do termo gênero. Algumas delas se associam à teoria do patriarcado para explicar uma necessidade masculina de dominação. No campo marxista, defende-se a esfera doméstica determinada por seu lugar na organização da produção de bens serviços. Já as teorias psicanalíticas indicam a vida afetiva, a maternidade e a sexualidade como determinantes para as formas de utilização e controle da força de trabalho feminina. Outras correntes ainda vão centralizar seus estudos nos sistemas de poder (*ibidem*, p. 44). Identifica como problemas nas teorias da igualdade e da diferença

a institucionalização dos procedimentos diante da ambiguidade que essas teorias absorvem. No aspecto da igualdade, a institucionalização pode conduzir à criação de lócus de prestígio, poder e privilégios, haja vista as desigualdades de classe, de formação, de qualificação, que geram oportunidades extremamente desiguais entre os que competem. Na perspectiva da diferença, a institucionalização pode contribuir para perpetuar situações de desigualdade que se atropelam em seus próprios limites, a exemplo do sistema de cotas para negros na educação superior e para mulheres na política. (FISCHER, 2004, p. 44)

Ao retomar o conceito de gênero de Scott (1991), a autora destaca que sua abordagem está ancorada no princípio das “diferenças percebidas entre os sexos e às relações de poder que permeiam. Busca observar como o gênero funciona nas relações sociais e como dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico” (FISCHER, 2004, p. 45). A abordagem de gênero como “hierarquia de poder” apresentada por Scott (1991) é bastante elucidativa,

contudo sinaliza que “relações de poder” contribuem para uma melhor compreensão da dominação masculina.

Ao abordar a dominação na relação de gênero, a autora remete à elaboração de Saffiotti (1992) que elucida:

a relação de dominação-exploração não presume total esmagamento da personagem que figura no polo de dominada-explorada. Ao contrário, integra esta relação de maneira constitutiva a necessidade de preservação da figura subalterna. Sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder. Com efeito, nos dois polos da relação existe poder, ainda que em doses tremendamente desiguais. (SAFFIOTTI apud FISCHER 2004, p. 46)

Para Cisne (2013), Inácio (2013) e Silva (2013), o uso exclusivo do termo gênero retira a mulher do lugar de sujeito que, historicamente, foi colocado de forma subalterna nas relações sociais, ou nas palavras de Inácio (2013, p. 108), exclui a “parte lesada” e até “invisível” da sociedade. Contudo, ancorada em Saffiotti, Silva (2013, p. 71), além de destacar as diferentes interpretações acerca do referido termo, afirma que sua utilização faz-se importante por problematizar, principalmente, a naturalização das relações e a construção social do masculino e do feminino.

Cisne (2014, p. 15) argumenta que o termo gênero não demarca a hierarquia entre os sexos e outras disparidades fundamentais, como a de classe. Ademais, abre precedentes para uma abordagem teórico-política para o feminismo mais propícia à institucionalização. Destaca, ainda, o caráter polissêmico ou ainda a dúbia definição do conceito gênero. Assim, a autora se apoia nas análises de Saffiotti (2004) que utiliza a categoria patriarcado, compreendendo-o como “resultado de um processo histórico”, uma forma específica das “relações de gênero” e como “relações hierarquizadas entre seres socialmente desiguais” (*idem*, p. 126). Dessa forma, rechaça perspectivas feministas que compreendem a referida categoria como a-histórica, biologizante (*idem*). Esses destaques também estão presentes nas produções de Silva (2013) e Inácio (2013).

Para Inácio (2013), há uma consubstancialidade entre “Patriarcado e Capitalismo” e entre “Gênero e Classe Social”. Para a problematização desses termos, a autora recorre à tradição feminista socialista e marxista, apontando seus limites e contribuições. Para a autora, ao recorrer ao marxismo de forma tangencial ou negá-lo, o feminismo enfraqueceu o caráter de classe social, o que rebateu diretamente na proposta de emancipação humana das mulheres contida em Marx (*idem*, p. 30). A partir de Kergoat, aborda a ideia de “coextensividade” para pensar a imbricação de duas relações sociais, as de classe e as de sexo”. Neste sentido, nega

“pensar em termos da articulação produção/reprodução” e, ao mesmo tempo, “recusa a hierarquizar” relações sociais (HIRATA apud INÁCIO, 2013, p. 102).

Cisne (2014), Inácio (2013) e Silva (2013) também abordam o conceito “relações sociais de sexo”. A primeira autora elucida que a adoção da categoria feminista francófono de “relações sociais de sexo”, corresponde mais diretamente à perspectiva teórico-política à qual se filia – o marxismo. Para a autora, “a utilização do conceito de *“rapports sociaux de sexe”*, além de sublinhar a dimensão antagônica das classes, assegura o não esquecimento da centralidade do trabalho para os estudos feministas” (CISNE, 2014, p. 111-112). Portanto, a utilização de relações sociais de sexo se difere do conceito de gênero, que possui ampla abordagem e conotação. O emprego de relações (*rapports*) sociais de sexo refere-se a relações sociais mais amplas e estruturantes; portanto, para uma alteração radical das relações sociais de sexo, faz-se necessário uma mudança radical das estruturas sociais. Inácio (2013, p. 103) explicita o debate de relações sociais de sexo associado à temática de divisão sexual do trabalho. Para a pesquisadora, há um problema teórico-político em sua utilização, pois não infere centralidade a classe social. Na recusa à hierarquização das relações de classe ou de sexo, a potencialidade revolucionária da classe trabalhadora é substituída pelo conceito de “sujeito sexuado”. Ao se referir ao debate francês, ressalta que não há consenso na utilização do termo. Reconhece a vantagem da existência de duas palavras na língua francesa para designar relações (*rapport* e *relation*), sendo que a adoção do termo *rapports* permite uma alusão ao conjunto das relações sociais, assim, relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho podem ser compreendidas dentro de um sistema patriarcal, o que permite uma explicação da opressão das mulheres inseridas nas relações sociais capitalistas. Contudo, também problematiza a ideia de “coexistensividade” e “sujeito sexuado” para a construção de um feminismo emancipatório por não estabelecer uma centralidade da superação da contradição de classe. Silva (2013, p. 81) sinaliza que o termo relações sociais de sexo tem importante contribuição no debate feminista marxista. Destaca que não há um consenso acerca da utilização do termo ou do conceito de gênero. Reconhece que há diferenças significativas entre os dois termos, mas como não é o objetivo de sua dissertação tematizá-las, prefere utilizar todos os termos – relações sociais de sexo, gênero e patriarcado – uma vez que são utilizados de forma recorrente nos estudos marxistas.

Já os trabalhos de Santos (2006), Diniz (2010) e Souza (2009) não abordam teoricamente o termo gênero. Na perspectiva de Santos (2006), a preocupação com a “construção de novas identidades” toma um lugar central em seu estudo. O campo de análise da autora busca compreender as “diferentes desigualdades existentes principalmente de raça e

gênero, sobretudo no que diz respeito à falta de atenção para as mulheres” (*idem*, p.1 8). Busca compreender “a formação das diferentes identidades de gênero e das diferenças sexuais” (*ibidem*). Contudo, Santos (2006) foca nas vertentes do movimento feminista brasileiro e no histórico de luta do movimento negro sem apresentar uma discussão mais ampla do feminismo e de outros termos, como os que aparecem nas outras produções aqui esboçadas.

No estudo de Diniz (2010, p. 52) a adoção do termo é apenas sinalizada para evidenciar “violência de gênero”, já que busca analisar as ações do movimento feminista no combate à violência contra a mulher. Problematiza, a partir de Safiotti (2004), a utilização do termo gênero por sua variedade de significado. Nesse sentido, prioriza a utilização do termo patriarcado, uma vez que este se conforma como um caso específico nas relações de gênero e permite expressar, sem ambiguidades, a relação de dominação/ exploração que se expressa, especificamente, na violência contra a mulher.

Já na produção de Souza (2009) não aparece o debate de gênero nem de patriarcado. Seu estudo problematiza a questão racial e sexual na organização do trabalho no MST, em destaque como as mulheres negras são incorporadas na produção.

A problematização da “divisão sexual do trabalho” também é um termo que aparece em parte significativa das produções – Fischer (2004), Almeida (2008), Lusa (2009), Souza (2009), Morales (2010), Silva (2013), Inácio (2013) e Cisne (2014).

Morales (2010) e Silva (2013) ressaltam, a partir de Kergoat (2002), a divisão sexual do trabalho que, para Silva (2013), se conforma em concomitância com o modo de produção capitalista. Nessa direção, Fischer (2004, p. 38) enfatiza que a “divisão social do trabalho contém a divisão sexual do trabalho e nela está implícita a opressão/dominação, que se manifesta através de uma hierarquia de poder entre os sexos”.

A produção de Morales (2010) problematiza o trabalho invisibilizado, naturalizado e, por isso, menos qualificado das mulheres. Reforça, ainda, que há uma tendência a valorizar mais “as qualidades (responsabilidade, dedicação, honestidade) do que seu trabalho de agricultora”. Daí a luta do movimento pelo “reconhecimento da condição de trabalhadora” (*idem*, p. 75). A partir de Hirata (2000) e Kergoat (2002), compreende a categoria trabalho de forma ampliada, para além do trabalho remunerado: “em geral, o trabalho é analisado como análogo ao trabalho assalariado, é preciso esclarecer que o conceito de trabalho, para o feminismo, é ampliado ao trabalho doméstico e informal, ou, em termos gerais, à produção de vivência” (*idem*, p. 29).

Essa mesma linha de reflexão aparece nas produções de Almeida (2008), que ressalta a descaracterização do trabalho da mulher compreendido como ajuda. Mesmo o trabalho fora do

lar recebe essa conotação, o que resulta na inferiorização do trabalho feminino que, no mercado de trabalho – mesmo para a mesma função – tem salários rebaixados se comparados aos dos homens.

Na concepção de Cisne (2014), a divisão social e sexual do trabalho

é a base estruturante da exploração e da opressão da mulher. Ela é entendida como relação social e, como tal, é histórica, portanto, sujeita a transformações, contudo, mantém seus dois “princípios organizadores” que funcionam como “invariantes” nesta categoria: a “hierarquia”, por agregar sempre maior valor ao trabalho masculino em detrimento do feminino; e a “separação” entre o que é trabalho do homem e da mulher. (KERGOAT apud CISNE, 2014, p. 137)

Ressalta ainda que

a ideologia decorrente da integração dialética entre as dimensões que compõem o sistema patriarcal-racista-heteronormativo-capitalista é fundamental para a reprodução e perpetuação do mesmo, uma vez que naturaliza as opressões e explorações decorrentes desse sistema, muitas vezes, nem percebidas como tais, tamanho o nível de naturalização permitida pela alienação reinante nesta sociedade. (CISNE, 2014, p. 140)

No estudo de Cisne (2014), recorre-se à Deuvreux (apud CISNE, 2014, p. 80) para esclarecer o que compreende enquanto trabalho reprodutivo. Este não se restringe ao trabalho doméstico, pois também engloba o trabalho “parental” e “todas das formas de cuidados e de assumir responsabilidades pelas pessoas” (*idem*).

Para Lusa (2009, p. 169) as “relações sociais de gênero” podem ser claramente observadas na “divisão sexual do trabalho” que, por sua vez, está permeada por uma atribuição de identidades estabelecidas como se fosse natural. Já Inácio (2013, p. 116), reforça que a análise de patriarcado, ainda que em novas bases, dentro do modelo de produção em vigor se mostra atual e pertinente para o estudo da divisão sexual do trabalho.

Na abordagem de Souza (2009), o debate de divisão social e sexual do trabalho é associado à questão racial. Parte do entendimento que “a divisão racial e sexual do trabalho é resultado das relações raciais e sociais de sexo” (*idem*, p.19). Nesse sentido, às mulheres negras é reservado o “trabalho manual”, da esfera da “reprodução/produção social”, serviços considerados de menor importância se comparado com os trabalhos exercidos pelos homens brancos (*ibidem*). A autora inclui, em suas análises, a “divisão racial e sexual do trabalho com base na família”, em que as mulheres passam ocupar a esfera da reprodução/produção social com uma relação desproporcional aos trabalhos assumidos pelos homens, sendo a base de sustentação do capitalismo no Brasil (*idem*, p. 56). Ademais, a não incorporação da discussão da divisão racial e sexual do trabalho contribui para a não ruptura com a hierarquização do

trabalho e reposição da desigualdade. Defende a incorporação de um debate mais abrangente para dar conta da complexidade da sociedade de classes. Neste sentido, a autora ressalta que

as relações raciais e sociais de sexo são relações assimétricas e antagônicas, estruturantes e transversais a totalidade das esferas sociais. As relações raciais e sociais de sexo tem uma base material e ideológica, por isso numa sociedade cujo objetivo é o socialismo deve articular o trabalho à divisão racial e sexual do trabalho e às questões de raça e gênero. (SOUZA, 2009, p. 12)

Há também um grupo expressivo de produções que discorre acerca de: problematização da divisão entre esfera pública e privada; relações de poder; participação política das mulheres. Medeiros (1998), Fischer (2004), Barros (2005), Almeida (2008), Souza (2009).

Almeida (2008) problematiza o fato de que o

discurso que enraizou a família enquanto domínio da esfera privada, o espaço da vida doméstica, das relações de dependência e, conseqüentemente, do espaço feminino, contrasta com o espaço público, característico dos interesses impessoais, campo do político e dos negócios, denota a ‘área’ de atuação masculina. (ANDERSON apud ALMEIDA, p. 76).

Para a autora, isso corrobora com o discurso liberal e abstrato de cidadania, que reconhece o indivíduo enquanto sujeito de direito e deveres sem incorporar as relações privadas desconsiderada na política (*idem*). Nessa mesma direção, Medeiros (1998) argumenta que a distinção entre esfera pública e privada contribui para uma subalternização feminina. Segundo a autora, a inserção da mulher na esfera pública deve-se à naturalização da mesma à esfera familiar e privada. Desta forma, “ao pertencer à comunidade familiar e nela exercendo, principalmente, o papel social de esposas e mães, para os autores da cidadania, esta condição constitui a causa da não possibilidade de as mulheres serem cidadãs” (*idem*, p. 17). Conseqüentemente, a determinação do espaço familiar e do cuidado é essencial para que a esfera pública seja o campo do poder (*ibidem*). Baseada em outros pesquisadores, a autora destaca que a “solidariedade entre as mulheres e a constituição de grupos organizados para a reivindicação dos próprios direitos e a afirmação da própria diferença” são elementos centrais para a construção de uma identidade individual e coletiva das próprias mulheres (*ibidem*).

Problematiza também a

disassociação entre espaço privado e o público, que, em síntese, reforça a supremacia masculina. Isto posto, ao privilegiarmos o conceito das reações sociais de gênero na presente pesquisa, pretendemos dar ênfase a uma totalidade dialética, na qual suas distintas partes interagem de forma orgânica. (SAFIOTTI apud MEDEIROS, 1998, p. 56)

Almeida (2008), a partir de Safiotti (1987), infere que a subordinação da mulher acontece tanto no espaço público como privado. Essa relação subordinada da mulher em relação ao homem, para a autora, fica evidente na realidade do campo onde a inferiorização do trabalho feminino é recorrente – mesmo a mulher assumindo os trabalhos no roçado junto com os homens, ainda assim, este é visto como ajuda sustentando a suposta inferioridade feminina.

Para tratar da separação entre esfera pública e privada, Fischer (2004, p. 59) faz referências a autores como Hirata (2002), Bruschini (1990) e Kergoat (1986). Essas autoras destacam a inserção da mulher no mundo do trabalho como a estratégia de incorporação do saber historicamente construído como feminino em sua prática laboral, promovendo uma incorporação do trabalho da mulher de forma precária, o que também pode ser aplicado em relação ao trabalho rural. Além do mais, também problematiza a simples defesa da inserção da mulher no espaço público. Reitera que “do ponto de vista do movimento feminista, criam-se estratégias que chegam a aumentar a eficácia das instituições, sem que os padrões do pensar e do agir sejam alterados” (*idem*, p. 71). Desse modo, as conquistas se restringem ao campo legal, porém ficam estagnadas sem avanços no sentido que o feminismo propõe, num sentido de alteração das estruturas de poder. Contudo, a autora ressalta que a participação política da mulher pode se configurar como uma alternativa de alteração das relações de poder. Assim, “se, por um lado, a ocupação do campo político pela mulher se faz em conformidade com as estratégias de dominação masculina, por outro, abre espaços de afirmação que a transformam em sujeito político” (*idem*, p. 71). Portanto, a participação das mulheres em partidos, sindicatos e movimentos sociais se conforma como uma possibilidade de renovar as práticas políticas no sentido de “produzir efeitos de emancipação sobre o modelo político. Ou seja, a participação política da mulher no espaço coletivo pode contribuir para criar uma nova hegemonia na relação de gênero, na medida em que ela se torna sujeito de sua própria história” (*idem*, p. 72).

Para tematizar a divisão da esfera pública e privada, Lusa (2009) considera a construção histórica das identidades, que se forjam por meio de relações e de disputas na esfera política, econômica, cultural e social. Nesse sentido,

é possível observar que na divisão sexual do trabalho, determinada segundo os padrões da cultura patriarcal capitalista, evidencia-se a existência de uma identidade atribuída às mulheres, indicando a subalternidade feminina na agricultura familiar, sendo esse um dos aspectos que conformam o modo de vida naquele contexto, já que perpassa desde a divisão sexual do trabalho, a divisão das responsabilidades na propriedade e na vida familiar e a divisão das tarefas; responsabilidades e funções na vida pública e social das localidades rurais. (LUSA, 2009, p. 170)

Assim, a autora reitera que “pode-se notar na identidade (atribuída) das mulheres camponesas a existência de uma tripla subalternidade: ser mulher, ser trabalhadora rural, ser invisível na sociedade de forma geral” (*idem*, p. 17). Vale sinalizar que é a partir dos estudos sobre as “relações de gênero” que a autora aborda a questão da identidade. Quando se refere à luta identitária, a autora procura reforçar: o “ser mulher”, “ser camponesa”, “ser-trabalhadora-camponesa”.

Já os estudos de Barros (2005), Almeida (2008) e Medeiros (1998) abordam, principalmente, a temática das “relações de poder”. Com o objetivo de compreender a participação política das mulheres no MST, Barros (2005) trata a referida temática a partir de Foucault (2002), que, segundo a autora,

compreende o poder como uma rede de relações que se exerce nos micros espaços cotidianos. Um poder que circula em todos os níveis e relações. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. (BARROS, 2005, p. 206)

Nessa mesma direção, Almeida (2008) afirma que, numa sociedade marcada pela fragmentação, as relações sociais se determinam pelo poder. Ao visitar a produção de Saffioti, reafirma que o conceito de poder

é flexível e permite considerar o aspecto dinâmico nas relações de gênero, sem adotar uma posição vitimista, em que o homem detém todo o poder e a mulher nenhum. As relações de poder acabam sendo identificadas no cotidiano da população. O acesso à educação proporciona, também, o poder aquele que detém o conhecimento (ALMEIDA, 2008, p. 23).

A partir da elucidação desse conceito, a autora busca abordar as relações de poder na Associação de Produtores Rurais e, principalmente, a participação feminina. De imediato, ela sinaliza que, apesar da participação ativa das mulheres na organização, há uma ausência das mesmas nos espaços de decisão. A pesquisadora considera as associações rurais como espaço político importante na “relação traçada entre os movimentos sociais, a participação, a noção de cidadania e democracia” (*idem*, p. 16). Nesse sentido, afirma que “é possível compreender a lógica da relação entre os direitos e a necessidade de organização e participação dos cidadãos, no sentido de legitimar a conquista de garantias que possam promover a transformação da sociedade com igualdade e justiça” (*ibidem*).

Em Medeiros (1998), o conceito de poder também é abordado a partir de Saffioti e Foucaut. Para a autora,

Saffioti visualiza a necessidade de definir um conceito de poder para trabalhar esta relação [dominação-exploração]. O conceito de poder que mais se aproxima é o de Foucaut. No entanto, enfatiza a contribuição do marxismo que, em síntese, lhe dá o estatuto de categoria, colocando-o na mesma posição do conceito de classe social. (MEDEIROS, 1998, p. 23)

Assim, tendo como principal referência Foucaut, destaca que o “poder significa constelações dispersas de relações desiguais” (*idem*, p. 23). Ainda infere que “os espaços de poder da mulher se inscrevem muito mais no plano micro”, o que lhe permite analisar as relações de poder na Associação, principalmente, no que diz respeito à relação que as “mulheres [estabelecem] com os homens nos espaços público” (*ibidem*).

A problematização central de Souza (2009) refere-se à não participação das mulheres negras na estrutura organizativa do movimento. Quando isso ocorre, são as tarefas mais subordinadas, como limpeza, as que lhes são destinadas.

3.2.3 Desafios e limites das organizações e dos movimentos feministas evidenciados nas produções analisadas

Os desafios apresentados nas 13 teses/dissertações apontam limites no campo dos direitos sociais que envolvem as políticas públicas, o reconhecimento como trabalhadoras; os desafios no campo dos valores culturais e da luta feminista para além das próprias demandas do movimento, numa perspectiva de transformação radical da sociedade. É possível notar que as produções acentuam não só os desafios e os limites de caráter externo aos movimentos, mas também os de caráter interno, na estrutura organizativa das organizações.

Apesar do enfoque nas políticas públicas agrárias para as mulheres, Rocha (2012) se atenta para o caráter burguês da organização das políticas, cujo elemento central é garantir o direito à propriedade. Por conseguinte, há um reforço no estabelecimento da monogamia, no controle da vida e da sexualidade das mulheres, principalmente no que tange ao corpo da mulher proletária, por sua função em reproduzir força de trabalho, elemento central no modo de produção capitalista. Assim, as políticas sociais reforçam a lógica de exclusão das mulheres e, conseqüentemente, as disparidades de gênero, uma vez que os programas sociais assumem um caráter assistencialista em relação às políticas para as mulheres.

Nesta mesma direção, Barros (2005) desenvolve uma crítica “ao modelo de desenvolvimento rural [...] voltado para agricultura patronal de exportação que beneficia as grandes empresas exportadoras e incentiva megaprojetos – produção de soja, implantação de hidrovias e hidrelétricas – excluindo a agricultura familiar” (*idem*, p. 76).

Para Rocha (2012), no próprio Plano Nacional de Reforma Agrária, especificamente, as políticas de gênero apresentam uma

subordinação e negação das mulheres rurais enquanto sujeitos políticos e econômicos do mundo rural e, deste modo, o plano diz que cabe ao Estado assumir a implementação de políticas dirigidas à superação dessa situação de desigualdade social. (ROCHA, 2012, p. 138)

Na compreensão de Lusa (2009, p. 264), o desafio do MMC refere-se à emancipação econômica da mulher camponesa. Ressalta ainda a importância do movimento “para o aprofundamento da participação popular e para a nova configuração da esfera política, agora sob o cunho da mobilização, participação e cidadania, tendo em vista a conquista de direitos” (*idem*, p. 220).

Souza (2009, p. 13), enfatiza que um expressivo desafio para o MST refere-se à incorporação das mulheres negras na produção. Para a autora, o movimento repõe em novas bases as contradições sociais quando “organiza o trabalho com base na família” e ao não debater a divisão sexual e racial do trabalho, o que incorre na “não participação das mulheres negras na produção/reprodução proposta pelo MST” (*idem*). Nessa direção, afirma que, para a ruptura com modelo de “produção/reprodução da exploração, opressão, discriminação e desigualdades marcadas pelas questões de classe, de raça e gênero” (*idem*, p. 109), faz-se necessário que o MST faça o debate acerca do trabalho com a inclusão da questão da divisão racial e sexual, incorporando o debate de raça e gênero, no sentido de uma construção de um projeto emancipatório que inclua esses sujeitos. A crítica mais severa da autora ao movimento é a não inclusão das demandas das mulheres negras. Ademais, afirma que,

ao propor a reforma agrária, ao invés do trabalho, o MST abandona a perspectiva revolucionária, assume a condição de organização política corporativa, limitando as suas reivindicações a uma parcela de trabalhadores/as, ao invés de focar o conjunto da classe. Ao fazer isso e não incorporar os debates sobre o trabalho, a divisão racial e sexual do trabalho e sobre as questões de raça e gênero, o MST realiza contradições na produção sem a participação das mulheres negras. (SOUZA, 2009, p. 114)

No que tange às políticas agrárias, se a luta por acesso a tais políticas tem se tornado uma importante demanda para o MST, principalmente para as mulheres, em relação às mulheres negras esta demanda tem se tornado ainda mais latente. Para Souza (2009), as políticas agrárias

acentuam a exclusão das mulheres negras que, em sua maioria, não alcança o critério de renda estipulado pelo programa, uma vez que 85% não recebem remuneração. Dessa forma, afirma que a ausência da discussão acerca do trabalho e da divisão racial e sexual do trabalho no MST impacta na participação das mulheres negras nos espaços de decisão do movimento e, por conseguinte, no projeto político/econômico do movimento (*idem*, p. 57).

Na concepção da autora,

as relações raciais e sociais de sexo são estruturantes e transversais totalidade das esferas sociais. Têm sua gênese no trabalho e se estendem ao campo ideológico a partir da ideia da existência de raças superiores e inferiores. A raça é uma construção social e histórica e não é resultado das diferenças biológicas, mas das diferenças nas características físicas observadas entre brancos/as e negros/as, consideradas como diferenças raciais. (SOUZA, 2009, p. 60)

A partir dessas constatações, Souza (2009) infere que as mulheres negras não participam das políticas sociais públicas de reforma agrária devido a não incorporação do debate sobre trabalho pelo Setor de Gênero do movimento (*idem*, p. 67). Nesse sentido, enfatiza a necessidade da participação das mulheres negras tanto no setor de produção como na produção do trabalho do MST.

De acordo com Morales (2010), além da dificuldade de acessar os direitos previdenciários, as mulheres enfrentam dificuldades para se inserirem nos sindicatos, o que corrobora com a manutenção das desigualdades de poder nos movimentos mistos. A autora problematiza que o espaço sindical foi historicamente compreendido como espaço de reivindicação masculina. Dessa maneira, tal espaço expressa a clara divisão “entre espaço público e espaço privado, com base no princípio de separação que estrutura a divisão sexual do trabalho numa ordem patriarcal de gênero” (MORALES, 2010, p. 70). O MMTR passa, então, a enfrentar tal ordem com a reivindicação da inserção das mulheres nos espaços políticos, uma vez que, para a autora, “o princípio hierárquico, a valoração do trabalho dos homens sobre o das mulheres se manifesta nas assembleias, o lugar de tomada de decisões, que se realizavam com os homens, enquanto as mulheres eram inscritas como dependentes” (*idem*).

Nesse mote, pode-se observar que a desigualdade de gênero nos movimentos mistos aparece de forma recorrente nas produções, assim como a necessidade de ampliação de políticas públicas e acesso a outros direitos. Barros (2005), Souza (2009) e Rocha (2012), ao abordarem o MST, afirmam que há um descompasso em relação aos espaços de decisão do movimento ocupados majoritariamente por homens. Souza (2009) ainda reitera que, quando as mulheres ocupam tais espaços, são as mulheres brancas que assumem tal tarefa, o que sugere que as

desigualdades também devem ser enfrentadas entre as mulheres inseridas no movimento. Ao estudar as desigualdades de gênero no MST, Barros (2005) busca desvendar

os determinantes que levaram as mulheres trabalhadoras rurais, após a conquista da terra, voltarem-se para o espaço doméstico e/ou assumirem cargos de menor relevância nas organizações políticas do assentamento. No conflito Vale da Esperança, as mulheres tiveram um papel fundamental, enfrentando a violência policial, sendo linha de frente dos conflitos com as forças de repressão, expondo suas vidas e a de suas famílias. Após a conquista da terra, transformada no Assentamento Novo Horizonte II, há mudanças na participação das mulheres. (BARROS, 2005, p. 9)

Para a autora, há uma contradição fundamental quando se observa que as mulheres trabalhadoras rurais participam de forma efetiva das lutas, mas não ocupam os espaços de decisão do movimento. Esta mesma contradição é reforçada por Rocha (2012) ao sinalizar que, historicamente, foi designado às mulheres o espaço privado e aos homens o espaço público.

Não obstante, Rocha (2012) e Barros (2005) buscam compreender as estratégias que o MST tem buscado para enfrentar as disparidades de gênero no campo e ampliar a participação política das mulheres. Para a primeira autora, as estratégias no campo da (des)construção de valores se tornam elementar nesse processo. Assim, cabe ao movimento contribuir com a construção de novas identidades e valores para a transformação da mulher em sujeito coletivo, o que tem se manifestado um grande desafio para o movimento.

Souza (2009, p. 88) também ressalta que a participação política das mulheres se conforma como grande desafio para o movimento. Para a autora, o incentivo às mulheres participarem dos núcleos de bases tem sido uma importante estratégia do movimento para responder a tal questão. Entretanto, problematiza que o mesmo incentivo não acontece para a participação das mulheres nas assembleias e nos setores estratégicos, como o de produção, que são majoritariamente marcados pela presença masculina. Apesar de existir uma diretriz política do MST de inclusão das mulheres nos cursos de formação, nas capacitações e nos setores, a autora observa que na prática isso não ocorre, principalmente nos setores estratégicos, como produção e formação, os quais são formados majoritariamente por homens brancos. A autora enfatiza que a tímida incorporação das mulheres no setor de produção tem como resultado o “controle de produção pelos homens” (SOUZA, 2009, p. 86-88), que, por constituírem a maioria no setor, definem os beneficiados das políticas sociais e públicas voltadas à reforma agrária, o que lhes confere poder de incluir ou não as mulheres nos projetos de produção. Além do mais, as próprias informações quanto ao programa de crédito e linhas de financiamento ficam centralizadas no setor. Para enfrentar a problemática da participação feminina, o MST buscou incorporar a política de cotas, estratégia que não tem assegurado a participação

feminina, mas expressa a própria dificuldade do movimento com a questão. Segundo a autora, a principal causa da não participação das mulheres nas discussões do MST deve-se à sobrecarga do trabalho, tanto na esfera da produção como na esfera da reprodução (serviços domésticos). Tal afirmação pode ser evidenciada nos horários que são marcadas as reuniões, sem levar em conta a rotina das mulheres, quase sempre no período em que estão realizando serviços domésticos, o que dificulta sua participação nos espaços de representação política.

As produções de Fischer (2004), Barros (2005), Almeida (2008), Souza (2009), Morales (2010) e Rocha (2012), problematizam o fato de que os cargos de direção dos movimentos⁴⁷ por elas estudados são ocupados majoritariamente por homens. E, quando as mulheres ocupam alguma função nas esferas de decisão dos movimentos, são funções comumente designadas às mulheres, o que expressa uma naturalização dos papéis sociais.

Essa mesma reflexão está presente na produção de Medeiros (1998), que problematiza a divisão das funções políticas no MUB, a qual reproduz a dominação masculina no espaço público. Segundo a autora, no processo embrionário da construção dos movimentos de bairro, as mulheres tinham participação expressiva na construção da cidadania e da mobilização popular. Contudo, no contexto posterior à institucionalização, quando é criada a federação, além de ter um aumento da participação masculina, os homens passaram a ocupar os cargos de direção. Assim, na compreensão da autora, há ainda uma divisão entre o domínio público como sendo o espaço do homem e o privado o da mulher, sendo a tarefa dos cuidados dos filhos e do lar exclusivamente atribuídos a mulher (MEDEIROS, 1998, p. 63). Na mesma direção, Souza (2009) sinaliza que um elemento que dificulta a participação feminina nos movimentos sociais refere-se ao acúmulo de funções. Medeiros (1998, p. 55) elucida que a conciliação entre militância e tarefas no âmbito privado também dificulta a participação política das mulheres.

Santos (2006) destaca que a conformação de um movimento lésbico negro está associada à fragilidade de discussão da “lesbianidade negra, do feminino e da raça em dois movimentos sociais: o movimento feminista e o próprio movimento negro” (*idem*, p. 18). Apesar de reconhecer a importância das mulheres negras no movimento feminista branco, ressalta que muitas das vezes suas pautas não eram incorporadas nas reivindicações do movimento, além da discriminação e preconceito sofrido. No que diz respeito às mulheres negras e lésbicas, os preconceitos e o tratamento diferenciado têm se conformado de maneira mais intensa. Tal situação impulsionou as mulheres negras e lésbicas a buscarem espaços organizativos que respondessem à sua realidade. Ao que se refere aos desafios que as ONGs

⁴⁷ Respectivamente, CPT, MST, Associação de Produtores Rurais, MST, MMTR, MST.

(CEDOICOM E Grupo de Mulheres Felipa de Souza) enfrentam, a autora destaca a luta pela “autonomia”, “visibilidade”, contra a “discriminação” e por direitos (*idem*, p. 78).

Os valores culturais são apontados por Barros (2005, p. 70) como uma questão importante a ser enfrentada pelo MST. Neste sentido, elucida que, na realidade camponesa, ainda há uma cultura que reforça o papel do homem como o chefe da família, responsável pela agricultura e, portanto, beneficiário das políticas agrárias que, supostamente, abrangem todos os membros da família. Nessa mesma perspectiva, Rocha (2012) destaca que, apesar de alguns avanços, ainda persevera uma relação de dominação na estrutura familiar. A partir de tal constatação, a autora aponta a necessidade de ruptura com a dominação patriarcal da família, o que requer do Estado a criação de mecanismos que possibilitem a participação efetiva das mulheres.

A ruptura com “os modelos culturais que perpassam a vida das mulheres camponesas, imprimindo-lhes o perfil para ‘ser esposa’, ‘ser mãe’, ‘ser mulher’ e ‘ser trabalhadora no campo’” também são destacados por Lusa (2009). Assim, romper com tais modelos constitui “condição *sine qua non* para que o processo de construção da autonomia possa ser desencadeado” (*idem*, p. 252). A autora também destaca a invisibilidade das pautas das mulheres em movimentos mistos, o que as impulsiona a participar apenas dos espaços auto-organizados. Isso, em boa medida, deve-se à abertura para expressar seus pensamentos, tomar a palavra com maior liberdade e por haver um sentimento de reciprocidade entre as mulheres que fazem parte da organização (*idem*, p.148). Nesse sentido, é válida a consideração de Silva (2013), que destaca que os valores capitalistas e patriarcais também devem ser enfrentados pelo movimento com um maior diálogo entre o projeto feminista e camponês (*idem*, p. 135). Para tanto, ressalta a importância da auto-organização das mulheres que, também, se constitui como um desafio para o MMC (*idem*, p. 133).

Ao sinalizar a importância da auto-organização das mulheres no MST, Barros (2005) destaca que desde o final da década de 1980, com a formação da Comissão Nacional de Mulheres do MST, as mulheres reivindicavam do movimento espaços auto-organizados nos acampamentos/assentamentos. Desse processo nasceu, em 1996, o I Encontro de Mulheres Militantes do MST que teve como resultado a criação do Coletivo Nacional de Mulheres⁴⁸ do MST, o qual teve grande contribuição na construção de documentos e debates acerca da participação da mulher no movimento (*idem*).

⁴⁸ Este coletivo aprofundou a discussão da desigualdade de gênero no meio rural e passou a se intitular como Coletivo Nacional de Gênero.

Contudo, Souza (2009, p. 89) aponta que o mesmo não ocorreu com a incorporação da temática do trabalho, da divisão racial e sexual do trabalho e questões de raça e gênero. Segundo a autora, esses temas não são incorporados nos cursos de formação propostos pelo setor de gênero que priorizam o debate de gênero e classe. Apesar das contradições, enfatiza a importância do setor de gênero no MST que, além de se atentar para as questões que envolvem as mulheres nos assentamentos e acampamentos, busca dialogar com a sociedade e com outros movimentos com o objetivo de ampliar a luta. Com isso, a autora enfatiza a luta contra a violência sofrida pelas mulheres. Segundo ela, a temática da violência torna-se relevante, uma vez que ela atinge de forma mais intensa as mulheres negras, negligenciada pelo Estado, que não responde com “políticas sociais públicas de prevenção e combate a violência doméstica e sexista, sobretudo nas áreas rurais e nas periferias das cidades” (*idem*, p. 91).

Diniz (2010, p. 153) também afirma que a violência contra a mulher se constitui um grande desafio para o movimento feminista, assim como as questões que envolvem o aborto e o direito de decisão quanto à maternidade. A pauta da saúde da mulher também é destacada pela autora como um grande desafio, já que ainda é notável o alto índice de mortalidade materna, o que tem preocupado as mulheres e suas organizações. Contudo, na perspectiva da pesquisadora, o maior desafio do movimento feminista é ultrapassar a luta por emancipação política, no sentido de emancipação humana.

Na produção de Cisne (2014), há o destaque para algumas dificuldades atuais para o feminismo de modo geral, quais sejam:

a divisão sexual do trabalho; a autossustentabilidade, tanto no que diz respeito à autonomia como para se conseguir fazer luta de caráter nacional; necessidade de organicidade associada à capacidade de ampliação das lutas nacionais; o crescimento do conservadorismo fundamentalista; fragilidade no debate e na produção teórica feministas relacionada ao processo de mercantilização e descomprometimento social da Universidade; necessidade de construção de mais unidades nas lutas entre os movimentos feministas, considerando a união campo-cidade; necessidade do fortalecimento da pauta feminista em torno tripé sexo-“raça”-classe. (CISNE, 2014, p. 365)

Nesse sentido, como ressalta a autora, faz-se necessário avançar em pautas que promovam a unidade. De modo geral, ela destaca a luta pelo fim da criminalização e legalização do aborto como pautas que tem conseguido certa unidade dos movimentos feministas, bem como a luta pelo fim da violência contra a mulher. Para tanto, a articulações com outros movimentos sociais, de forma mais contínua, faz-se necessária.

Tanto Cisne (2014) como Inácio (2013) apresentam a importância da autonomia dos movimentos feministas frente aos governos como um desafio central. Ao destacar a necessária autonomia do movimento feminista frente os partidos políticos, Cisne sinaliza que

a centralização da política para o âmbito eleitoral ou governamental, mesmo por parte do lado da oposição, não vem permitindo a construção de um projeto comum entre os diferentes sujeitos políticos em torno de um projeto societário, ou melhor, não tem permitido, nos termos gramscianos, ir além da pequena política para construção da grande política. (CISNE, 2014, p. 356)

Ademais,

a política institucional, especialmente a partidária, na atual correlação de força, fortemente marcada pelo discurso da governabilidade, pelo taticismo (*sic*) e pelo possibilismo [...] tem dificultado a construção coletiva de um projeto societário verdadeiramente comprometido com transformações estruturais na sociedade. (CISNE, 2014, p. 357)

A autora também reconhece que a “ausência da definição de um programa feminista impede a superação da fragmentação do feminismo” (*idem*), sendo um grande desafio que o movimento feminista necessita enfrentar. Da mesma forma, indica que o enfrentamento ao fundamentalismo religioso e ao conservadorismo também é central para a conquista de direitos e para barrar as ameaças de retrocesso, principalmente, no que tange aos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres. Por fim, a autora reforça que a construção de um feminismo que articule as particularidades das mulheres a um projeto societário emancipatório consiste em um dos maiores desafios do movimento feminista (*idem*, p. 372).

3.2.4 Consciência Feminista Militante

A Formação da consciência torna-se um elemento essencial para a luta dos trabalhadores(ras), na medida em que, na sociedade do capital, as relações sociais são atravessadas pela alienação e pela ideologia da classe dominante. Portanto, o desenvolvimento de uma consciência de classe se torna indispensável para as lutas sociais e para a transformação radical da sociedade.

Nesse sentido, destacam-se as produções para a formação da consciência. Todas as pesquisas convergem no sentido de atribuir à militância uma importante contribuição para a formação de consciência. Em linhas gerais, a questão da consciência aparece nas produções como: elemento indispensável para a transformação social (consciência de classe); essencial

para consciência da cidadania e de direitos; indispensável para a formação de identidade; necessária para a identificação da própria situação (consciência da opressão de gênero).

Na produção de Cisne (2014), a autora aponta a importância da militância feminista para a formação de uma consciência feminista, indispensável para o enfrentamento das

relações patriarcais de dominação, apropriação e exploração advindas, fundamentalmente, da divisão sexual do trabalho que, associadas a uma ideologia de uma suposta natureza feminina, as constitui como submissas, subservientes, passivas e apolíticas. (CISNE, 2014, p. 9)

Numa caracterização mais substantiva sobre a consciência feminista e militante, Cisne (*idem*, p. 276) destaca que a consciência “é uma referência indicadora da relação do feminismo e a luta de classes”. Elucida que a consciência militante indica uma consciência política e, ao tratar de consciência militante feminista, posiciona a mulher como o sujeito central. Ancorada em autores que abordam o processo de consciência, argumenta que esta deve estar relacionada a uma consciência coletiva que se volta para a ação transformadora. Contudo, ressalta como parte deste processo, a consciência individual que, ao indicar a mulher como sujeito individual, estabelece a ruptura com a alienação que tem como uma de suas expressões a naturalização e a subalternização da mulher. Ressalta, ainda, a importância da ultrapassagem da consciência individual para a dimensão coletiva da consciência, que tem no ingresso em um movimento de mulheres um elemento essencial.

De forma mais elucidativa, observa alguns elementos essenciais na formação da consciência militante feminista, como: 1) “a apropriação de si e a ruptura com a naturalização do sexo”; 2) “o sair de casa⁴⁹”; 3) “a identificação na outra da sua condição de mulher; 4) “a importância do grupo e da militância política em um movimento social”; 5) “a formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento” (*idem*). Além do mais, afirma que a “consciência feminista e a luta das mulheres” têm o potencial de “radicalização da política” e de transformação social (*ibidem*, p. 166).

De acordo com a autora, o primeiro elemento acima explicitado requer luta por autonomia e liberdade. Já a saída de casa (segundo elemento) proporciona às mulheres um questionamento das responsabilizações e tarefas a elas imputadas no âmbito doméstico, o que também significa romper com alterações na esfera da família e toda construção ideológica que retira a mulher do lugar de sujeito para colocá-la como subserviente a outrem. Vinculado ao segundo elemento, o terceiro se refere identificação com a outra, o que denota o fortalecimento

⁴⁹ O “sair de casa”, refere-se à desnaturalização de papéis delegado às mulheres como a responsabilização das tarefas doméstica, do cuidado com os filhos, etc.

individual mas também coletivo, essencial para desnaturalizar a opressão vivenciada pelas mulheres. Em sintonia com o terceiro elemento, o quarto diz respeito à formação da consciência, que ganha um salto qualitativo com a inserção em um movimento feminista, pois tal espaço político permite o avanço de uma indignação desorganizada para o processo de organização coletiva, o que pode possibilitar um despertar de uma “consciência em si” para uma “consciência para si”. No quinto elemento, o destaque é dado à formação política relacionada a lutas concretas donde a militância feminista se desenvolve (*idem*, p. 302-309). Baseada nessas dimensões que tratam da consciência militante e feminista de Cisne (2014), Silva (2013) também ressalta a importância de uma consciência feminista militante para um movimento que tem como horizonte a transformação radical da sociedade.

Rocha (2012) expõe que a inserção das mulheres em movimentos sociais contribui na formação de uma consciência de sua cidadania e direitos que as impulsionam a fazer “política e, dessa forma, envolverem-se na luta por emancipação política” (*idem*, p. 13). Já Medeiros (1998, p. 57), afirma que, “ao participar dos movimentos de caráter urbano e associativo, as mulheres saíram do isolamento do lar (espaço privado) para se inserirem no espaço público”. Tal inserção significa que as mulheres alcançaram a arena política, tornaram-se sujeitos capazes de reivindicar demandas específicas, o que para a autora significa tecer novas relações de poder com o Estado.

Um elemento importante que Fischer (2004) salienta se refere à participação das mulheres na luta pela terra. Segundo a autora, este processo permite um salto qualitativo que possibilita a alteração da vida das mulheres, uma vez que, “quando se inserem no projeto da classe trabalhadora, de hegemonia masculina, constroem o seu projeto de gênero com reivindicações delineadas” (*idem*, p. 20). Assim, é com a inserção das mulheres na luta pela terra que elas tomam consciência de sua situação e

tecem a crítica à socialização que fundamenta a divisão de papéis para cada sexo; asseguram, no processo de luta, a perspectiva de permanência na terra, caso a relação com o companheiro seja desfeita; estabelecem-se na convivência grupal onde praticam princípios democráticos e garantem, também, lugar no governo e nas representações políticas do acampamento; ocupam espaços na capacitação em assistência técnica, para responsabilizar-se por projetos agrícolas e ganham visibilidade no processo de produção e de administração do dinheiro; reveem as práticas do casamento e negociam a participação masculina nas atividades domésticas, a partir de sua contribuição no trabalho da roça. (FISCHER, 2004, p. 20)

A partir dessas considerações, podemos notar que a autora estabelece uma relação entre a inserção das mulheres na luta de classes e a consciência da própria condição de subalternidade em relação aos homens. Ademais, a autora destaca que, na ação política das mulheres, forja-se

a construção de uma nova identidade, novos valores e uma outra visão de mundo (*idem*, p. 24). Em outras palavras, Fischer (2004, p. 75) atribui ao feminismo um potencial “capaz de provocar ruptura nos padrões de legitimação da ordem androcêntrica” e uma construção de um sujeito que se reconhece e também reconhece os demais, “criando uma outra identidade social, uma nova forma de representação coletiva” (*ibidem*). Assim, a consciência torna-se um elemento essencial capaz de criar um sujeito coletivo que expressa demandas e reivindicações também coletivas, o que se torna central para a ampliação da cidadania das mulheres. Portanto, “o sujeito é o que cria, inova, constrói um novo, e não apenas o descobre ou apropria, e criar supõe elaborar novos elementos da práxis, orientados para a consciência de classe e a efetiva ação política” (*idem*, p. 79). Por fim, a autora, reitera que quando a mulher

deixa o enclausuramento de dona-de-casa e se coloca no patamar das ações coletivas, ignorando a desigualdade de gênero e assumindo uma nova identidade. O mesmo poderia dizer-se de sua participação na militância, ao organizar pedágios ou interditar rodovias durante algumas horas para atrair a imprensa e tornar públicas situações de carência vivenciadas no acampamento. Através das ações políticas desenvolvidas, as mulheres do acampamento se mostram conscientes de suas atribuições diferente e assumem criticamente uma outra posição no código de gênero que pode representar um avanço na construção de uma nova hegemonia. (FISCHER, 2004, p. 187)

No entendimento de Lusa (2009, p. 179), “a elaboração da consciência é elemento imprescindível para o reconhecimento da identidade dos indivíduos, homens e mulheres”. Nesse sentido, destaca, a partir de Marx, Lukács e Heller, a importância do cotidiano para o desenvolvimento da consciência. Ao recorrer a Heller, a autora elenca dois elementos: o primeiro refere-se à cotidianidade na experiência de cada indivíduo que guarda relação com as experiências humano-genéricas e, portanto, existente em todos os sujeitos. No que se refere à cotidianidade das mulheres camponesas, deve-se levar em conta que a construção da identidade “comporta em si especificidades”, mas também se “eleva na condição do reconhecimento social de sua existência no universo do ‘gênero’ feminino e também do gênero humano” (*idem*, p. 181). Assim, a autora assegura que “é nesse trânsito entre o particular – que se constrói no cotidiano – e o geral – que, embora abarque outras dimensões mais amplas, carrega aspectos desse mesmo cotidiano – que a identidade vai sendo forjada” (*ibidem*). O segundo elemento remete à intensidade que representa a dimensão do cotidiano na vida dos indivíduos, que se conforma como base de sustentação para seu desenvolvimento e formação enquanto sujeitos sociais (*ibidem*). Tais reflexões levam a autora a afirmar que o MMC cumpre um importante papel de liberar as mulheres que participam do movimento da alienação da vida cotidiana, sem extinguir a cotidianidade da vida das mesmas. Para a autora, no movimento há uma identidade coletiva forjada no processo de reconhecimento (construção da consciência) de elementos

comuns, como o ser mulher, camponesa e trabalhadora. Dessa consciência que provém a noção de um sujeito coletivo, que se conforma a partir das diversas singularidades expressas em cada componente do movimento. É, também, essa consciência que possibilita a participação social e mobilização das mulheres do MMC, numa leitura crítica da realidade, construindo alternativas à alienação e ao modo de produção atual. Para a elevação da consciência, a autora reforça a importância do trabalho de base e das lutas sociais, que também supõem uma consciência que supera o senso comum (*idem*). Com efeito, ela reitera a importância da consciência de direitos para que haja mobilização para sua conquista. Por fim, a autora elucida que o próprio surgimento do movimento

é tomado como resultado de um processo de participação popular, através da construção da consciência crítica das mulheres sobre sua subalternidade na sociedade patriarcal capitalista. Note-se que o componente da teia sobre o MMC que primeiro se faz presente é a questão da ‘construção de uma consciência crítica’ sobre a realidade e o contexto de vida das mulheres. (LUSA, 2009, p. 225).

Por seu turno, Barros (2005) aponta, como elemento essencial para uma formação de uma consciência coletiva, a experiência de situações, por uma classe ou grupo, capaz de impulsionar para organização e lutas em torno de objetivos específicos. Para a autora, é desse processo que podem surgir sujeitos coletivos (*idem*, p. 33). Assim, a partir do processo de mobilizações e lutas da década de 1980/1990, “as mulheres passam a questionar a ordem vigente e a divisão entre o espaço público dominado por homens e o âmbito privado a que se tenta relegar as mulheres, expressando a divisão sexual do trabalho e as representações sociais do que é feminino e masculino” (*idem*, p. 49). Também constroem grupos de base e ações, que contribuem para uma formação de consciência crítica e fortalecimento de uma identidade, voltadas para o fortalecimento da luta por direitos políticos, civis e econômicos (*ibidem*). Para Barros (2005), as reuniões, assembleias, cursos e encontros também contribuem com a formação de uma consciência crítica e permanente prática política. Assim, as lutas por terra e por direitos podem contribuir para uma formação de consciência de classe e de um projeto societário democrático e fundamentado na justiça social (*idem*, p. 156).

Nas análises de Diniz (p. 159), aborda-se a consciência e conscientização da violência contra a mulher. Um apontamento relevante da autora refere-se à contribuição do feminismo para o reconhecimento da violência sofrida pelas mulheres, uma vez que o movimento torna visível o fenômeno da violência com denúncias públicas e reivindicações de políticas para o enfrentamento de tal questão. Já o estudo de Santos (2006) aponta para uma consciência negra, no sentido do reconhecimento da situação de opressão vivenciada pelos negros num enfoque

da “tomada de consciência das diferenças” (*idem*, p. 107). E, ainda, observa que foi a partir dessa tomada de consciência que as mulheres lésbicas negras conseguiram expor sua sexualidade dentro do movimento negro.

Souza (2009) considera que o setor de gênero do MST tem importante contribuição no despertar da consciência política e da condição de exploração e discriminação vivenciada pelas mulheres. Além do mais, a autora destaca que é a partir da tomada de consciência do lugar ocupado pela mulher que, no movimento, se constroem lutas para a transformação das relações (*idem*, p. 93). Segundo Souza (2009), esse mesmo processo acontece para fora do movimento, nas lutas por direitos e ainda acrescenta à consciência de raça e gênero, à consciência da classe social.

Na compreensão de Morales (2010), a participação em uma organização que representa os interesses da classe trabalhadora é essencial para a elevação de uma consciência política. Ademais, reitera que é papel dos movimentos sociais uma formação de uma consciência emancipatória. Contudo, salienta que “reconhecer-se pertencendo a uma classe implica recuperar o projeto camponês, uma lógica contraposta ao capital, cuja centralidade é produzir para viver e reproduzir um patrimônio familiar que garanta a vida das gerações futuras” (*idem*, p. 92). Nesse sentido, ressalta que o MMTR teve o papel fundamental de organizar as mulheres em torno das reivindicações acerca do trabalho, da participação política e das políticas propiciando uma construção de um sujeito coletivo e não com situações estanques e individuais (*idem*, p. 114).

Almeida (2008) apenas menciona que a participação das mulheres na Associação de Produtores Rurais possibilitou uma consciência da condição de trabalhadoras e de sujeitos de direitos. Para a autora, a consciência se torna um elemento importante para a mudança nas relações e avanços na sociedade. Já a produção de Inácio (2013) trabalha com a concepção de consciência de classe em Marx, ressaltando a construção de uma consciência política, na perspectiva do socialismo, capaz de solucionar a questão da mulher. Assim, a partir de Zetkin, aponta para a importância de as lutas das mulheres estarem associadas ao compromisso com a luta de classes, que supõem uma tomada de consciência de classe (*idem*, p. 62).

3.2.5 Projetos societários defendidos para as organizações e movimentos feministas

O conjunto das produções analisadas apresenta uma diversificada compreensão acerca da luta das mulheres. Nas produções de Fischer (2004), Almeida (2008), Morales (2010) e Rocha (2012), a concepção de luta das mulheres está associada à luta de classes. Contudo, essas

autoras não fazem alusão à necessidade de construção de um projeto de classe que se oponha ao capital. Já a abordagem de Medeiros (1998), Barros (2005), Santos (2006) e Souza (2009) situam a luta das mulheres no campo da participação política, da (des)construção identitária e da ampliação da cidadania. De forma mais elucidativa, os estudos de Cisne (2014), Inácio (2013) e Silva (2013) relacionam o caráter de classe à luta feminista num sentido da emancipação humana. Lusa (2009) e Diniz, (2010), apesar de fazerem alusão à emancipação em ambas as abordagens, não explicitam com clareza tal perspectiva.

Fischer (2004) reconhece a importância do movimento feminista na luta contra o patriarcado, o que traz grande contribuição para mudanças nas relações de gênero. Para a autora, a presença das mulheres em mobilizações e discussões que problematizam as condições de vida contribui com conquistas de benefícios e a “implementação formal da cidadania feminina” (FISCHER, 2004, p. 34).

Contudo, a autora reforça que “por trás da opressão de gênero existe uma estrutura de relações sociais, favorecendo formas de expropriação, legitimando certos tipos de conflitos e inibindo outros pelos quais a dominação é sustentada” (*idem*, p. 35). Nesse sentido, enfatiza que o salto qualitativo que permite a alteração da vida das mulheres é sua inclusão na luta pela terra, “quando se inserem no projeto da classe trabalhadora, de hegemonia masculina, e aí constroem o seu projeto de gênero com reivindicações delineadas” (*idem*, p. 20). Contudo, a autora não elucida o horizonte transformador da luta feminista. Enfatiza que a organização (CPT), ao associar a luta pela terra à de gênero, cria condições para que se incluam as mulheres na defesa de direitos humanos. Destaca, ainda, que “a reivindicação da terra feita pelos trabalhadores não significa, necessariamente, transformação social” (*ibidem*, p. 195). Nesse sentido, a maior contribuição advinda dessa reivindicação diz respeito à “abertura de canais de negociação entre as classes rurais e na criação de novos modelos para ampliar a agricultura familiar, que sempre foi espaço de atuação feminina” (*ibidem*). Ademais, possibilita “inserir a mulher na luta política e, conseqüentemente, (re)construir uma nova identidade” (*ibidem*).

Dessa forma,

deixa-se à guisa de conclusão: a luta movida para ocupar a terra tem profundo reflexo na questão de gênero. É possível introduzir mudanças nos espaços de dominação, começando pelos valores. A mulher (re)constrói a identidade de gênero no movimento de luta pelo acesso à terra. As mulheres do acampamento estão investindo na mudança de cultura e, através de sua história, estão construindo outra história de mulheres. (FISCHER, 2004, p. 200)

A partir dessa afirmação, pode-se perceber que a ênfase da autora está na participação feminina na luta pela terra, a qual propicia uma reconstrução da identidade feminina.

Na mesma direção de Fischer (2004), mas de forma difusa e tangencial, Almeida (2008) e Morales (2010) apenas situam a luta das mulheres inserida na luta de classes. Almeida (2008) destaca que a Associação dos Produtores Rurais se organiza principalmente em torno das reivindicações na esfera do trabalho. A partir dessa constatação, procura analisar se as mulheres são ou não incentivadas à inserção no trabalho, uma vez que é a partir dessa inserção que a mulher é incentivada a participar da associação (*idem*, p. 51). Já Morales (2010) afirma a relação entre capitalismo e patriarcado, inserindo a luta das mulheres na luta da classe trabalhadora.

No estudo de Rocha (2012, p. 136), há a ênfase de que a luta das mulheres no MST busca articular gênero e classe. Sem desconsiderar a importância dos movimentos sociais auto-organizados, a autora enfatiza o debate de gênero num movimento misto, o que contribui para fortalecer a articulação da questão de gênero e classe. Desse modo, conforme a autora,

a luta das feministas não compunha o universo das assentadas-acampadas porque estas compreendiam esta luta como da mulher burguesa, mas ao apreenderem por meio da situação concreta a realidade a que estavam expostas na época, perceberam que não bastava apenas lutas pela reforma agrária, pois também dentro do movimento havia lutas a serem travadas em relação ao processo de emancipação política das mulheres na organização do MST. (ROCHA, 2012, p. 135)

Apesar de compreenderem a luta das mulheres no campo da luta de classes, pode-se observar que os elementos mais destacados na abordagem de Fischer (2004), Almeida (2008), Morales (2010) e Rocha (2012) apontam para as conquistas no campo da emancipação política. São as lutas por reconhecimento como trabalhadora e, portanto, sujeitos de direitos às políticas públicas, ao acesso a Programas e Projetos destinados à realidade camponesa que são ressaltadas pelas autoras. Para se chegar a essas conquistas as autoras destacam, de forma unânime, a importância da participação política das mulheres. À exceção da produção de Almeida (2008), todas as autoras ressaltam a necessidade da articulação com outros movimentos para a conquistas de direitos das mulheres do campo.

Assim como Rocha (2012), Barros (2005) destaca a luta histórica das mulheres rurais pelo reconhecimento do trabalho feminino no campo. Tal reconhecimento torna-se relevante, tendo em vista que propicia um conjunto de reivindicações como o acesso a terra, melhores salários, políticas agrícolas, ao mesmo tempo que permite compreender as mulheres na condição de produtoras e agricultoras, elemento essencial para outras reivindicações no campo da cidadania feminina.

No bojo dessas reivindicações, é unânime o reconhecimento das autoras – Barros (2005), Rocha (2012), Souza (2009) – quanto à importância da posse da terra para as mulheres,

uma vez que assegura a propriedade nos casos de separação, abandono ou morte dos maridos; a titularidade conjunta evita a venda e sua inclusão em processo de empréstimo sem que seja de comum acordo com suas esposas ou companheiras. Além do mais, a posse de terra contribui para que as mulheres participem das decisões econômicas da família e, ainda, a titulação conjunta ou chefia dos lotes comprova a situação de trabalhadoras rurais, o que facilita o acesso aos direitos previdenciários, luta histórica das mulheres camponesas (ROCHA, 2012, p. 158).

Assim como sinalizaram Barros (2005) e Rocha (2012), Morales (2010) destaca que as lutas do MMTR fazem parte do conjunto das reivindicações históricas das mulheres camponesas. Para a autora, a principal delas refere-se à luta pelo reconhecimento do trabalho feminino, bem como a incorporação desses sujeitos na luta sindical (MORALES, 2010, p. 43). Ao abordar as ações prioritárias do movimento, “transformadas em políticas públicas”, a autora problematiza os limites estruturais da sociedade capitalista que se fundamenta na propriedade privada da terra, no

patriarcado no campo e [n]o embasamento de uma cidadania construída em função da propriedade privada e da maternidade. Se, por um lado, as mulheres trabalhadoras rurais encontram obstáculos para o acesso e controle da terra, baseadas nas relações de gênero dentro da agricultura familiar, por outro lado, quando se trata de reivindicar o acesso a terras como classe, encontram entraves dentro dos movimentos rurais mistos, que as excluem dos lugares de decisão (MORALES, 2010, p.14).

Contudo, apesar de também situarem a luta das mulheres no campo dos direitos, as produções de Medeiros (1998), Barros (2005), Santos (2006) e Souza (2009) se diferenciam da abordagem de Fischer (2004), Almeida (2008), Morales (2010) e Rocha (2012), pois não explicitam a luta das mulheres relacionada à luta de classes.

Na produção de Medeiros (1998, p. 19) a autora busca compreender como se desenvolvem as relações de poder no Movimento de União de Bairros (MUB). A autora busca investigar se a criação das Comissões de Mulheres no MUB – o que possibilitou a participação das mulheres no movimento – também alterou as relações de poder na organização. Da mesma forma, busca compreender qual a importância que os homens da organização atribuem à comissão de mulheres e se o ingresso das mulheres alterou a compreensão e relação dos mesmos acerca da participação feminina no conjunto da organização. Quanto ao feminismo, a autora ressalta sua importância, no sentido de expor as situações concretas da vida das mulheres, “práticas negligenciadas”, ou ainda legitimadas nas “formas de discriminação institucionalizadas e semi-institucionalizadas” que perpassam todas as dimensões da vida dos indivíduos, “criando e reforçando certos modos de ver, agir e pensar a realidade” (*idem*, p. 65).

Entretanto, o feminismo não aparece relacionado a um projeto de classe; a ênfase é dada no sentido de ampliar a participação política das mulheres no campo dos direitos, como cidadãs. Assim, Medeiros (1998, p. 15) busca no discurso da cidadania a articulação do masculino/feminino. Na sua concepção, as mulheres são excluídas da condição de cidadãs, o que gera a necessidade de organização e luta no sentido da defesa da universalidade dos direitos (para ambos os sexos).

Já na elaboração de Barros (2005, p. 49), o feminismo aparece como contribuição para a participação política das mulheres, mas não é o foco de sua análise. Reconhece que o feminismo tem um importante lugar nas lutas dos trabalhadores brasileiros e que, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, consegue influenciar as mulheres do campo. Desse processo decorre um profundo questionamento acerca da divisão entre o espaço público, predominantemente masculino, e espaço privado, relegado às mulheres, o que se manifesta como reflexo da divisão sexual do trabalho e das representações sociais designadas aos homens e às mulheres. Vale enfatizar o enfoque da autora na abordagem da participação das mulheres trabalhadoras rurais nas lutas por terra. Tal participação propicia às mulheres a tomada de consciência das desigualdades sociais e de gênero, que podem ser evidenciadas na pouca participação feminina nas esferas de decisão do movimento. A autora ressalta a importância das lutas sociais de cunho emancipatório (não elucidada em que sentido) por questionar “o lugar reservado, social e culturalmente, às mulheres” e propor “outra sociabilidade, baseada na igualdade de oportunidades e de poder” (*idem*, p. 84). Em síntese, destaca algumas conquistas advindas da organização das trabalhadoras rurais, as quais alcançaram caráter de direitos como: salário maternidade, carteira assinada, reconhecimento de ser trabalhadora rural, direito à sindicalização e associação, entre outros. Destaca que tais conquistas se conformam como resultado da luta dos movimentos sociais, afirmando, portanto, a importância da articulação com outros movimentos sociais para a ampliação de direitos.

O caráter identitário fica explícito na produção de Santos (2006), que busca relacionar “gênero”, “raça e pobreza”. Em seu estudo sobre a organização de mulheres negras e lésbicas, enfatiza que, “ao buscar espaços próprios [as mulheres] lésbicas e negras transformam-se em sujeitos históricos da transformação da sua condição social” (*idem*, p. 106). Dessa forma, situa a luta e os desafios das mulheres no campo da “autonomia”, “visibilidade”, contra “discriminação” e por direitos. Vale ressaltar que a autora atribui ao surgimento do movimento lésbico negro a ausência de discussão das questões específicas das mulheres negras e lésbicas no movimento feminista. Igualmente, reitera que no movimento negro não se discute a lesbiandade, nem as pautas relativas às mulheres. O debate da autora centra-se na importância

da luta específica, no campo da construção identitária. Denuncia o feminismo brasileiro como eurocêntrico, universalizante, não integrando as mulheres negras e lésbicas.

Souza (2009) busca problematizar a participação das mulheres negras no setor de produção do MST. A questão central que aparece nesse trabalho refere-se à questão racial associada à de gênero. Ademais, a autora resalta as

dificuldades no acesso aos programas sociais e as políticas públicas específicas para as mulheres, adequadas à saúde, à educação, à maternidade, à infância, ao trabalho e à renda. Nesse sentido, as mulheres foram desafiadas a se organizar e lutar para garantir o acesso às políticas públicas específicas, [...]. A luta pelo acesso à terra e sua titulação em nome das trabalhadoras rurais, bem como por políticas agrícolas específicas para elas, se inserem na demanda por políticas públicas destinadas às mulheres, o que tem sido alvo das grandes lutas e mobilizações dos movimentos de mulheres urbanas e rurais. (BARROS, 2005, p. 69)

Desse modo, a autora indica a importância das ações junto a outros movimentos sociais para a conquista das reivindicações dos trabalhadores.

As produções de Lusa (2009), Diniz (2009), Cisne (2014), Inácio (2013) e Silva (2013) evidenciam uma perspectiva de feminismo de cunho classista e emancipatório. As autoras defendem que as lutas das mulheres estão associadas às lutas gerais da classe trabalhadora, sendo necessária a vinculação das lutas específicas a um projeto de classe de horizonte transformador. Contudo, nas abordagens de Lusa (2009) e Diniz (2009), apesar de explicitarem uma perspectiva emancipatória o discurso da cidadania e da defesa de direitos se sobressaem.

A tese de Cisne (2014) parte da perspectiva do feminismo enquanto movimento social, ancorada na produção de Christine Delphy (2009, Tomo I), que discorre sobre o feminismo materialista. A autora elucida que o sujeito central da luta feminista é a mulher, o que não exclui outros sujeitos que também são vítimas do patriarcado como é o caso dos gays, travestis, transexuais. Estes, para a autora, podem se tornar sujeitos do feminismo a partir do momento em que “incorporam como perspectiva para a construção de um projeto político coletivo” (*idem*, p. 170). Para a autora, as “relações sociais de classe, ‘raça’ e sexo [estão] inseridas na dinâmica dos projetos societários em disputa: o patriarcal-capitalista e o feminista-socialista” (*ibidem*, p. 7). Afirmar, assim, que “o feminismo encontra o seu sentido político maior na luta pelo socialismo. Feminismo e socialismo possuem uma congruência incontestável, afinal, ambos se pautam na liberdade e na igualdade” (Cisne, 2014, p. 165). Nesse sentido, destaca a contribuição do feminismo socialista para o avanço das lutas da classe trabalhadora. Afirmar que o feminismo traz importantes contribuições na luta de classes; uma delas diz respeito a

“desomogeneização da classe trabalhadora e os desdobramentos políticos que daí podem surgir em torno de práticas coletivas reivindicatórias” (*idem*, 2014, p. 43).

Em consonância com essa mesma perspectiva, Inácio (2013) e Silva (2013) afirmam que a luta feminista se dá no campo da emancipação humana, o que exige a construção de um projeto de sociedade que tenha em vista a superação da sociedade capitalista.

O MMC é destacado por todas as autoras – Cisne (2014), Lusa (2009) e Silva (2013) – como movimento feminista, classista e de horizonte socialista. Tal definição fica evidente na produção de Cisne (2014), que ressalta a importância do movimento que, com destaque para a realidade camponesa, reivindica às mulheres o lugar de sujeito nas lutas sociais, a partir de pilares como: autonomia; perspectiva democrático-popular; clareza de classe; busca de novas relações igualitárias (o que inclui uma nova relação com a natureza); busca de transformação da sociedade a partir das lutas; horizonte socialista (CISNE, 2014, p. 257).

Ao elucidar o caráter emancipatório do movimento, Lusa (2009, p. 242) ressalta que, na compreensão do movimento, a luta pela “agricultura camponesa e ecológica” deve ser “combinadas com a luta pela transformação da sociedade”:

Ora, fica explícito que este movimento social volta suas lutas na direção de um horizonte amplo, com objetivos que só podem ser buscados através da coletividade e de uma orientação ideológica que se localize na contra-hegemonia do capitalismo e das políticas neoliberais. (LUSA, 2009, p. 242)

Não obstante, as autoras convergem na afirmação da importância das lutas das mulheres camponesas no que diz respeito aos direitos e à conquista do espaço político. Essa compreensão é explicitada por Lusa (2009), ao destacar que o movimento surge com a intenção de visibilizar a situação da mulher do campo, bem como organizar lutas em prol da igualdade de gênero e de políticas públicas voltadas para as demandas dessas mulheres.

Suas pautas reivindicatórias sempre tiveram como princípio orientador lutar contra o capitalismo financeiro neoliberal, contra o latifúndio rural, contra os crimes ambientais e a favor da reforma agrária e das políticas sociais para o campo, observado o enfoque de gênero. (LUSA, 2009, p. 19)

Desse modo, a autora enfatiza a importância histórica do MMC na conquista de direitos e de políticas sociais. Igualmente, destaca a contribuição do movimento

no tocante à conquista de espaço público, o MMC recebe destaque por ser um dos movimentos sociais que luta pela visibilidade política e social de suas práticas, sem descuidar de seus valores, princípios e objetivos, os quais fazem parte do cotidiano das mulheres camponesas, sendo cultivado por elas em seu dia-a-dia: no trabalho, com a família, no grupo de base, nos momentos de mística, nas Assembleias, nas campanhas e momentos de formação e,

inclusive, nos momentos de manifestações, protestos e lutas sociais. (LUSA, 2009, p.160)

Outras lutas, tais como o acesso à documentação e aos direitos previdenciário, à saúde, à assistência e outros direitos fundamentais, também são destacados por Silva (2013). Cisne (2014) e Silva (2013) também apresentam a superação da violência contra a mulher como uma luta relevante para o movimento.

As autoras também são unânimes em afirmar a importância de articulação com outros movimentos sociais para o avanço no campo dos direitos sociais. Reconhecendo essa importância, as autoras ressaltam que o MMC tem buscado aliança com os movimentos que compõem a Via Campesina e outros movimentos feministas, como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), as mulheres da Central Única dos Trabalhadores, dentre outros.

Para Cisne (2014), a interlocução com os movimentos urbanos torna-se imperativo para o MMC. Portanto, ressalta que a articulação com outros movimentos, cujos projetos societários convergem, é de grande importância para enfrentar o avanço conservador sustentado pelo fundamentalismo religioso, que ataca diretamente os direitos sexuais e reprodutivos já alcançados e, ainda, dificulta a conquista de novos direitos para as mulheres (*idem*, p. 367).

Apesar das dificuldades que envolvem principalmente os movimentos mistos, como ressaltou Lusa (2009), Cisne (2014) destaca a contribuição do MMC no que se refere à luta da classe trabalhadora, uma vez que pode-se notar a influência do referido movimento na agenda de luta dos movimentos mistos com os quais articula lutas e ações.

Já o estudo de Inácio⁵⁰ (2013) destaca o caráter plural do feminismo anticapitalista e aponta alguns limites dos movimentos UBM, MMM. Para tanto, a autora elucida a distinção entre a perspectiva anticapitalista e a emancipatória:

De acordo com Wood (2003 b), os movimentos “anticapitalistas” podem assumir uma perspectiva socialista ou voltada para a humanização do capitalismo. Um traço comum dos movimentos “anticapitalistas” é o compromisso com a democracia, mas resta saber qual a concepção de democracia. Para ela, o capitalismo é incompatível com a democracia, entendida como “governo do povo”, embora alguns [...] concordem que seja importante lutar por reformas dentro do capitalismo. Já outros defendem que a democracia é compatível com um capitalismo reformado, fazendo a crítica somente à globalização, à desregulamentação e ao neoliberalismo. (INÁCIO, 2013, p.158-59)

⁵⁰ A autora não aborda a organicidade dos movimentos, nem suas principais lutas. Sua análise foca na caracterização no campo do feminino emancipatório ou reformista, ainda que tenha uma perspectiva anticapitalista.

Para a autora, dentro do campo dos movimentos sociais anticapitalistas a AMB, o MML e o Pão e Rosas se destacam numa perspectiva mais crítica e de resistência ao capitalismo, às políticas neoliberais e ao caráter conservador presente nas políticas públicas para as mulheres.

A perspectiva de Lusa (2009, p. 149) também se apoia no entendimento de que “embora centralmente sobre as mulheres, o feminismo é, também, fundamentalmente sobre os homens e sobre mudança social”. A autora ainda reitera que há uma sintonia entre os movimentos sociais e o feminismo, na medida em que valores como: democracia, participação, igualdade, justiça social e transformação societária, correspondem com a igualdade de gênero reivindicada pelo feminismo. Porém, não se pode afirmar que a perspectiva da autora é de um feminismo emancipatório, uma vez que o que fica mais nítido em suas abordagens é a luta por direitos.

Na produção de Diniz (2009, p. 26), além de destacar uma articulação entre ordem patriarcal de gênero e dominação/exploração, aponta-se que o maior desafio do movimento feminista é passar de campo da luta por emancipação política para a emancipação humana. Nesse sentido, a autora indica que a violência contra as mulheres – alvo de sua investigação – só será eliminada com a transformação das estruturas sociais. Na caracterização do FMPE, ela ressalta que este reúne mais de 70 organizações (ONG's), Mulheres de Núcleos Universitários, de Secretarias de Mulheres de Sindicatos e de Partidos Políticos, Organizações de Mulheres Negras, de Lésbicas, Associações de Mulheres e Feministas sem vínculos institucionais.

Teoricamente o movimento tem sido conhecido como um movimento que atua no nível da emancipação política, mas em outro momento ele se articula com outros movimentos e segmentos da sociedade civil e política organizada que trata respectivamente a questão da violência doméstica contra a mulher não como uma questão específica e fragmentada do movimento de mulheres, mas como uma questão inserida no bojo da dimensão da emancipação humana; ou seja, vislumbra nesta temática a questão da liberdade e da igualdade feminina como bandeira de luta de outros movimentos sociais e até de partidos e governos progressistas. (DINIZ, 2010, p. 61)

Contudo, mesmo com tais afirmações, não se pode inferir que a perspectiva da autora seja de um feminismo voltado para emancipação humana. Os elementos que tematiza não problematizam nem evidenciam a relação do feminismo com a luta de classes com a construção de outro projeto societário.

3.2.6 Relação do feminismo e das organizações e movimentos feministas com o Serviço Social

Das teses e dissertações analisadas, 07 fazem alusão ao Serviço Social: Medeiros (1998), Almeida (2008), Lusa (2009), Souza (2009), Rocha (2012), Cisne (2014) e Inácio (2013). Destas produções, algumas buscam relacionar a profissão ao movimento e às lutas das mulheres e, ainda que de forma tangencial, explicitam a possibilidade de contribuição da profissão na conquista de direitos. Outras destacam a luta feminista em conformidade com o projeto profissional hegemônico na profissão, na direção da emancipação humana.

Lusa (2009, p. 14) inicia sua dissertação problematizando: “qual o olhar do profissional do Serviço Social para o rural? Qual é o olhar que a realidade da população camponesa demandam do Serviço Social?”. Busca compreender qual a contribuição que a profissão pode oferecer para a alteração das relações de dominação/subalternidade na realidade camponesa, principalmente ao que tange às relações de gênero. A autora sinaliza que a profissão, desde sua gênese, tem se voltado para cidade, com poucas iniciativas para a realidade camponesa. Da mesma forma,

verifica-se uma tímida atuação no que diz respeito ao acompanhamento dos diversos movimentos de mulheres, ligados ao campo, e ao levantamento da dinâmica das necessidades e demandas que podem culminar na efetivação de políticas públicas voltadas para a classe trabalhadora do campo. (LUSA, 2009, p. 20)

Tais afirmações ficam evidentes quando as entrevistadas pela autora dizem não conhecer a intervenção profissional do Serviço Social.

A partir do resultado de sua pesquisa, a autora faz duas considerações pertinentes: a primeira diz respeito ao não reconhecimento dos direitos dos sujeitos do campo, o que produz uma “cidadania desigual em relação aos indivíduos urbanos”; a segunda, à ausência da profissão nesse espaço que pode se constituir um importante aliado no horizonte da transformação societária e na perspectiva de garantia de direitos, em consonância, portanto, com os compromissos ético-políticos da profissão (*idem*, p. 213). Ademais, evidencia a necessidade de “desenvolvimento de processos pedagógicos emancipatórios” e reconhece a contribuição do Serviço Social nesse processo. Ela argumenta que,

diante deste tipo de Estado e das políticas neoliberais de governo, identifica-se que o Serviço Social poderia atuar profissionalmente junto às mulheres e homens camponeses, uma vez que as políticas sociais planejadas, geridas e executadas pelos Assistentes Sociais, teriam na classe trabalhadora os sujeitos de sua ação. Tal fato aponta para a necessidade de que a profissão dedique atenções e esforços para estes sujeitos, tanto em sua formação quanto em sua

prática profissional e – inclusive - na área da investigação. Dito isto, salienta-se que as particularidades do modo de vida e produção camponês guardam características que devem ser relevadas no momento de pensar e propor ações do Serviço Social junto aos indivíduos camponeses, às organizações, movimentos e mobilizações rurais camponesas. (LUSA, 2009, p. 288)

No estudo de Almeida (2008), a autora sinaliza que o Serviço Social pode ser um importante mediador das demandas das mulheres no campo, principalmente ao que se refere às políticas públicas. Ressalta que “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL apud ALMEIDA, 2008, p. 89) é um direito profissional que possibilita uma aproximação da prática profissional junto aos movimentos sociais. Vale ressaltar que, ao especificar a possível relação da profissão com os movimentos sociais, a autora reafirma que a prática profissional voltada para as políticas públicas pode contribuir com respostas às necessidades da população do campo, “com o objetivo de alcançar uma articulação na vida social das classes consideradas inferiores, com o mundo público do direito e da cidadania” (*idem*, p. 90).

Souza (2009), ao apresentar o objetivo de sua pesquisa, aponta as contribuições de seu estudo para com a profissão. Segundo a autora, as análises acerca das “categorias trabalho, divisão racial e sexual do trabalho” e das “questões de raça e gênero” devem ser incorporadas nas políticas sociais públicas no sentido do combate e superação da “exploração, [d]a opressão, [d]a discriminação e [d]as desigualdades de classe, raça e gênero, que produzem e perpetuam desigualdades e geram exclusão”, matéria que o Serviço Social tem expressiva produção (*idem*, p. 17).

Já a produção de Medeiros (1998) ressalta a importância do Serviço Social na década de 1980 junto aos movimentos sociais e à população de baixa renda na região da Baixada Fluminense. As principais ações daquele período se voltaram para atividades junto à delegacia de mulheres, numa parceria da UFRJ e a Secretaria de Polícia Civil. Também relata outras iniciativas de cunho acadêmico promovida entre a PUC-RIO, voltada para a população da Baixada. Contudo, no que diz respeito à temática de gênero, ressalta que não há relatos de ações do Serviço Social (*idem*, p. 106). Nesse sentido, vale recorrer às indagações que a autora faz no que toca a interlocução da profissão com a temática de gênero:

entendemos que as análises devem abordar a categoria das relações sociais de gênero vinculada à categoria de classe social para melhor compreender a relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais. Do ponto de vista das assistentes sociais cabe indagar quais as dificuldades que esta categoria encontra ao se inserirem nesta realidade? E, conseqüentemente, que questões

se apresentam, na perspectiva de gênero no trabalho junto a população de baixa renda quando se privilegia, na ação profissional, a discussão de gênero tanto no âmbito das instituições que esses profissionais estão vinculados, quanto na sua relação com os movimentos sociais? (MEDEIROS, 1998, p. 107)

De igual pertinência são as observações de Cisne (2014), que indicam a relação histórica do Serviço Social com as mulheres. Para a autora, a profissão e o público alvo das políticas sociais se constituem majoritariamente por mulheres. Esse elemento pode ser observado desde o processo de institucionalização da profissão, o que possivelmente pode ser explicado pela histórica responsabilização das mulheres “para com as expressões da “questão social”, como também pelo fato das mulheres serem, segundo Mészáros (2002), 70% dos pobres do mundo” (*idem*, p. 22). Cisne (2014) ainda afirma que a luta feminista vincula-se à perspectiva defendida pelo projeto ético-político profissional, cuja liberdade é o valor ético central (*idem*, p. 19). Em consequência disso, “ao fortalecer a luta feminista também contribuimos com a reivindicação e conquista de políticas públicas, objetivo tão caro ao Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social” (*idem*, p. 23).

Nessa mesma direção, o estudo de Inácio (2013) sinaliza, no processo histórico da profissão, o movimento de aproximação e as relações antagônicas entre o Serviço Social e o feminismo no Brasil. Dessa forma, destaca que a profissão, em sua gênese, denota um caráter antifeminista, em que somente na passagem dos anos 1970 para 1980, no processo de renovação profissional, que inicia um processo de aproximação das ideias e lutas feministas. Apenas na década de 1990 passa inserir o debate feminista em seus documentos normativos, nas entidades representativas e na produção teórica profissional, principalmente, com a “introdução do termo “gênero” (*idem*, p. 31). Esse processo é adensado nos anos 2000, contexto de ebulição das lutas feministas de caráter anticapitalistas com um conjunto de organizações, como: a União Brasileira de Mulheres (UBM), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), o Movimento de Mulheres em Luta (MML) e o Pão e Rosas, entre outros (*idem*, p.31). Para a autora, o desafio que se coloca é “assegurar um horizonte “feminista emancipatório” no Serviço Social, coerente com os fundamentos marxistas e a perspectiva da emancipação humana que sustentam o Projeto Ético-Político Profissional” (*idem*, p. 32).

Na perspectiva da autora,

o desvelamento das possibilidades e impasses que envolvem a relação complexa do marxismo com o feminismo, e suas implicações para o Serviço Social, poderá contribuir para a consolidação deste referencial feminista emancipatório em todas as dimensões do PEP e, assim, possibilitar o seu

espraiamento e conquista da hegemonia junto a grande maioria da categoria profissional. (INÁCIO, 2003, p. 32)

Ainda segundo Inácio (2003), na década de 1990 o Serviço Social “irá incorporar o debate feminista nas várias dimensões que compõem o PEP profissional, demarcando alguns avanços e impasses teórico-políticos advindos da adoção do conceito “gênero”, os quais serão explicitados no debate da década de 2000” (*idem*, p. 124). Ao partir da compreensão de que o Projeto Ético-Político tem como base a aliança com os movimentos sociais e com a classe trabalhadora, as lutas e debates feministas do campo anticapitalista e emancipatório podem trazer importantes contribuições para o debate feminista na profissão (*idem*, p. 124).

Inácio (2013) destaca que houve um importante avanço com a incorporação da temática gênero nos debates da categoria, nos anos 1990, já que até nos anos 1980 havia uma ausência dessa discussão e ainda um perfil claramente antifeminista e conservador da gênese da profissão. Assim, é no contexto da década de 1990, em que está em voga a perspectiva pós-moderna, com a ênfase nos estudos de gênero, que o Serviço Social vai se aproximar do debate de gênero, o que vai provocar a polêmica da (in)compatibilidade entre “gênero” e marxismo e também complexificar a relação da profissão com o feminismo e o debate de gênero (*idem*, p. 147).

A partir de seu estudo, afirma que

apesar do caráter periférico das temáticas feminismo e “emancipação” das mulheres no Serviço Social, os resultados da pesquisa sinalizaram para um processo de constituição e fortalecimento de um “feminismo emancipatório” nas dimensões organizativa, normativa e teórica do Projeto Ético-Político profissional (INÁCIO, 2003, p. 216).

A pesquisadora ainda destaca que

o debate atual na profissão sobre a relação entre emancipação humana e emancipação política é imprescindível para a incorporação das reivindicações feministas por políticas públicas, igualdade, liberdade e autonomia para as mulheres, segundo o horizonte da emancipação humana das mulheres (INÁCIO, 2003, p. 217).

Por fim, a autora infere que o feminismo emancipatório está profundamente em concordância com o Projeto Ético-Político da profissão, uma vez que abarca a conquista de direitos e autonomia das mulheres ainda nesta sociedade; contudo, indica a necessária ultrapassagem a emancipação política para emancipação humana (*idem*, p. 218).

A produção de Rocha (2012) destaca que a temática de gênero é pertinente para a profissão e está em consonância com os princípios do código de ética, no que diz respeito a defesa da “liberdade, autonomia e emancipação como direitos fundamentais” (*idem*, p. 14), bem como o reconhecimento da necessidade de ampliação e consolidação da cidadania, “com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos, empenhando-se na eliminação de todas as formas de preconceito” (*idem*). Dessa forma, a autora compreende que a atuação profissional junto aos movimentos sociais se dá no campo político e é de fundamental importância para o fortalecimento do projeto hegemônico na profissão.

A partir dos elementos explicitados neste capítulo, pode-se destacar que o debate e a intervenção junto aos movimentos sociais que emergem nos anos 1980 no Serviço Social, iniciativa essencial para a ruptura com a perspectiva conservadora na profissão, permanece como um desafio teórico e interventivo para a profissão. É elucidativo a incipiente produção acadêmica que aborda os movimentos sociais, dentre eles o movimento feminista, e uma exígua tematização de processos de intervenção profissionais nas organizações e movimentos feministas.

De forma geral, o estudo das teses e dissertações que abordam este movimento e a luta das mulheres em movimentos sociais mistos refletem a fragmentação e o pluralismo teórico-político presentes no debate das organizações e dos movimentos feministas na contemporaneidade.

A partir da análise das produções acadêmicas, podemos observar que o maior desafio para o feminismo contemporâneo é o fortalecimento de uma perspectiva que integre as reivindicações das mulheres de forma totalizante e, para isso, o resgate do debate do feminismo e de suas lutas fundamentado na tradição marxista faz-se necessário. Necessidade tanto para desvendar as condições de exploração e opressão presentes nas condições de vida e trabalho das mulheres pertencentes à classe trabalhadora como para, neste campo reflexivo, problematizar e prospectar práticas político-interventiva da profissão em relação à temática do feminismo e em suas formas de organização e lutas.

4 CONCLUSÃO

O movimento feminista, como tratado neste trabalho, emerge em meados do século XIX colocando em cena as questões que envolviam a condição de vida das mulheres com reivindicações em torno de participação política, condições de trabalho, educação e igualdade entre os sexos. Tendo em vista o amplo campo de debate, perspectivas e reivindicações que fundamentam o feminismo, ressaltamos a importante contribuição do pensamento marxiano e da tradição marxista para compreender as raízes da condição subalterna da mulher, expressas em todos os âmbitos da vida social. Por permitir uma análise da realidade em sua totalidade, o marxismo nos possibilita compreender as questões que envolvem a vida das mulheres inserindo-as na teia das relações sociais mais abrangentes que as estruturam.

Apesar das desigualdades em relação às mulheres serem anteriores ao modo de produção capitalista, é necessário elucidar que o capitalismo incorpora contradições de modos de produção anteriores, intensificando e trazendo novos componentes. Ainda que este modo de produção permita algumas conquistas para as mulheres, a solução para sua opressão/exploração encontra limites que só poderão ser superados na medida em que as relações sociais de produção forem alteradas. Contudo, vale destacar que não é de forma automática que a superação do modo de produção capitalista colocará fim às questões relativas a opressão feminina. Para isso, será necessário um profundo empenho dos sujeitos para a construção de novas relações sociais. Na mesma direção que aponta as produções de Cisne (2014), Inácio (2013) e Silva (2013), compreendemos o movimento feminista como movimento social associado à luta geral dos trabalhadores com potencial de transformação radical da sociedade de classes, sem desconsiderar as necessárias lutas para ampliação de direitos nos marcos desta sociedade.

Como apresentado no terceiro capítulo deste estudo, há uma pluralidade de compreensão acerca do feminismo, que se manifesta em um amplo campo de debate e formas de luta. Reconhecendo tal pluralidade, destacamos, como discussões pertinentes e atuais: os conceitos de *gênero*, *relações sociais de sexo*, *divisão sexual do trabalho* e *patriarcado*. Com uma variação de compreensão e perspectivas, esses conceitos necessitam de uma apreciação cuidadosa para não incorrer em análises que simplificam seu significado e não elucidam as diversas concepções e perspectivas societárias presentes em sua utilização.

Neste sentido, vale destacar a ambiguidade do conceito *gênero* e sua utilização indiscriminada. Como reitera Souza (2014, p. 20) os estudos de gênero contribuem com uma agenda feminista no plano ideológico e cultural, “ao reconhecer a importância da subjetividade

na construção dos lugares e significados socialmente identificados com o masculino e o feminino”. Concordamos com a utilização do referido conceito não de forma exclusiva, mas como elemento que contribui com a análise da complexidade das relações sociais. Portanto, sua utilização deve remeter a processos sociais em uma dimensão macrosocietária, numa perspectiva histórica das relações de gênero. Assim, consideramos gênero um conceito em disputa e utilizá-lo sem problematizações intencionalmente, ou não, pode incorrer em um resultado oposto: ao invés de evidenciar as contradições, pode negligenciá-las ou encobri-las.

Tendo em vista a pretensa neutralidade do conceito gênero, sua generalidade, ambiguidade e a retirada da mulher enquanto sujeito que vivencia a opressão/exploração, Cisne (2014) utiliza a categoria *relações sociais de sexo*. A partir do feminismo marxista materialista francófono, tal expressão remete às relações sociais mais amplas fundamentadas em relações sociais de classe. Relacionada à *divisão sexual do trabalho*, a utilização da categoria em questão torna-se relevante por demarcar uma hierarquia entre os sexos, o que não se pode verificar na utilização do conceito de *gênero*. Além do mais, expõe de forma explícita a contradição de classe configurando-se, portanto, como importante conceito para o feminismo. Por esses motivos, concordamos com a autora quanto à importância da utilização da categoria *relações sociais de sexo*, expressão que tende a contribuir com os estudos feministas tão multifacetados, demarcando a necessária construção do feminismo vinculado à luta de classes, com o objetivo de transformar radicalmente as estruturas sociais. Contudo, não descartamos a utilização do conceito *gênero* a partir da perspectiva marxista, situando-o no campo de disputas teóricas e políticas, em uma articulação entre *gênero* e classe social.

Da mesma forma, o conceito *patriarcado* é de grande relevância para os estudos – feministas. Apesar de também não ser um consenso sua utilização, torna-se um importante conceito por expor, de pronto, a sujeição da mulher ao homem. Como observa Pateman (1993, p. 39-40), “não há nenhum bom motivo para se abandonar os termos patriarcado, patriarcal, patriarcalismo”, o que significaria “a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada”. Apesar de constarmos avanços na vida das mulheres, tanto na realização profissional como na participação política - lutas históricas do feminismo - concordamos com Saffioti (2015), ao afirmar que a base material do *patriarcado* se mantém inalterada. Assim, junto ao modo de produção capitalista, o *patriarcado* e o *racismo* operam de forma a manter a hierarquia de sexo e a conservação do *status quo*, ou seja, por mais igualdade que as mulheres conquistem sua dominação/exploração persistirá. Desse modo, somente a superação radical das relações sociais de produção tem o potencial de eliminar as desigualdades entre os sexos, o que também exigirá o empenho de sucessivas gerações.

Outro conceito também presente no debate feminista é a *divisão sexual do trabalho*. Esta emerge no seio da tradição marxista, vinculada ao debate de *relações sociais de sexo*, buscando inserir o componente sexo nas análises da divisão social do trabalho. De acordo com Nogueira (2011), a *divisão social e sexual do trabalho* pode ser constatada desde a antiguidade. Marx e Engels (2008), em seus estudos, já contatavam uma *divisão sexual do trabalho* no espaço reprodutivo expressa na divisão natural do trabalho na família e na separação do trabalho entre as famílias. Tal organização já resultava em uma distribuição desigual, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Assim, a propriedade tem sua primeira forma na família em que mulher e filhos estão submetidos à dominação do marido. Para Nogueira (2011), os elementos históricos que marcam as relações sociais e que permitem identificar a família como fenômeno social possibilitam verificar que a divisão social do trabalho gera uma divisão sexual que distingue funções femininas e masculinas, estabelecendo uma maior valoração daquelas realizadas pelos homens. É preciso ressaltar que, mesmo após a Revolução Industrial, em que as mulheres são incorporadas no trabalho fabril, as tarefas domésticas permanecem como atividade “feminina”, mantendo-se a dominação patriarcal, de modo que na família operária era atribuída ao marido a função de provedor e à esposa provedora complementar e tarefas domésticas. Consequentemente, no modo de produção capitalista, a submissão da mulher torna-se legitimada e, para tanto, tarefas exercidas por mulheres são caracterizadas como naturais e, por isso, menos qualificadas e valorizadas. Em síntese, a *divisão sexual do trabalho* deve ser entendida como um fenômeno social e histórico que se conforma de acordo com as alterações sociais. Assim, na sociedade capitalista-patriarcal-racista, o trabalho doméstico é atribuído à mulher, independentemente de sua inserção no mercado de trabalho. Vale destacar, que também o trabalho reprodutivo não pago é uma forma de trabalho essencial para a reprodução ampliada do capital, ainda que se diferencie do trabalho assalariado. Desta forma, podemos reiterar a pertinência desta e das outras categorias acima referidas para o feminismo seja em sua dimensão teórica, política e/ou reivindicatória.

Ao analisarmos a produção acadêmica do Serviço Social que aborda o movimento feminista, o primeiro elemento que merece destaque é a exígua produção desta tematização. No período de 1985 a 2014, identificamos apenas 09 (nove) produções que tematizam o movimento feminista. Por esse motivo, ampliamos nosso estudo para a abordagem da luta das mulheres em outros movimentos sociais, o que também demonstrou uma tímida produção de 13 (treze) teses/dissertações. Das 22 (vinte e duas) produções encontradas, 13 (treze) fizeram parte de nossa análise, uma vez que as outras não se encontram disponíveis para acesso *online*.

Assim como o feminismo apresenta uma amplitude de perspectivas, compreensões de lutas e correntes teóricas, podemos notar a mesma tensão na produção acadêmica em tela. Esta pluralidade também se expressa na ampla compreensão das autoras sobre movimentos sociais, como: associações de bairros, ONG's, Fóruns, além de movimentos como MST, MMTR, MMM, MMC, AMB, entre outros. É significativo que das 13 (treze) produções, apenas 05 (cinco) tematizam movimentos feministas auto-organizados – Lusa (2009) e Silva (2013): MMC; Morales (2010): MMTR; Inácio (2013): MMM, AMB, UBM, MML e o Grupo Pão e Rosas; Cisne (2014): MMC, MMM, AMB. Destas, somente 02 (duas) – Inácio (2013) e Cisne (2014) – abordam movimentos feministas urbanos de importante expressão na luta contemporânea. Além do mais, ao abordarem as lutas feministas, das 13 (treze) teses/dissertações, apenas 05 (cinco) – Fischer (2004), Morales (2010), Inácio (2013), Silva (2013), Cisne (2014) – retomam o debate teórico das lutas das mulheres. As outras produções apresentam as lutas, os desafios e as perspectivas dos movimentos e das lutas das mulheres de forma deslocada do acúmulo teórico e das polêmicas pertinentes ao feminismo contemporâneo.

Ao se remeterem à luta no campo, as autoras destacam a luta das mulheres articulada à luta da classe trabalhadora. Enfatizam que as lutas por direitos sociais e políticas específicas para as mulheres são prioritárias na realidade camponesa. Ademais, não deixam de indicar a necessidade de lutas para dentro do movimento ao identificarem que o campo é um espaço marcado por relações patriarcais.

Inseridos no processo de luta pela terra, que tem seu auge na década de 1980, o MST, MMTR, MMC, CPT são apresentados por 08 (oito) autoras – Fisher (2004), Barros (2005), Souza (2009), Morales (2010), Lusa (2009), Rocha (2012), Silva (2013), Cisne (2014) – como expressão da luta de classes que colocam em evidência a questão agrária do Brasil. Essas organizações, apesar de conterem particularidades, pautam a luta por terra e por direitos à políticas públicas e sociais voltadas para a realidade do campo. As 03 (três) autoras que abordam o MST – Barros (2005), Souza (2009), Rocha (2012) – destacam que a forma de organização do movimento por setores, coletivos e comissões amplia a participação das mulheres, bem como os espaços de formação, assembleias e cursos promovidos pelo movimento. Destacam, que as principais formas de ação como marchas, ocupações de terras improdutivas e prédios públicos, atos públicos, entre outras atividades, visibilizam a questão agrária e as reivindicações dos sujeitos organizados pelo movimento. Ao abordar o MMTR, Morales (2010) destaca que o movimento surge com a pauta prioritária de reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras e sujeitos de direitos. Já os estudos de Lusa (2009), Cisne (2014) e Silva (2013) sobre o MMC enfatizam o caráter classista e o horizonte socialista do

movimento, que busca articular as pautas feministas às lutas contra o capital. Nesse sentido, as principais ações ressaltadas pelas autoras são: pichações, marchas, intervenções em espaços públicos, ocupações, no intuito de dialogar com a sociedade acerca das questões que tocam a vida das mulheres e da classe trabalhadora em geral. Na abordagem sobre a CPT, Fischer (2004) enfatiza a incorporação do debate de gênero na organização e o incentivo à participação das mulheres na dinâmica da organização.

As 02 (duas) produções – Inácio (2013), Cisne (2014) – que estudam a MMM e a AMB destacam a emergência desses movimentos a partir do contexto de preparação para a IV Conferência das Nações Unidas ocorrida em Pequim (1995). Assim, nos anos 2000, ambos os movimentos demarcam um novo impulso do movimento feminista no Brasil, com um caráter anticapitalista, depois de um longo período de institucionalização. Além de atuarem com ações voltadas para a ampliação do Estado e de políticas para as mulheres, essas organizações buscam o diálogo com a sociedade ao que se refere às pautas feministas. O MML, UBM e o Grupo Pão e Rosas também aparecem na tese de 01 (uma) das autoras – Inácio (2013). Com exceção da UBM, que data de 1988, as outras organizações também emergem nos anos 2000, mais precisamente em 2008 e 2009, com críticas mais profundas às políticas neoliberais, principalmente no que se referem às políticas voltadas para as mulheres.

O Fórum de Mulheres de Pernambuco é objeto de estudo de 01 (uma) dissertação – Diniz (2010) – que o compreende como importante espaço de articulação de movimentos sociais, entidades, ONGs, desde 2006, com ações voltadas para o combate à violência contra as mulheres. O Fórum busca visibilizar a questão da violência sexista realizando ações (apitaços, caravanas, atos públicos) voltadas para o Estado, exigindo a implementação de políticas para o enfrentamento a tal questão e para a sociedade, no sentido de conscientizá-la acerca das diversas violências sofridas pelas mulheres.

O MUB é também tematizado por 01 (uma) dissertação – Medeiros (1998) – que o identifica como movimento de ação direta, o qual emerge em 1993 com reivindicações para implementação de equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde e saneamento básico. A autora salienta que o movimento é organizado por comissões, sendo que uma delas é de mulheres, alternativa encontrada para que as demandas relativas às mulheres fossem incorporadas nas lutas do movimento.

Duas ONGs também são objeto de estudo de uma autora – Santos (2006). Tais organizações emergem em 2001, com o objetivo de realizar ações voltadas para o acolhimento, fortalecimento da autoestima e visibilidade das mulheres negras e lésbicas da periferia e as ações da organização são voltadas para orientação e acompanhamento destas mulheres.

Ao que se refere às ONGs, faz-se necessário expor algumas observações apresentadas por Gurgel (2014, p. 60), ao problematizar a questão da autonomia no movimento feminista. Para a autora, tal autonomia deve se manifestar nos espaços institucionais (Estado, sindicatos, partidos); “na defesa da auto-organização”; “na prerrogativa da representação direta”; “na expressão pública de radicalidade, contestação e ousadia”. O que queremos destacar em suas análises é o debate da autonomia institucional.

Nos anos finais da década de 1990, o debate da autonomia se desloca para a arena da institucionalidade com a expressiva proliferação das ONGs. Este processo encontra terreno favorável diante do refluxo dos movimentos sociais frente à ofensiva neoliberal. Para melhor elucidar esta questão, Gurgel explicita:

O fenômeno das ONGs está, portanto, relacionado a um contexto mais amplo de estruturação do capitalismo e cumpre um papel estratégico, sob o ponto de vista da transferência de responsabilidade de programas e políticas que deveriam ser executadas pelo Estado, para o chamado terceiro setor. (GURGEL, 2014, p. 62)

Com relação ao movimento feminista, o processo de “onguização”, além de provocar uma redução política e quantitativa da base organizada pelo movimento, ao transferir as decisões político-institucionais para as equipes profissionais das ONGs, provocou uma confusão de funções, em que as ativistas passaram a confundir assessoria com representatividade. O resultado desse processo foi a profissionalização da militância feminista que, ao mesmo tempo em que se distanciavam das bases do movimento, inseriam-se na dinâmica hierarquizada das ONGs.

Tais elementos ficam evidentes nas teses e dissertações que apresentamos em nosso estudo, nas quais pode-se observar uma imprecisão teórica e política entre ONG e movimento feminista. Na reflexão que Santos (2006) desenvolve acerca de duas ONGs, é evidenciada a necessidade de criação de espaços específicos de mulheres negras e lésbicas, as quais não se sentem representadas nem pelo movimento negro nem pelo movimento feminista. Contudo, o que merece destaque é a identificação das ONGs como espaços alternativos para as especificidades dos respectivos movimentos sociais. Este tipo de organização, por sua vez, passa a ser compreendida como o *locus* da organização das mulheres negras e lésbicas, de sua valorização identitária com ações voltadas para o exercício da cidadania compreendida de forma vaga, sem nenhuma problematização e em parceria com programas governamentais e agências financiadoras.

Características semelhantes podem ser observadas nas produções que abordam movimentos de bairros e Associação de Produtores Rurais. Na caracterização do MUB, é observado pela autora o processo de institucionalização das demandas que emergiram das associações, na década de 1980. Em um primeiro momento, as associações se conformaram como expressão das demandas dos trabalhadores, que passaram a reivindicar do poder público equipamento e serviços sociais. Em um segundo momento, de forma legalizada e institucionalizada, passou a apresentar um caráter de entidade representativa e em uma relação de mediação entre as demandas dos moradores dos bairros e a administração pública. No caso da Associação de Produtores Rurais, apesar de se voltar para a realidade camponesa, o sentido de mediação entre o poder público e a organização não é alterado. Soma-se a isso, o agravante de a associação, desde sua gênese, ser uma demanda da gestão pública para dinamizar o desenvolvimento econômico local.

Deste modo, verifica-se que tais organizações (ONGs, MUB, Associação de Produtores Rurais) não possuem o caráter de movimento social, pois sua autonomia é comprometida pela própria dinâmica em que estão inscritas. No caso das ONGs, podemos evidenciar em seus princípios e projetos que, em sua maioria, estão voltados para o fortalecimento da autoestima e criação de uma “rede de solidariedade” para mulheres de “baixo poder aquisitivo” (SANTOS, 2006, p.96), o que demonstra a transferência de serviços que são de responsabilidade do Estado para as ONGs. Ao que se refere ao MUB, a autora o compreende como “movimento social de ação-direta [...] que atua no plano de intervenção das carências sócio-políticas” (MEDEIROS, 1998, p.30); já a Associação de Produtores Rurais, além de surgir como demanda da administração pública, como acima indicamos, tem suas atividades monitoradas e orientadas pela EMATER com ações voltadas para um “crescimento sustentável” (ALMEIDA, 2008, p.39).

Com o objetivo de compreender como a produção acadêmica do Serviço Social vem tematizando o movimento feminista e a luta das mulheres em organizações e movimentos sociais mistos, além de verificarmos *a abordagem teórico-política dos movimentos sociais e de suas lutas*, buscamos apresentar os *conceitos e categorias do feminismo* abordados nas produções; os *desafios e limites das organizações e dos movimentos feministas evidenciados nas produções analisadas*; a *consciência feminista militante*; os *projetos societários defendidos para as organizações e movimentos feministas* e a *relação do feminismo e das organizações e movimentos feministas com o Serviço Social*.

Ao que se refere às *categorias e conceitos do feminismo abordadas*, identificamos como as mais recorrentes as de *gênero, patriarcado e divisão sexual do trabalho*. É importante

sinalizar que, apesar da recorrência na utilização dos termos, eles são abordados de forma diversificada. Das 13 (treze) produções, 10 (dez) utilizam o termo gênero – Medeiros (1998), Fischer (2004), Barros (2005), Almeida (2008), Lusa (2009), Morales (2010), Rocha (2012), Inácio (2013), Silva (2013), Cisne (2014) – e 11 (onze) produções abordam o patriarcado – além das produções anteriormente citadas, o estudo de Diniz (2010) vai recorrer a este conceito para abordar a violência contra mulher. É comum a uma parte significativa dessas produções a relação entre gênero e poder, no exercício de compreenderem as disparidades de gênero nos movimentos e organizações analisados. Para a abordagem de gênero, a principal referência utilizada pelas autoras é Scott (1995) e, no que se refere a patriarcado, Saffioti (2015). Contudo, cabe ressaltar que, nessas produções, as autoras não explicitam uma crítica a abordagem de gênero. De outra forma, 04 (quatro) produções – Fischer (2004), Inácio (2013), Silva (2013), Cisne (2014) – elucidam questões na utilização do termo gênero, como: o uso indiscriminado, a retirada da mulher como sujeito historicamente lesado, a pretensa neutralidade, a ambiguidade de sentido. Ao detectar tais elementos, Cisne (2014) utiliza o termo “relações sociais de sexo”, conceito que demarca de forma mais contundente o antagonismo de classe e a centralidade da mulher como sujeito que vivencia a opressão. Constatamos que 03 (três) produções - Santos (2006), Souza (2009) e Diniz (2010) - não fazem uma discussão teórica do termo gênero e no estudo de Souza (2009) também não se verifica a abordagem de patriarcado, priorizando o debate da questão racial e sexual. Já o estudo de Santos (2006) é o único que vai ter como objeto de estudo organizações lésbicas negras.

O debate sobre a *divisão sexual do trabalho* é abordado nos estudos de Fischer (2004), Almeida (2008), Lusa (2009), Souza (2009), Morales (2010), Silva (2013), Cisne (2014) e Inácio (2013), um total de 08 (oito) produções. As principais questões que aparecem, a partir da utilização do termo, diz respeito à invisibilidade do trabalho da mulher e à naturalização de trabalhos tidos como femininos e, por isso, menos qualificados e reconhecidos. Vale ressaltar que, dessas produções, apenas Souza (2009) faz um recorte de raça problematizando a divisão sexual e racial do trabalho. Apesar dos importantes indicativos apresentados pelas autoras, pode-se notar uma fragilidade teórica na maioria destas abordagens. Exceções são constatadas no estudo de Cisne (2013), que destaca a desvalorização do trabalho feminino como parte do sistema patriarcal-racista-heteronormativo-capitalista e de Inácio (2013) que também estabelece uma relação entre a divisão sexual do trabalho e o modo de produção capitalista-patriarcal. Apesar de Souza (2009) inserir à discussão da divisão sexual do trabalho a questão racial, destacando este elemento como essencial para a ampliar a exploração capitalista, evidenciamos uma inconsistência teórica para sustentar tal afirmação, visto que a questão

central trabalhada pela autora refere-se à ausência do debate racial no MST, compreendido como o elemento central para exclusão das mulheres negras das esferas organizativas do movimento.

A mesma inconsistência teórica pode ser observada nas 05 (cinco) produções – Medeiros (1998), Fischer (2004), Barros (2005), Almeida (2008), Souza (2009) – que problematizam a separação entre a esfera pública e privada, as relações de poder e a participação política das mulheres nos movimentos sociais e espaços mistos. No estudo de Fischer (2004), as problematizações da separação dos espaços públicos e privados apresentam elementos mais críticos, estabelecendo uma relação com a incorporação precária da mulher ao mundo do trabalho. Esta forma de incorporação, segundo a autora, pode explicar a subalternização do trabalho das mulheres camponesas. Também explicita os limites da incorporação das mulheres nos espaços públicos, o que pode significar uma contribuição destes sujeitos com as instituições sem, contudo, provocar alterações nas estruturas de poder. O conceito de poder é enfatizado a partir de Foucault em 03 (três) produções – Medeiros (1998), Barros (2005), Almeida (2008) – que problematizam a relação de poder em uma perspectiva micro, mais especificamente na relação homem-mulher nas organizações.

Do exposto, ressaltamos que, além de uma escassa produção acadêmica ao que tange à luta das mulheres, também podemos notar inconsistências no debate presente em grande parte dessas produções analisadas. Os referidos conceitos, *gênero*, *patriarcado* e *divisão sexual do trabalho* são utilizados, em boa parte da produção, sem apresentar seus diversos significados e a perspectiva política – em termos de projetos societários prospectivados – do auto(a)r ao utilizá-los; tão pouco elucidam a própria perspectiva que assumem ao utilizar tais conceitos, o que aparenta uma incorporação de forma naturalizada e um desconhecimento das tensões e disputas presentes em relação aos seus conteúdos no debate feminista contemporâneo. Nesse sentido, além do emprego do conceito *gênero*, é elucidativa a utilização do debate acerca das *relações de poder* adotadas principalmente da produção de Foucault, sem problematizar a perspectiva do autor – notadamente vinculada à perspectiva pós-moderna - como salienta os estudos de Saffioti (2015).

Outro aspecto que procuramos analisar nas produções diz respeito aos *desafios e limites das organizações e do movimento feminista*. Das 13 (treze) teses/dissertações, 06 (seis) – Fischer (2004), Barros (2005), Lusa (2009), Souza (2009), Morales (2010), Rocha (2012) – indicam que os principais desafios se referem à conquistas de direitos. Estas mesmas produções e também os estudos de Medeiros (1998) e Almeida (2008) abordam os desafios internos das organizações, como a participação, incorporação das demandas das mulheres, ocupação de

espaços de direção. Na produção de Santos (2006), o enfoque é dado à ausência de discussão da diversidade sexual e da questão racial nos movimentos sociais. Os valores culturais patriarcais, de concepção de família, mulher e maternidade, também são ressaltados por Barros (2005), Lusa (2009) e Rocha (2012), as quais afirmam que este é um importante desafio a ser enfrentado nos movimentos sociais.

O desafio de construção de um feminismo que ultrapasse a emancipação política para a emancipação humana, é destacado nas produções de Cisne (2014), Inácio (2013) e Silva (2013).

No estudo de Diniz (2010), o enfrentamento da violência contra a mulher aparece como um grande desafio para os movimentos feministas.

Vale destacar os apontamentos de Cisne (2013) e Inácio (2013), quanto ao desafio do movimento feminista em geral acerca da autonomia. Cisne (2014) elenca, para além da autonomia, um conjunto de desafios como: a construção de um programa feminista, a autossustentabilidade, a fragilidade do debate teórico do feminismo, a fragmentação, o enfrentamento ao conservadorismo, o fortalecimento das reivindicações feministas associadas à raça-classe-sexo.

Concordamos que esses desafios são essenciais para o avanço do feminismo na atualidade e, para tanto, faz-se necessário construir lutas que possam unificar o movimento feminista, bem como ampliar a unidade com outros sujeitos coletivos para o fortalecimento das pautas feministas em uma perspectiva emancipatória. Além do mais, vale ressaltar a importância de os movimentos mistos incorporarem os princípios feministas e suas pautas.

Nesse sentido, torna-se essencial o despertar da consciência da importância do feminismo para o avanço das lutas sociais. Para tanto, faz-se necessário o trabalho de base para o despertar da consciência, tanto da própria situação de opressão como a consciência dos elementos que a estruturam e articulam opressão e exploração. Para isso, a inserção em um movimento social é de extrema importância para a passagem da “consciência em si” para a “consciência para si”, nos termos de Marx. Quando se trata da inserção em um movimento feminista, também há um despertar da particularidade da situação da mulher na sociedade que pode impulsionar uma luta, capaz de articular a particularidade das reivindicações das mulheres à luta geral dos trabalhadores, com o objetivo de transformar de forma radical a sociedade.

Nesse sentido, buscamos explicitar na produção a questão da *consciência feminista e militante*. Notamos que é comum a todas as produções a ênfase na importância da inserção em um movimento social para que se alcance o despertar da consciência da própria condição de opressão. Na produção de Cisne (2014) a exposição acerca do processo de consciência é mais detalhada. A autora ressalta a consciência feminista como elemento essencial para o

enfrentamento ao patriarcado e suas mais variadas expressões, reforçando a importância da inserção da mulher em movimentos feministas. Ademais, elenca cinco elementos essenciais para a formação de uma consciência militante feminista: “apropriação de si”, “o sair de casa”, “a identificação na outra”, “a importância do grupo e da militância política”, “a formação política associada a lutas concretas”. Também reitera o potencial de radicalização política e transformação social presente na luta feminista. As produções de Silva (2013) e Inácio (2013) também destacam a dimensão transformadora que o feminismo pode alcançar. Inácio (2013) trabalha a partir de Marx a questão da consciência e ressalta a importância da luta das mulheres associada à luta de classes, o que requer uma consciência de classe.

É também do processo de consciência das lutas que a tematização dos *projetos societários defendidos para as organizações e movimentos feministas* são elucidados. Nesse aspecto, podemos notar uma diversidade de perspectivas explicitadas pelas autoras. Em 04 (quatro) produções – Fischer (2004), Almeida (2008), Morales (2010), Rocha (2012) –, a luta das mulheres aparece em articulação com a luta de classes sem, contudo, apresentarem um projeto de classe divergente do atual; em outros termos, a luta das mulheres buscaria a ampliação dos direitos sociais. Para Medeiros (1998), Barros (2005), Santos (2006), Souza (2009), as reivindicações das mulheres se voltam principalmente para a participação política, na construção de novas identidades, com um discurso voltado para a defesa da ampliação da cidadania e direitos. De forma mais elucidativa, as produções de Cisne (2014), Inácio (2013) e Silva (2013) explicitam um feminismo de horizonte classista e voltado para a emancipação humana. As autoras, além de enfatizarem a importância da luta feminista no campo dos direitos sociais, apontam para a necessidade de construção de um feminismo comprometido com a emancipação humana. Sinalizam que, no modo de produção capitalista, as conquistas das mulheres serão limitadas pelo interesse do capital, sendo necessária uma radical alteração das estruturas sociais para uma libertação das mulheres, o que requer uma articulação do movimento feminista com outros sujeitos coletivos. Os estudos de Lusa (2009) e Diniz (2010), por sua vez, apresentam a defesa de um feminismo emancipatório, mas de forma mais difusa, impregnado por um discurso em defesa da cidadania e dos direitos. Dessa forma, é notável que a produção em questão se volta majoritariamente para o campo da defesa dos direitos, da cidadania e da igualdade entre os sexos. Não desconsideramos a importância dessas lutas, ao contrário, elas são pertinentes e necessárias, contudo, devem estar vinculadas à perspectiva de classe, elemento capaz de unificar as demandas das mulheres à luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Como observa Duriguetto (2014, p.182), “um dos grandes desafios hoje postos para o projeto socialista é estabelecer vínculos e conexões entre as várias reivindicações, as

diversas lutas sociais, assim como entre essas e o movimento operário”. Dessa forma, reiteramos que as reivindicações feministas devem estar articuladas com um projeto que coloque em xeque as estruturas do capital.

Ao que se refere à *relação do feminismo e das organizações e movimentos feministas com o Serviço Social*, das 13 (treze) dissertações estudadas apenas 07 (sete) – Medeiros (1998), Almeida (2008), Lusa (2009), Souza (2009), Rocha (2012), Cisne (2014), Inácio (2013) – fazem alusão ao Serviço Social, ainda que de maneira tangencial. Apenas 01 (uma) tem como objeto de estudo o feminismo e sua relação com a profissão, apontando para uma associação entre a luta emancipatória do feminismo e o horizonte profissional preconizado nas diretrizes curriculares de 1993, no projeto ético-político e no código de ética. As outras 06 (seis) produções, de forma pontual, destacam a intervenção junto aos movimentos sociais no sentido de fortalecer as demandas das mulheres, principalmente no campo dos direitos, na elaboração de políticas que atendam a suas reivindicações. O projeto ético-político profissional e o Código de Ética também são salientados, nessas produções, como justificativa para interlocução com os movimentos sociais e organizações dos trabalhadores.

A partir do exposto, podemos afirmar a importância deste debate para o Serviço Social. Reconhecemos que há uma incipiente produção de conhecimento na profissão que aborda os movimentos feministas e a luta das mulheres em movimentos mistos e, ainda destacamos a importância de ampliar este debate na categoria. Neste sentido, ressaltamos a relevante iniciativa de criação do Grupo temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, no XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), em 2010, com o objetivo de articular, fortalecer e dar visibilidade a estas temáticas. Na avaliação das atividades realizadas pelo GTP, a equipe de coordenação constatou um aumento significativo da produção do ENPESS de 2009 para o de 2012 com ênfase nas discussões de gênero, mas o mesmo não pode ser observado em relação à temática de raça/etnia, geração e sexualidades. Entretanto, como observamos em nosso estudo, nem sempre a abordagem de gênero é realizada de forma aprofundada; assim, apesar de apresentar um avanço o acréscimo de produção com tal ênfase, faz-se necessária a ampliação da produção que aborda o movimento feminista, suas lutas e desafios contemporâneos, preocupação que também pode ser observada no planejamento das atividades do GTP (2014). Por isso, com o presente estudo esperamos contribuir com as propostas deste GTP.

Neste estudo, foi possível constatar a pluralidade de perspectivas teórico políticas e interventivas presente tanto na produção acadêmica da profissão, como no movimento feminista. Reconhecemos que foram as históricas lutas das mulheres que possibilitaram os

importantes avanços conquistados e que, seguramente, vão de encontro a estrutura capitalista, patriarcal e racista. Entretanto, tal sistema também tem seus mecanismos de contenção das lutas e avanços sociais. Nesse sentido, ressaltamos o avanço conservador e até reacionário na atualidade que se expressa fortemente no Congresso composto majoritariamente por homens brancos, representantes dos projetos societários burgueses, com projetos de leis que colocam em xeque as conquistas e o avanços das pautas feministas. Um exemplo é o Estatuto do Nascituro (PL 478/2007), que propõe a criminalização de qualquer forma de aborto, mesmo em caso de estupro e de gestação que coloca em risco a vida da gestante e em casos de anencefalias legalmente permitidos. Agrava esta situação, o avanço do fundamentalismo religioso, que impõe novos desafios e repõe questões históricas ao movimento feminista, como a defesa da descriminalização do aborto. Da mesma forma, se evidencia a naturalização da violência e culpabilização das vítimas pela agressão sofrida, o que também é possível verificar nos casos de violência e morte por homofobia. Acompanha este assombroso cenário os óbitos decorridos de abortos clandestinos.

Diante desse cenário, permanecem atuais as lutas contra a violência sexista – em um país que segundo o Mapa da Violência⁵¹ é o 5º entre 83 países do mundo onde se pratica este tipo de violência; a pauta da descriminalização do aborto; as questões que tocam o trabalho “feminino”, desqualificado, naturalizado e em funções mais degradantes e mal remuneradas; o enfrentamento às relações de subalternidade em todos os âmbitos da vida social (política, família, trabalho, etc.), entre outras.

Nesse sentido, acreditamos que a luta feminista torna-se essencial e necessária para o enfrentamento a essas questões e as mais variadas expressões do conservadorismo. Para tanto, faz-se necessário que o feminismo incorpore as particularidades das mulheres (negras, camponesas, lésbicas) articulando as necessárias mudanças no campo da política, da cultura e dos valores, sem perder de vista a radicalização das lutas no sentido da transformação radical da sociedade.

No campo profissional, reafirmamos a necessidade da articulação do Serviço Social com os movimentos sociais e sua contribuição nos processos de mobilização popular. Da mesma forma, destacamos que os elementos acima explicitados nos permitem afirmar a importante contribuição do Serviço Social, tanto ao reconhecer as demandas que advêm das mulheres, principal sujeito que reivindica sua intervenção, quanto na aproximação junto aos movimentos feministas, o que pode fortalecer nosso projeto profissional. Portanto, ampliar o debate acerca

⁵¹ Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

da questão do feminismo – tanto dos conceitos que o particularizam quanto das possibilidades interventivas que descortina nos diferentes espaços sócio-ocupacionais – é um desafio a ser enfrentado pelo Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C; CABRAL M. S. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1995.

ABRAMIDES, M. B. C. Movimento sindical e Serviço Social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria profissional? In: DURIGUETO, M. L (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo, Cortez, 2014

ALMEIDA, L. V. **O vestido e a enxada: a participação feminina no campo**. Dissertação de mestrado em Serviço Social defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Rio de Janeiro: PUC- RJ, 2008.

BALANÇO 2015: uma década de conquistas ligue 180.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo, Cortez, 2010.

BARROS, I. F. **A inserção das mulheres na luta pela terra: movimento de participação e/ou submissão?** Dissertação de mestrado em Serviço Social defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal: UFRN, 2005.

BEHING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo, Cortez, 2009.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. Cortez, São Paulo, 2014. (Tese 2013).

_____. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. Ed: Outras Expressões, São Paulo, 2012.

_____; DURIGUETTO, M.L. Feminismo radicalização da democracia: desafios em tempos de recrudescimento do conservadorismo no Brasil. **Revista Ser Social**, São Paulo, n 36, p.13 - 30, jun. 2015.

CFESS. **Código de Ética dos Assistentes Sociais**, 1996.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo, 2012.

DINIZ, M. J. Pereira. **Ações do Movimento Feminista pelo fim da violência doméstica contra a mulher, no estado de Pernambuco: conquistas e desafios**. Dissertação de mestrado em Serviço Social defendida na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife: UFPE, 2010.

DURIGUETTO, M. L.; MONTAÑO, C. **Estado Classe e Movimentos Sociais**. São Paulo, Cortez, 2011.

_____, M. L.; ABRAMIDES, M. B (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo, Cortez, 2014.

ENGELS, F. Tradução de Leandro Konder. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2014.

FISCHER, I.R. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**: um estudo no acampamento do Engenho Prado. Tese de Doutorado em Serviço Social defendida na Universidade Federal de Pernambuco CCSA - Departamento de Serviço Social Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Recife: UFPE, 2004.

GONZÁLEZ. A. I. A. **As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. Tradução de Alessandra Ceregattiet al. São Paulo: Expressão Popular: Sempre Viva Organização Feminista, 2010.

GURGEL, Tema. **O feminismo como sujeito coletivo total**: a mediação da diversidade. Disponível em: <http://articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/TC-3-GURGEL-TEMA-Um-sujeito-chamado-feminismo.doc>. Acessado: 21/02/2016

_____. **Feminismo no Brasil contemporâneo**: Apontamentos críticos e desafios organizativos. Temporalis, Brasília, no ano 14, n.27, 2014

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 29 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 29 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

INÁCIO, M. O. **A emancipação das mulheres no Projeto Ético-Político do Serviço Social**: contribuições e dilemas das relações entre Marxismo e Feminismo. Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal de Pernambuco CCSA - Departamento de Serviço Social Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Recife: UFPE, 2013.

KERGOAT, Danièle. Tradução de Miriam Nobre. **Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho**. 2003.

LUSA, M.G. **Do chão do cotidiano, o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em terras Catarinas** – uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia-;. Dissertação de mestrado em Serviço Social defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo: PUC- SP, 2009.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Cap 15.

MARQUES, M. G. **A relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. ENPESS,12., *Anais...*, 2010, Rio de Janeiro, ABEPSS. [CD-Rom]

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política** (Volume II, - O processo de Produção do Capital XXIV). Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 19º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, K. **O Capital: O processo de trabalho e o processo de valorização**. Civilização Brasileira, 2008.

_____. **A questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: expressão popular, 2008.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo, Editora Boitempo, 2004

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Expressão Popular, São Paulo, 2008.

MEDEIROS, L. A. **Mulheres no espaço político: uma construção na vida e da vida**. Dissertação de mestrado em Serviço Social defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Rio de Janeiro: PUC- RJ, 1998.

MORALES, P.A. **Desigualdades de classe e gênero no acesso à terra: uma aproximação a partir das práticas das participantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco**. Dissertação de mestrado em Serviço Social defendida na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife: UFPE, 2010.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: MOTA, A. E. (Org.) **A Nova Fábrica de Consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (ORGs). **O avesso do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.p.199-231.

_____. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, P.S. **A interlocução do Serviço Social com os movimentos sociais no Brasil: uma análise a partir da produção teórica com enfoque no trabalho profissional. 2010**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Franca, 2010.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Traduzido por Marta Alvancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção história do povo brasileiro)

ROCHA, Q. V.D. **Levantadas do chão**: a construção da identidade de gênero no processo de implementação de políticas agrárias para mulheres. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis, vozes, 1976.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, R.C.B. **Raça, Sexualidade e Política**: um estudo da constituição de organizações de lésbicas negras no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado em Serviço Social defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói: UFF, 2006.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade: jul/dez 1995.

SILVA, M. O. S. (Coord.). **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura. São Paulo, Cortez, 2011

SILVA, I. C. **Movimento de mulheres camponesas na trajetória feminista brasileira**: uma experiência de luta por direitos e liberdade. Dissertação de Mestrado em Serviço Social defendida na Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF - Departamento de Serviço Social Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

SIMIONATTO, I. **Reforma do Estado e Políticas**: Implicações para a sociedade civil e para a Profissão. 2009.

SOUZA-LOBO. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. Editora Abramo, 2011.

SOUZA, S. M. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**: as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras. Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife: UFPE, 2009.

SOUZA, V. B. Gênero, Marxismo e Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, no ano 14, n. 27, 2014.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. 1ª ed: Brasília. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/Mapaviolencia_2015_mulhres.pdf> Acesso em: 20/jul. 2016.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Traduzido por Paulo Cezar castanha. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.